



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 086 - QUARTA-FEIRA, 22 DE JUNHO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1º Secretário Efraim Moraes – PFL – PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Amir Lando Valdir Raupp Gilberto Mestrinho Valmir Amaral Garibaldi Alves Filho Papaléo Paes</p> <p>LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela Hélio Costa Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Mota</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PL/PSB/PPS) – 23</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p>	<p>LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Robert Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PL – 4 Marcelo Crivella</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 João Capiberibe</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDERES DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB</p>	<p>Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB/) – 29</p> <p>LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>VICE-LÍDERES Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonhas Pinheiro</p> <p>LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio</p> <p>VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 4-5-2005

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 2005-CN

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005) o empreendimento implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer – segunda fase da implantação do Centro Olímpico de Rio Branco – Estado do Acre, sob responsabilidade da Unidade Orçamentária 51.101.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Anexo VI – Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Índices de Irregularidades Graves da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005, o empreendimento implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer – segunda fase da implantação do Centro Olímpico de Rio Branco – Estado do Acre, sob responsabilidade da Unidade Orçamentária 51.101.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução das obras mencionadas no art. 1º deste Decreto Legislativo, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 21 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Congresso Nacional.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 2005

Suspende a execução do art. 10 da Lei Federal nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953, com a redação da Lei Federal nº 8.307, de 30 de dezembro de 1991.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do art. 10 da Lei Federal nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953, com a redação da Lei Federal nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 188.107-1 – Santa Catarina.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 2005

Suspende a execução do art. 11 do Convênio ICM nº 66, de 14 de dezembro de 1988, do Ministério da Fazenda.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do art. 11 do Convênio ICM nº 66, de 14 de dezembro de 1988, do Ministério da Fazenda, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão do Supremo Tribunal Federal, nos autos de Recurso Extraordinário nº 149.922-2-São Paulo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 2005

Suspende a execução do art. 1º da Lei nº 10.389, de 26 de dezembro de 1990, do Município de São Carlos, no Estado de São Paulo.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do art. 1º da Lei Municipal nº 10.389, de 26 de dezembro de 1990, do Município de São Carlos, no Estado de São Paulo, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 227.273-1 – São Paulo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 14, DE 2005

Suspende a execução do inciso II do art. 10 da Lei Municipal nº 11.154, de 30 de dezembro de 1991, do Município de São Paulo, no Estado de São Paulo.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do inciso II do art. 10 da Lei nº 11.154, de 30 de dezembro de 1991, do Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 234.105-3 – São Paulo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 15, DE 2005

Suspende a execução do art. 119 da Lei Municipal nº 744, de 25 de agosto de 1992, do Município de Nova Bassano, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do art. 119 da Lei Municipal nº 744, de 25 de agosto de 1992, do Município de Nova Bassano, no Estado do Rio Grande do Sul, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 220.821-3 – Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 16, DE 2005

Suspende a execução dos arts. 212, 213, 214 e 215 da Lei Municipal nº 1.942, de 22 de dezembro de 1983, do Município de Votuporanga, no Estado de São Paulo.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução dos arts. 212, 213, 214 e 215 da Lei Municipal nº 1.942, de 22 de dezembro de 1983, do Município de Votuporanga, no Estado de São Paulo, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 121.617-4 – São Paulo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 2005

Suspende a execução do art. 59 da Lei Estadual nº 5.466, de 26 de setembro de 1991, do Estado da Paraíba.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do art. 59 da Lei Estadual nº 5.466, de 26 de setembro de 1991, do Estado da Paraíba, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do **Habeas Corpus** nº 71.713-6 – Paraíba.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 18, DE 2005

Suspende a execução dos arts. 86, incisos I,II, e III; 87, incisos I e II; 91; 93, incisos I e II; e 94, incisos I e II, todos da Lei Municipal nº 6.989, de 29 de dezembro de 1966, do Município de São Paulo, no Estado de São Paulo.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução dos arts. 86, incisos I,II, e III; 87, incisos I e II; 91; 93, incisos I e II; e 94, incisos I e II, todos da Lei Municipal nº 6.989, de 29 de dezembro de 1966, do Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 188.391-0 – São Paulo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de junho de 2005. Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2005

Suspende a execução do art. 21 da Lei Municipal nº 1.990, de 1º de dezembro de 1988, do Município de Manaus, no Estado do Amazonas.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do art. 21 da Lei Municipal nº 1.990, de 1º de dezembro de 1988, do Município de Manaus, no Estado do Amazonas, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 140.612-7 – Amazonas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 2005

Suspende a execução do art. 2º da Lei Municipal nº 2.080, de 30 de dezembro de 1993, do Município do Rio de Janeiro, na parte em que revogou o art. 29 da Lei Municipal nº 691, de 24 de dezembro de 1984, do mesmo Município, no Estado do Rio de Janeiro.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do art. 2º da Lei Municipal nº 2.080, de 30 de dezembro de 1993, do Município do Rio de Janeiro, na parte em que revogou o art. 29 da Lei Municipal nº 691, de 24 de dezembro de 1984, do mesmo Município, no Estado do Rio de Janeiro, em virtude de declaração de inconstitucionalidade

em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 296.035-7 – Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 21, DE 2005

Suspende a execução do art. 1º da Lei Estadual nº 13.270, de 27 de julho de 1999, do Estado de Minas Gerais.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do art. 1º da Lei Estadual nº 13.270, de 27 de julho de 1999, do Estado de Minas Gerais, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos da Ação Cível Originária nº 580-6 – Minas Gerais.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2005

Suspende a execução do inciso III do art. 6º da Lei Estadual nº 6.606, de 20 de dezembro de 1989, do Estado de São Paulo.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do inciso III do art. 6º da Lei Estadual nº 6.606, de 20 de dezembro de 1989, do Estado de São Paulo, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 255.111-2 – São Paulo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2005

Suspende, nos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, a execução da Lei Estadual nº 10.533, de 30 de novembro de 1993, do Estado do Paraná.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução da Lei Estadual nº 10.533, de 30 de novembro de 1993, do Estado do Paraná, declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos da Ação Cível Originária nº 471-3 – Paraná.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 24, DE 2005

Suspende a execução do art. 39 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do art. 39 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 275.480-3 – Paraná.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 25, DE 2005

Suspende a execução da expressão “Federal ou da”, constante da alínea c do inciso I do art. 106 da Constituição do Estado de Sergipe.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução da expressão “Federal ou da” constante da alínea c do inciso I do art. 106 da Constituição do Estado de Sergipe, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos da Reclamação nº 595-0 – Sergipe.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 26, DE 2005

Suspende a execução da alínea h do inciso I do art. 12 da Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991, acrescentada pelo § 1º do art. 13 da Lei Federal nº 9.506, de 30 de outubro de 1997.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução da alínea h do inciso I do art. 12 da Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991, acrescentada pelo § 1º do art. 13 da Lei Federal nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 351.717-1 – Paraná.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 27, DE 2005

Suspende a execução do art. 12 e seus parágrafos da Lei Estadual nº 6.929, de 2 de dezembro de 1975 (Estatuto da Magistratura), do Estado do Rio Grande do Sul.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do art. 12 e seus parágrafos da Lei Estadual nº 6.929, de 2 de dezembro de 1975 (Estatuto da Magistratura), do Estado do Rio Grande do Sul, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 194.657-1 – Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 28, DE 2005

Suspende a execução dos arts. 2º e 4º do Decreto-Lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução dos arts. 2º e 4º do Decreto-Lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 408.830-4 – Espírito Santo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 87ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 21 DE JUNHO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofícios

Nº 63/2005, de 20 do corrente, da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 252, de 2005..... 20425

1.2.2 – Comunicação

Da Senadora Patrícia Saboya Gomes, comunicando o seu desligamento do Partido Popular Socialista – PPS, a partir do dia 16 de junho de 2005..... 20425

1.2.3 – Parecer

Nº 1.019, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 160, de 2005 (nº 362/2005, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Antonio Fernando Barros e Silva de Souza para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, na vaga decorrente do término do mandato do Doutor Cláudio Lemos Fonteles, com mandato de 2 anos..... 20425

1.2.4 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 1.115/2005, de 17 do corrente, comunicando a prejudicialidade das Medidas Provisórias nºs 240 e 243, de 2005, em virtude da aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 232, de 2004)... 20429

1.2.5 – Ofício do Chefe interino do Gabinete da Ministra de Estado do Meio Ambiente

Nº 800/2005, de 30 de maio último, acusando o recebimento do Ofício 742/2005, do Senado Federal, relativo ao Relatório Final nº 3, de 2005, referente ao assassinato da missionária Dorothy Stang. (Anexada ao processado do Ato do Presidente do Senado Federal nº 8, de 2005)..... 20429

1.2.6 – Ofício do chefe de Gabinete do Governador do Estado de Goiás

S/Nº/2005, de 30 de maio último, acusando recebimento do Ofício nº 723/2005, do Senado

Federal, que encaminha exemplar do Relatório Final nº 3, de 2005, da Comissão Externa criada com a finalidade de acompanhar as investigações desenvolvidas pela Polícia Federal e Polícia Civil do Estado do Pará sobre o assassinato da missionária Dorothy Stang. (Anexada ao processado do Ato do Presidente do Senado Federal nº 8, de 2005)..... 20429

1.2.7 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 1.105/2005, de 17 do corrente, acusando o recebimento do Ofício nº 752/2005, do Senado Federal, que encaminha exemplar do Relatório Final nº 3, de 2005, da Comissão Externa criada com a finalidade de acompanhar as investigações desenvolvidas pela Polícia Federal e Polícia Civil do Estado do Pará sobre o assassinato da missionária Dorothy Stang. (Anexada ao processado do Ato do Presidente do Senado Federal nº 8, de 2005)..... 20429

1.2.8 – Leitura de requerimentos

Nº 649, de 2005, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Sérgio Cabral, solicitando voto de pesar pelo falecimento do músico Mestre Zé Paulo ocorrido em 14 do corrente..... 20429

Nº 650, de 2005, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Sérgio Cabral, solicitando voto de pesar pelo falecimento da cantora e atriz Norma Sueely ocorrido em 14 do corrente..... 20430

Nº 651, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Guerra, solicitando a remessa à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Projeto de Lei do Senador nº 180, de 2003..... 20430

Nº 652, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Guerra, solicitando a remessa à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Projeto de Lei do Senador nº 231, de 2003..... 20430

Nº 653, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Guerra, solicitando a remessa à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Projeto de Lei do Senador nº 360, de 2003. 20430

Nº 654, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Guerra, solicitando a remessa à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Projeto de Lei do Senador nº 369, de 2003..... 20430

1.2.9 – Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 57, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Guerra, que altera a redação dos arts. 114 e 209 do Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre as atas..... 20430

1.2.10 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 57, de 2005, lido anteriormente.. 20431

1.2.11 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – (Com.inadiável) – Elogio à escolha da Ministra Dilma Roussef para comandar a Casa Civil. Saudação à primeira Desembargadora negra nomeada no país, Doutora Neusa Maria Alves da Silva..... 20431

1.2.12 – Comunicação da Presidência

Designação do Senador Maguito Vilela, como Relator Revisor do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005..... 20434

1.2.13 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR NEZINHO ALENCAR, como Líder – Solicita a substituição do superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, do Estado do Tocantins, por promover a substituição de famílias assentadas no campo há cerca de 20 anos por outras recém-chegadas. 20434

SENADOR MÃO SANTA – Homenagem ao Líder do PDT, Leonel de Moura Brizola, pela passagem de um ano de sua morte, relembrando sua atuação na vida política brasileira. 20436

SENADOR SIBÁ MACHADO, como Líder – Indignação com as críticas feitas ao ex-ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, José Dirceu. Parabeniza o Presidente Lula pela indicação do Sr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza para exercer o cargo de procurador-geral da República..... 20439

SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Homenagem ao Líder do PDT, Leonel Brizola, na passagem de um ano de sua morte..... 20440

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA – Registra o falecimento da mãe da Senadora Ideli Salvatti, ocorrido hoje. 20442

SENADOR JOSÉ JORGE – Considerações acerca do funcionamento da CPI dos Correios. ... 20442

SENADOR CÉSAR BORGES – Protesto contra decisão anunciada pelo Governo Federal, de cancelar em definitivo o empréstimo com o Banco Mundial, para construção do Metrô. 20443

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Considerações sobre a crise política no governo federal.. 20446

SENADOR PEDRO SIMON – Homenagem a Leonel Brizola, relembrando sua atuação na vida política brasileira..... 20448

SENADORA HELOÍSA HELENA – Comentários aos indícios de corrupção no governo Lula. 20451

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Críticas ao Presidente Lula pela decisão de cancelamento de empréstimo junto ao Banco Mundial, destinado às obras do metrô da capital baiana..... 20454

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Homenagem a Leonel Brizola por ocasião do transcurso de um ano de sua morte..... 20461

SENADOR LEONEL PAVAN – Homenagem a Leonel Brizola por ocasião do transcurso de um ano de sua morte..... 20462

SENADOR NEY SUASSUNA – Transcurso dos 75 anos da Revolta de Princesa, ocorrida no município de Princesa/PB..... 20462

SENADOR TIÃO VIANA – Elogio à escolha da Ministra Dilma Roussef para comandar a Casa Civil da Presidência da República. 20464

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Amadurecimento das instituições democráticas brasileiras para enfrentamento da atual crise política. 20466

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Viagem de S.Exª a São Paulo, onde constatou a indignação da população com os últimos acontecimentos políticos no país. 20467

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE – Registro do falecimento da mãe da Senadora Ideli Salvatti. Homenagem a Leonel Brizola, na passagem de um ano de sua morte. Registro do falecimento hoje de Paulo Affonso Martins de Oliveira, ex-Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados. Registro do pronunciamento do Presidente Lula hoje na cerimônia de abertura do Congresso Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária em Luziânia/GO. Aprovação hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do nome Sr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza para exercer o cargo de Procurador-Geral da República..... 20469

2041.2.14 – Leitura de Requerimentos

Nº 655, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando voto de lembrança pelo transcurso do 1º aniversário de falecimento de Leonel Brizola. **Aprovado.** 20471

Nº 656, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando voto pesar pelo falecimento do Sr. Paulo Affonso Martins de Oliveira, ex-Secretário-Geral da Câmara dos Deputados. **Aprovado**, tendo usado da palavra os Srs. Heráclito Fortes, Marco Maciel, Antonio Carlos Magalhães, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Edison Lobão e Maguito Vilela. 20472

Nº 657, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Presidente do Banco Central do Brasil as informações que menciona..... 20476

Nº 658, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando autorização para desempenhar missão, nos Estados Unidos da América, no período de 20 de junho a 1º de julho próximo, quando estará tratando da situação dos brasileiros detidos pelo Serviço de Imigração daquele País... 20478

1.2.15 Ofício

Nº 394/2005, de 16 do corrente, do Senador Marcelo Crivella, comunicando que se ausentará do País no período de 20 de junho a 1º de julho próximo. 20478

1.2.16 – Leitura de requerimento

Nº 659, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores, solicitando calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A, de 2003 (PEC Paralela). 20479

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Justiça e da Defesa e dos Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 299.594.749,00 (duzentos e noventa e nove milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e nove reais) para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada**, por falta de acordo das Lideranças. 20480

Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças. **Apreciação sobrestada**. 20480

Item 3

Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que inclui § 8º no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). **Apreciação sobrestada**. 20480

Item 4

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios). **Apreciação sobrestada**. 20480

Item 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. **Apreciação sobrestada**. 20480

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia). **Apreciação sobrestada**. 20481

Item 7

Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2004 (nº 834/2003, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional da Imigração Japonesa. **Apreciação sobrestada**. 20481

Item 8

Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – “Desmanche”, que altera a redação do art. 126 da lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os artigos 126-A e 126-B. **Apreciação sobrestada**. 20481

1.3.1 – Comunicação da Presidência

Deferimento do Requerimento nº 644, de 2005, da Senadora Roseana Sarney, lido no dia 16 último, que solicita licença para tratamento de saúde. 20481

1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ALVARO DIAS – Considerações sobre dados da política econômica do Governo Lula. 20482

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registra novo recorde de exportações de produtos fabricados no Pólo Industrial de Manaus. Apoio à manifestação ocorrida hoje, em favor da urgente aprovação do projeto de decreto legislativo que marca a data do plebiscito do desarmamento. 20483

SENADOR FLÁVIO ARNS – Necessidade de caracterização da genética como política pública. 20484

1.3.3 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 21, terça-feira, às 14 horas com Ordem do Dia anteriormente designada. 20485

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

Do Senador Alvaro Dias, proferido no dia 20 de junho 2005. 20487

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 21.06.2005

4 – TERMO DE REUNIÃO

Referente à Medida Provisória nº 252, de 2005. 20490

SENADO FEDERAL

- 5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
 - 52ª LEGISLATURA
 - 6 – SECRETARIA DE COMISSÕES
 - 7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS
 - 8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
 - 9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 - 10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
 - 11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR
 - 12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
-

CONGRESSO NACIONAL

- 13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL
 - 14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 - 15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)
 - 16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
 - 17 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO
-

Ata da 87ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 21 de junho de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Papaléo Paes,
Alvaro Dias e Eduardo Azeredo*

ÀS 14 HORAS ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 21/6/2005 07:38:49 até 21/6/2005 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLCY	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	
Bloco-PT	PR	FLAVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
	MT	LUIZ SOARES	X	
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PMDB	MA	MAURO FECURY	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
Bloco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	X	
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PP	DF	VALMIR AMARAL	X	
PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	X	

Compareceram: 68 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – A lista de presença o comparecimento de 68 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 63/05

Brasília, 20 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador César Borges, pelo Senador Rodolpho Tourinho, na vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 252, de 2005, que “Instituiu o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital, dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica e dá outras providências”.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração. – Senador **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, comunicação que passo a ler.

É lido o seguinte:

Brasília, 16 de junho de 2005

Sr. Presidente,

Comunico a V. Ex^a o meu desligamento do Partido Popular Socialista – PPS, a partir desta data.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2005. – Senadora **Patrícia Saboya Gomes**

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.019/2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem (SF) nº 160, de 2005, do Presidente da República (Mensagem nº 362, de 2005 na origem), que

“submete á apreciação do Senado Federal o nome do senhor Antonio Fernando Barros e Silva de Souza para exercer o cargo de procurador-geral da república, na vaga decorrente do término do mandato do doutor Cláudio Lemos Fonteles, com mandato de 2 anos”.

A Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 21-6-2005, apreciando o Relatório (em anexo) apresentado pelo Senador Álvaro Dias sobre a Mensagem (SF) nº 160, de 2005, do Presidente da República, opina pela aprovação da escolha do nome do Doutor Antonio Fernando Barros e Silva de Souza para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, nos termos dos arts. 84, XIV, 52, III, alínea e, e 128, § 1º, da Constituição Federal.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2005. – **Antonio Carlos Magalhães** – Presidente, **Alvaro Dias** – Relator

Relatório

Relator: Senador **Alvaro Dias**

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor Antonio Fernando Barros de Souza para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, na vaga decorrente do término do mandato do Doutor Cláudio Lemos Fonteles.

A Constituição (art. 52, inciso III, e art. 128, § 1º) atribui ao Senado Federal competência privativa para aprovar, previamente e por voto secreto, a escolha do Procurador-Geral da República, após arguição em sessão pública.

O art. 101, inciso II, alínea i, do Regimento Interno, confere a esta Comissão competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito prescrito no art. 383.

Constam dos autos da sobredita mensagem o **currículum vitae** e diversas informações complementares sobre o indicado, em obediência à prescrição do art. 383, inciso I, também do Regimento da Casa.

Homem público de longa carreira jurídica, o Doutor Antonio Fernando Barros de Souza nasceu a 30 de setembro de 1948. Formado em Direito, em 1972, pela Universidade Federal do Paraná, foi laureado, no ano de sua formatura, pela Instituição com as distinções Prêmio “Professor Ernani Guarita

Cartaxo”, conferido ao aluno mais freqüente no Curso Jurídico e Prêmio “Professor Enéas Marques dos Santos”, concedido ao aluno com maior média em Direito Judiciário Civil e Direito Judiciário Penal.

Participou de diversos cursos de especialização, dentre os quais importa destacar: Curso Temporário de Especialização para ingresso na Magistratura, patrocinado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (1972); Curso de Aperfeiçoamento em Direito Processual Civil, promovido pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná; Curso de Direito Comercial, em homenagem à memória de Manoel Bernardino Vieira Cavalcanti, promovido pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (1969); Ciclo de Estudos de Direito Civil, promovido pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (1969); Ciclo de Conferências sobre o Novo Código Penal Brasileiro, promovido pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (1970); Quinto Seminário Nacional de Direito Comparado, realizado na cidade do Rio de Janeiro com o patrocínio da Embaixada dos Estados Unidos da América (1971); Ciclo de Conferências sobre o Novo Código de Processo Civil Brasileiro, promovido pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (1971); Semana de Estudos Jurídicos do Ministério Público, promovida pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Paraná (1971).

Ainda no âmbito acadêmico, merecem destaque, de sua lavra, os artigos **O Ministério Público e a Tutela Jurisdicional dos Interesses Coletivos**, publicado na revista Paraná Judiciário: A Legitimação do Ministério Público nas Ações Cíveis Coletivas, publicado na Revista da Associação dos Magistrados do Paraná; O Ministério Público como Garante dos Valores Constitucionais, publicado na edição Quinze Anos de Constituição; e Contribuição Previdenciária dos Inativos e Pensionistas, publicado no Boletim de Direito Administrativo.

Ademais, foi professor contratado da Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis da Universidade Católica do Paraná, onde lecionou a disciplina de Direito Público e Privado, até março de 1974; Professor contratado da Faculdade de Direito da Universidade Católica do Paraná, até dezembro de 1975; e Professor contratado do Centro Educacional Unificado de Brasília (CEUB) onde lecionava a disciplina de Direito Civil.

Principiou sua carreira na Administração Pública, em 1974, quando logrou o quarto lugar no concurso

para provimento de cargos de Procurador da República da Terceira Categoria.

No Ministério Público Federal, foi promovido a Subprocurador-Geral da República, em 1998, por merecimento. Em 1996, 1998 e 2001, foi eleito, pelo Colégio de Procuradores da República, para integrar lista sêxtuplo encaminhada ao Superior Tribunal de Justiça para provimento de vaga de Ministro daquela Corte, destinada a membro do Ministério Público. Também foi escolhido, nas três oportunidades, pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça, para compor a lista tríplex enviada ao Presidente da República para nomeação. Foi eleito pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal membro titular da Primeira Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal – para matérias constitucionais e infraconstitucionais, nos períodos de 1996 a 1998 e 2004 a 2005 – e da Quarta Câmara de Coordenação e Revisão do meio ambiente e do patrimônio cultural, nos períodos de 1998 a 2000, 2000 a 2002 e 2002 a 2004. Foi membro, na condição de jurista, da Comissão Examinadora do Décimo Quarto e do Décimo Quinto concursos públicos para provimento de cargos de Procurador da República, e, como Subprocurador-Geral da República, da Comissão Examinadora do Décimo Sexto ao Vigésimo Primeiro concursos públicos da mesma carreira. Foi designado pelo Procurador-Geral da República para atuar perante o Superior Tribunal de Justiça, de 1995 a 2003. Foi eleito pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal membro titular da Terceira Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal em matéria eleitoral e designado seu Coordenador pelo Procurador-Geral da República (no período de 1994 a 1996). Foi designado pelo Procurador-Geral da República para atuar perante o Superior Tribunal de Justiça, com assento na Segunda Turma (de julho de 1989 a fevereiro de 1992), e perante o Supremo Tribunal Federal, com assento na primeira Turma (de fevereiro de 1992 a março de 1994). Foi Procurador da República-Chefe do Estado do Paraná (de novembro de 1985 a fevereiro de 1989); Procurador Regional Eleitoral Substituto no Estado do Paraná (de março de 1982 a julho de 1989); Procurador Regional Eleitoral Substituto no Estado do Paraná (de março de 1982 a julho de 1983). Representou o Ministério Público no Conselho Penitenciário do Estado do Paraná em vários períodos.

No âmbito profissional, sobressaem os diversos trabalhos forenses como membro do Ministério Público Federal, consistentes em inúmeras manifestações perante a Justiça Federal de Primeira Instância no Estado do Paraná e em mais de quatro mil pareceres emitidos em processos junto ao Supremo Tribunal Federal, Tribunal Superior Eleitoral e Superior Tribunal de Justiça.

Destacam-se, ainda, do **currículum** do Senhor Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, a participação como membro efetivo do Instituto dos Advogados do Paraná, desde 1972; o exercício da Vice-Presidência da Associação Nacional dos Procuradores da República, no período de 1985 a 1987; o exercício da Direção da Associação Nacional dos Procuradores da República, na gestão 1987 a 1989; a Representação do Ministério Público Federal nas Comissões Supervisoras das provas escritas de diversos concursos públicos para provimento de cargos de Juiz Federal: a participação, como membro, da Banca Examinadora do teste seletivo para provimento de cargos de Assistente Jurídico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (1980); e o exercício da advocacia privada (de 1972 a 1985).

Acreditamos pertinente e ilustrativa a leitura de depoimento pessoal do Senhor René Afiei Dotti – Professor Titular de Direito Penal, Vice-Presidente e Membro do Comitê Científico da Associação internacional de Direito Penal (Paris) e Presidente do Grupo Brasileiro e Membro da Sociedade Mexicana de Criminologia – a respeito do Senhor Antonio Fernando Barros e Silva de Souza:

Conheci o Procurador Antonio Fernando Barros e Silva de Souza quando ele estudava em Curitiba, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Corria o final dos anos 60 e início dos 70 e o ambiente universitário estava impregnado de dúvidas e incertezas determinadas pelos acontecimentos políticos e institucionais que mutilavam as liberdades públicas, os direitos e as garantias individuais. Fui professor de Direito Penal para a turma freqüentada pelo aluno Antonio Fernando e posso testemunhar, na convivência funcional de rotina, que ele demonstrava na sala de aula e em outros ambientes da Faculdade, as atenções e a dedicação próprias dos bons estudantes. Atento às exposições, discreto e lúcido nas participações individuais ou em grupo, o aluno Antonio Fernando já demonstrava grande

sensibilidade para as questões criminais. Além da virtude intelectual – que é facilmente percebida pelo professor no convívio acadêmico – ele revelava a amabilidade de trato para com os colegas, mestres e servidores.

Mais tarde eu o reencontrei, na Justiça Federal em Curitiba, como representante do Ministério Público. Agora eu não era mais o professor e sim o advogado que comparecia ao fórum. Ele não era mais o aluno. Mas as suas virtudes como ser humano atencioso, responsável e estudioso se mantiveram intactas não obstante a importância social e o poder institucional do cargo. A modéstia e a elegância no trato pessoal continuaram sendo virtudes que ele tem cultivado na função público e nas relações pessoais.

O Ministério Público é um agente político do Estado, embora com atribuições e responsabilidades distintas daquelas conferidas aos servidores que são os agentes administrativos.

Hely Lopes Meireles, o imortal mestre de Direito Administrativo, relaciona a instituição do Ministério Público na categoria das Casas Legislativas (Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores), das chefias do Executivo (Presidente da República, Governadores e Prefeitos Municipais) e também dos juizes e tribunais. E lembra que, em doutrina, os agentes políticos têm plena liberdade funcional, equiparável à independência dos magistrados em seus julgamentos (**Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 11^a edição, 1985, p. 51).

O Procurador Antonio Fernando, pela notável contribuição já prestada no itinerário de sua virtuosa carreira, e pela dedicação com que defende as causas de interesse público será, certamente, um dos notáveis representantes de sua Instituição na proteção dos valores constitucionais e legais e, em especial, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala da Comissão, 21 de Junho de 2005.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: MSF Nº 160 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/06/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	
RELATOR:	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
ALMEIDA LIMA	6-TASSO JEREISSATI
ÁLVARO DIAS (RELATOR)	7-EDUARDO AZEREDÓ
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) *	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (**), PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4-JOÃO CAPIBERIBE
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
JOÃO BATISTA MOTTA	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
MAGUITO VILELA	4-GERSON CAMATA
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 08/06/2005

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(**) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.
Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

SGM/P nº 1.115/05

Brasília, 17 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-se a Vossa Excelência para comunicar que a Medida Provisória nº 240, de 1º de março de 2005, que “Dispõe sobre a aplicação dos arts. 5º, 6º, 7º e 8º da Medida Provisória nº 232, de 30 de dezembro de 2004”, e a Medida Provisória nº 243, de 31 de março de 2005, que “Altera a legislação tributária federal e dá outras providências”, foram declaradas prejudicadas em virtude da aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2005 (Medida Provisória nº 232, de 30 de dezembro de 2004), e sua subsequente conversão na Lei nº 11.119, de 25 de maio de 2005.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração.
– **Severino Cavalcanti**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Os processados das Medidas Provisórias a que se refere o ofício que acaba de ser lido vão à Comissão Mista, usando por analogia o art. 11 da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 800/2005/GM/MMA

Brasília, 30 de maio 2005

Assunto: Relatório Final nº 3/2005, referente ao assassinato da missionária Dorothy Stang.

Senhor Senador,

1. A Senhora Ministra Marina Silva incumbiu-me de participar a Vossa Excelência o recebimento do Ofício SF nº 742/2005, de 16 de maio de 2005.

2. Por apresentar conteúdo relativo à sua esfera de competência, o expediente foi encaminhado à Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos, deste Ministério, sob o Protocolo Geral nº 10.029/2005-00, para análise do assunto e examinar a possibilidade de dar-lhe andamento, em face das providências decorrentes.

2. Por apresentar conteúdo relativo à sua esfera de competência, o expediente foi encaminhado à Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos, deste Ministério, sob o Protocolo Geral nº

10.029/2005-00, para análise do assunto e examinar a possibilidade de dar-lhe andamento, em face das providências decorrentes.

3. Informações complementares poderão ser obtidas diretamente junto à unidade indicada, por intermédio do telefone central nº (61) 4009-1000.

Atenciosamente, – **Bazileu Alves Margarido Neto**, Chefe do Gabinete da Ministra, interino.

Goiânia, 30 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Encarregou-me o Senhor Governador de acusar o recebimento do ofício nº 723/2005 subscrito por V. Exª, no qual encaminha exemplar do Relatório Final nº 3, de 2005, bem como de externar-lhe agradecimentos pela atenção dispensada.

Ao ensejo, expressei-lhe elevados protestos de apreço e consideração.

Cordialmente, – **Servito de Menezes Filho**, Chefe de Gabinete do Governador.

SGM/P nº 1.105/05

Brasília, 17 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, acuso o recebimento do Ofício SF nº 752/2005, datado de 16 de maio do corrente ano, que encaminha a esta Casa o Relatório Final da Comissão Externa criada com a finalidade de acompanhar as investigações desenvolvidas pela Polícia Federal e Polícia Civil do Estado do Pará sobre o assassinato da Missionária Dorothy Stang.

Informo a Vossa Excelência que o Projeto de Lei nº 4.776, de 2005, foi aprovado pela Comissão Especial constituída para examinar a matéria e deverá ser apreciado pela Casa oportunamente, tendo, inclusive, constado da **Ordem do Dia** das últimas sessões.

Informo, ainda, que encaminhei cópia do expediente em apreço aos senhores líderes partidários, para conhecimento.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.
– **Severino Cavalcanti**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Os expedientes que acabam de ser lidos vão à publicação e serão juntados ao processado do Ato do Presidente do Senado Federal nº 8, de 2005.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 649, de 2005

Requerem Voto de Pesar pelo falecimento do músico Mestre Zé Paulo ocorrido em 14 de junho de 2005.

Requeremos, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar, pelo falecimento de José Paulo Miranda, cavaquinista e violinista, conhecido no meio artístico como Mestre Zé Paulo.

Atuou também como jornalista, tendo trabalhado no **Jornal do Brasil** e em **O Globo**, voltando, dez anos depois a se dedicar à música, sua verdadeira paixão. Requeiro também que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família do músico.

Justificação

O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se pela dedicação do músico à sua profissão. Mestre Zé Paulo morreu de infarto, abraçado com seu cavaquinho, enquanto interpretava a canção “Inútil Paisagem”, no palco do restaurante no qual se apresentava.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB – Senador **Sérgio Cabral**.

REQUERIMENTO Nº 650, de 2005

Requerem Voto de Pesar pelo falecimento da cantora e atriz Norma Suely ocorrido em 14 de junho de 2005.

Requeremos, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar, pelo falecimento da cantora e atriz Norma Suely, consagrada intérprete da música popular brasileira, além de participar de elencos de teatro e cinema.

Requeiro também que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família da cantora, especialmente de seu marido, o comerciante Natal Luiz Prosdócimo.

Justificação

O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se pela dedicação da cantora e atriz Norma Suely, mineira de Ponte Nova, que começou a vida artística estudando canto lírico na Itália. No início, profissionalizou-se na Rádio Nacional, cantando operetas, para, depois, dedicar-se quase que exclusivamente à música popular.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB – Senador **Sérgio Cabral**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 651, de 2005

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, **c**, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, a remessa à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2005. – Senador **Sérgio Guerra**.

REQUERIMENTO Nº 652, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, **C**, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, a remessa à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2003.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2005. – Senador **Sérgio Guerra**.

REQUERIMENTO Nº 653, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, **C**, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, a remessa à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2003.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2005. – Senador **Sérgio Guerra**.

REQUERIMENTO Nº 654, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, **C**, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, a remessa à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2003.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2005. – Senador **Sérgio Guerra**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 57, DE 2005

Altera a redação dos arts. 114 e 209 do Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre as atas.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Os arts. 114 e 209 do Regimento Interno do Senado Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 114.

§ 1º Cada sessão terá uma ata circunstanciada, publicada no Diário do Senado Fede-

ral no dia seguinte ao da sua realização, salvo se secreta, e que conterá lista de presença e chamada, texto das matérias lidas e votadas, pareceres, retificações, discursos, debate, incidentes e declarações da Presidência.

§ 2º.....

I – redigir as atas e enviá-las com seus anexos à Subsecretaria de Anais;

.....

III – ”(NR)

“Art. 209. Os trabalhos das sessões do Senado, bem como as atas das comissões, serão organizados em anais, por ordem cronológica, para publicação gráfica e eletrônica.” (NR)

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As atividades do Senado, no Plenário e nas comissões, estão cada vez mais públicas, graças à implantação da TV e da rádio Senado, que transmitem as sessões em tempo real. Extremamente importante para a atividade parlamentar, essa divulgação permite aos cidadãos conhecer e acompanhar a rotina do processo legislativo, o que favorece a formação de opiniões e possibilita uma maior participação política.

Além dessa divulgação, o registro dos trabalhos também atende ao princípio da publicidade, inscrito no art. 37 da Constituição Federal. Assim, as mudanças que estou propondo nos arts. 114 e 209 do RISF objetivam assegurar o registro em ata das informações mais importantes sobre as sessões das comissões permanentes e temporárias e sua publicação em meio gráfico e eletrônico, para maior facilidade de sua divulgação.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2005. – Senador **Sérgio Guerra**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
.....

Regimento Interno do Senado Federal

Art. 114. As comissões permanentes e temporárias serão secretariadas por servidores da Secretaria do Senado e terão assessoramento próprio, ouvida a Consultoria Legislativa ou a de Orçamentos, conforme o caso.(*)

Parágrafo único. Ao secretário da comissão compete: (**)

I – redigir as atas;

II – organizar a pauta do dia e do protocolo dos trabalhos com o seu andamento;

III – manter atualizados os registros necessários ao controle de designação de relatores. (NR)

.....
Art. 209. Os trabalhos das sessões serão organizados em anais, por ordem cronológica para distribuição aos Senadores.
.....

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas ao **Projeto de Resolução nº 57, de 2005**, que acaba de ser lido, nos termos do art. 235, II, a, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Há oradores inscritos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA.

Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável, após o Senador Paulo Paim, que chegou antes de mim.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a minha inscrição, como terceiro a chegar ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Ex^{as}. terão assegurado o uso da palavra por 5 minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

Sem prejuízo da ordem de inscrição, concedo a palavra ao nobre Senador Paul Paim.

S. Ex^a dispõe de até dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, falarei de um tema que, para mim, é muito importante, mas não deixarei de registrar a minha alegria, a minha satisfação e a minha confiança em relação à decisão tomada pelo Presidente da República de indicar a Ministra Dilma

Rousseff para assumir o cargo de Ministra Chefe da Casa Civil.

Eu tenho uma amizade muito grande pela Ministra Dilma, que é até bom recordar. Ainda jovem, metalúrgico, trabalhando no grupo Tramontina no Rio Grande do Sul, tive uma conversa com ela e recebi seu apoio para a primeira disputa que realizei quando me elegei Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Rio Grande do Sul, há aproximadamente 30 anos. Para minha alegria, contei com seu importante apoio quando me candidatei ao Senado da República e em todas as vezes que participei da disputa para a Câmara dos Deputados.

Dou esse depoimento, Sr. Presidente, por reconhecer na Ministra Dilma competência, seriedade e responsabilidade. Pode haver neste País muita gente séria e responsável tanto quanto a Ministra, mas não mais séria nem mais responsável e com mais zelo pela questão pública do que ela, essa mineira que escreveu a sua trajetória política no combate à ditadura. Para nosso orgulho, foi Secretária de Estado, em duas oportunidades, no meu Rio Grande do Sul.

Faço esse depoimento, porque entendo que o Presidente Lula foi muito feliz na escolha da Ministra Dilma para assumir a Casa Civil.

Sr. Presidente, quero fazer hoje um pronunciamento relacionado à primeira Desembargadora negra do Brasil.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Permite-me V. Ex^a um brevíssimo aparte, antes de V. Ex^a entrar propriamente no conteúdo do seu discurso?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Quanto à referência à escolha do Sr. Presidente, quero também secundar as palavras de V. Ex^a. Estamos numa fase já para o fim do Governo e é necessário haver no Palácio, junto ao Presidente, uma pessoa com a capacidade executiva da Ministra Dilma, mais voltada para o lado executivo do que para o político, a fim de dar implementação a alguns projetos que estão efetivamente em retardo. Desse modo, a escolha foi certíssima e parabenizo V. Ex^a por ter feito essa referência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Roberto Saturnino.

Repito uma frase que ouvi de alguém no meu Rio Grande, que diz o seguinte: “Se queriam um choque de gestão, vão ter” – em razão da competência e da capacidade da nossa Ministra. Digo mais, Senador Roberto Saturnino. Considero a Ministra tão competente que, se quisessem que ela exercesse um cargo mais político, podem estar certos de que ela saberia exercê-lo com competência. Todavia, pediram que ela fosse

administrar, gerenciar a máquina pública na Casa Civil. Tenho certeza de que ela o fará como ninguém, pois, repito, pode ter alguém tão sério e tão honesto, mas não mais do que a Ministra. Por isso, a minha alegria neste momento.

Sr. Presidente, eu quero falar hoje de uma Desembargadora que não é gaúcha, mas baiana. Começo com palavras dela: “...os muros são altos, as pedras no caminho são enormes, os fossos cavados são profundos. Mas valeu a pena”. É com muita honra e muito orgulho que registro essas palavras da nova Desembargadora, Dra. Neuza Maria Alves da Silva, a primeira Desembargadora negra do Brasil.

Essa mulher guerreira, nascida na querida cidade de Salvador, contou em recente entrevista concedida à revista **O Magistrado** ser estudante oriunda de escola pública e ter enfrentado obstáculos de ordem econômica, de acesso à informação, a viagens, cursos, mestrados, doutorado.

Ela enfrentou o dever de criar filhos e ajudar parentes em situação menos favorecida, mas não desistiu de sonhar.

Cursou Direito na Universidade Federal da Bahia e enfrentou concursos públicos de provas e títulos, chegando com grande merecimento ao lugar de primeira Desembargadora negra do nosso País.

A despeito da discriminação que atinge a raça negra, temos aí, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, mais um exemplo de coragem e de luta. E digo, com muita honra, que é a raça negra buscando o espaço que lhe é de direito!

A Desembargadora fala do preconceito e da discriminação que o negro sofre, lembrando que, apesar de existirem várias pessoas, homens e mulheres negros que reúnem condições de ocupar espaços de destaque no cenário nacional, encontram barreiras vindas de diversas direções que impedem o reconhecimento à sua capacidade.

E eu volto a perguntar aos meus nobres pares: o que podemos fazer para enfrentar esta realidade? As ações afirmativas visam alterar este quadro a fim de que a igualdade se torne a nossa realidade.

Mais uma vez insisto na importância da política das cotas.

A Desembargadora Neuza Maria coloca muito bem a questão quando diz:

As cotas são um caminho, não o único, mas são um caminho rumo ao resgate da cidadania do povo negro, tão espezinhado e quase reduzido à condição de coisa, ao longo dos séculos de escravidão e mesmo após a ‘libertação’ [que não veio em 13 de maio de 1888].

Eu ratifico as palavras da Desembargadora, Sr. Presidente, porque ela vai além e diz:

O sistema de cotas visa à inclusão do negro na vida do grupo social ao qual pertence, devendo ser incentivado seja na educação, no mercado de trabalho, nos meios de comunicação e propaganda, na saúde, na política, a fim de se resgatar a sua plena condição de cidadão.

Nós, que somos da raça negra, temos o dever de mostrar aos nossos filhos exemplos como o da Desembargadora Neuza Maria, do Ministro Joaquim Benedito, e outros exemplos de pessoas que não se intimidaram e foram à luta, buscaram o seu espaço. Nós temos o dever de contar aos nossos filhos sobre a luta de Zumbi dos Palmares, de Abdias do Nascimento, que foi Senador da República, de homens e mulheres negros, exemplos de enfrentamento da injustiça social.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Paim, o assunto é realmente apaixonante toda vez que tratamos dele. Falar nas cotas, por mais que se escutem as pessoas que dizem que já temos aqui a igualdade, que podemos, com a política de cotas, colocar pessoas não merecedoras de um espaço nas universidades ou até em outros... Lembro-me que começamos a tratar da participação mínima da questão de gênero nos postos de direção lá na CUT. V. Ex^a era um dirigente lá à época, e se discutia isso lá. Quando começamos, esse debate parecia coisa de brincadeira, as pessoas não queriam levar a sério. Isso a CUT estabeleceu, depois foi para dentro do PT, que estabeleceu isso e, hoje, para nossa alegria, consta inclusive na lei eleitoral, obrigando os partidos a obedecerem essa regra. Então tudo é começo. Estou aqui me congratulando com V. Ex^a. A política de cotas é um começo, ela tem de ser instalada e depois aperfeiçoada no correr do tempo para, digamos, dirimir qualquer conflito que possa vir a surgir. Mas parabeno V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Aproveito, Senador Sibá, V. Ex^a, que é um Vice-Líder do Bloco de apoio ao Governo, para dizer que essa mesma colocação de V. Ex^a lembra o início do meu pronunciamento. Lembro a Ministra Dilma, mulher, tão discriminada também neste País. Em toda a história da República é a primeira vez que uma mulher vai ser Chefe da Casa Civil. Então, quando estamos falando de discriminação contra o negro, o índio, o branco também, enfim, por outros motivos, quero aproveitar o seu aparte e voltar

ao início do meu pronunciamento, dizendo que o Governo Lula quebra mais um tabu quando busca uma mulher para chefiar a Casa Civil.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para concluir, Sr. Presidente, se me permitir, é rápido.

É a nossa história, a nossa raiz, e nossas crianças precisam se reconhecer nessa história e traçar com orgulho e com determinação o rumo que querem seguir, cientes de que enfrentar a discriminação é o caminho.

A política de cotas é uma ação positiva. Quero lembrar aqui o Estatuto da Igualdade Racial, de nossa autoria, que está pronto para ser votado no Senado, e tenho certeza de que o Presidente Lula há de sancioná-lo entre os dias 16 e 20 de novembro.

Termino, Sr. Presidente, com uma breve fala da nossa desembargadora. Diz ela:

Espero firmemente que outros profissionais portadores das minhas e de outras “diferenças” se sintam motivados a tentar ascender na escala profissional, primando sempre pela sua capacitação e dispostos a enfrentar os percalços decorrentes dos desafios naturais advindos da ousadia. É necessário ter coragem, é necessário ousar, acreditar que podemos. Só assim venceremos.

Sr. Presidente, fiz questão de fazer o discurso hoje da Desembargadora Neuza Maria Alves da Silva como uma homenagem a todas as mulheres e a todos que são discriminados. Fiz aqui um misto do trabalho da Desembargadora Neuza Maria Alves da Silva e também da Ministra Dilma, por tudo o que ela representa, principalmente agora naquilo que considero o principal posto da República, que é a chefia da Casa Civil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. SENADOR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores. “...os muros são altos, as pedras no caminho são enormes, os fossos cavados são profundos. Mas valeu a pena.”

Sr. Presidente, é com muita honra e muito orgulho que eu registro essas palavras. São as palavras da nossa nova Desembargadora, Neuza Maria Alves da Silva. A primeira Desembargadora negra do Brasil!

Essa mulher guerreira, nascida na nossa amada cidade de Salvador, contou, em entrevista concedida à revista **O Magistrado**, ser estudante oriunda da escola pública e ter enfrentado obstáculos de ordem econô-

mica, dificuldades de acesso à informação, a viagens, cursos, mestrado, doutorado.

Ela enfrentou o dever de criar filhos e ajudar parentes em situação menos favorecida, mas não desistiu de sonhar.

Cursou Direito na Universidade Federal da Bahia e enfrentou os concursos públicos de provas e títulos, chegando com grande merecimento ao lugar de primeira Desembargadora negra do nosso País.

A despeito da discriminação que atinge a raça negra, temos aí, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, mais um exemplo de coragem e de luta. Digo, com muita honra, que é a raça negra buscando o espaço que lhe é de direito!

A Desembargadora fala do preconceito e da discriminação que o negro sofre, lembrando que, apesar de existirem várias pessoas, homens e/ou mulheres negros que reúnem condições de ocupar espaços de destaque no cenário nacional, eles encontram barreiras vindas de diversas direções que impedem que esse reconhecimento.

E eu volto a perguntar aos meus nobres Pares: o que podemos fazer para enfrentar essa realidade? As ações afirmativas visam alterar esse quadro a fim de que a igualdade se torne a nossa realidade.

Mais uma vez, insisto na importância da política de cotas.

A Desembargadora Neuza Maria coloca muito bem a questão quando diz:

“As cotas são um caminho, não o único, mas são um caminho rumo ao resgate da cidadania do povo negro, tão espezinhado e quase reduzido à condição de coisa, ao longo dos séculos de escravidão e mesmo após a “libertação”, assim, entre aspas”.

Ratifico as palavras da Desembargadora quando diz:

“O sistema de cotas visa à inclusão do negro na vida do grupo social ao qual pertence, devendo ser incentivado seja na educação, no mercado de trabalho, nos meios de comunicação e propaganda, na saúde, na política, a fim de se resgatar a sua plena condição de cidadão.”

Nós que somos da raça negra temos o dever de mostrar aos nossos filhos exemplos como esse da Desembargadora Neuza Maria, do Ministro Joaquim Benedito e outros exemplos de pessoas que não se intimidaram, que foram à luta e buscaram seu espaço.

Temos o dever de contar aos nossos filhos sobre a luta de Zumbi dos Palmares, de Abdias do Nascimento, de homens e mulheres negros, exemplos de enfrentamento da injustiça social.

É a nossa história, a nossa raiz, e nossas crianças precisam se reconhecer nela e traçar com orgulho

e determinação o rumo que querem seguir, cientes de que enfrentar a discriminação é o caminho.

A política de cotas é uma ação positiva.

O Estatuto da Igualdade Racial é uma ação positiva que espera pela aprovação do Congresso Nacional, para alforriar a nação negra.

Desembargadora, meus sinceros parabéns. Agradeço, em nome da população negra, por suas palavras positivas:

“Espero firmemente que outros profissionais portadores das minhas e de outras “diferenças” se sintam motivados a tentar ascender na escala profissional, primando sempre pela sua capacitação e dispostos a enfrentar os percalços decorrentes dos desafios naturais advindos da ousadia. É necessário acreditar que podemos. E seguir em frente.”

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – O Presidente Renan Calheiros designou Relator revisor do **Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005**, proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005, o nobre Senador Maguito Vilela.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Nezinho Alencar.

O SR. NEZINHO ALENCAR (PSB – TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para falar em nome da Liderança do meu Partido, o PSB, quando V. Ex^a considerar conveniente, mas antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex^a poderá fazer uso da palavra agora, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Tem V. Exa a palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para falar pela Liderança do Bloco antes da Ordem do Dia. Daqui a pouco, farei chegar às mãos de V. Ex^a a autorização do Líder.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex^a fica inscrito. Aguardaremos o documento necessário para a devida autorização.

Com a palavra o Senador Nezinho Alencar.

O SR. NEZINHO ALENCAR (PSB – TO. Pela Liderança do PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sábado passado, visitei o interior do meu Estado, Tocantins. Fui à cidade de

Juarina, às margens do rio Araguaia. O povo daquela cidade, Sr. Presidente, esperava, ansioso, reunido debaixo de um pé de manga.

Quando cheguei ali, ouvi o clamor e vi o descontentamento e o choro de mães de família por uma ação injusta, desumana, desleal de um superintendente do Incra daquele Estado. Famílias proprietárias de apenas quatro alqueires de terras!

A lei diz, Sr. Presidente, e reconheço, que os proprietários ou os assentados não podem vender as suas propriedades, mas há mais de vinte anos ou há quase vinte anos grande parte daqueles proprietários assentados vendiam as suas propriedades – às vezes a preço de banana –, mas vendiam as suas propriedades. E o Incra, na oportunidade em que deveria tomar providência, não a tomou. Agora, quase vinte anos depois, aquelas famílias, já reconhecidas pelo próprio Incra, receberam carta de anuência para fazer financiamento junto ao Basa, Senador Eduardo Siqueira Campos. Entendo que o Incra já reconheceu esses pequenos proprietários como legítimos donos daquelas terras, mas mesmo assim a irresponsabilidade – digo assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores – fez com que o Superintendente do Incra daquele Estado entrasse com uma ação que foi julgada sem que as vítimas fossem ouvidas, Senador Eduardo Siqueira Campos, que também é do meu Estado e deve estar sofrendo na pele o mesmo que eu. Caro Senador Eduardo Siqueira Campos, a quem concederei um aparte, e Sr. Presidente, a situação é caótica. Aquelas famílias implorando, pedindo, pelo amor de Deus, que seja reparado esse dano causado pelo Superintendente do Incra daquele Estado.

Fiz questão de visitar aquele desumano superintendente. Quando cheguei lá, ele disse: “Se eu tivesse um gravador, eu iria gravar porque o senhor está tentando que eu prevarique. O senhor está tentando, e a lei me ampara”. Eu respondi: eu sei disso, sei que a lei o ampara. Vou falar sobre isso no Senado Federal.

Sr. Presidente, a minha vida é transparente. Eu falo em qualquer lugar. Chame a imprensa, grave o que eu disse. Não havia nenhuma prevaricação. Eu apenas estava lhe dizendo que era uma grande injustiça tirar a terra da mão daquele que, autorizado pelo próprio Incra, fez o financiamento, tirou R\$50 mil no Banco da Amazônia, construiu casa, formou pasto, dividiu aquelas terras e depois vê uma outra família, que nunca fez absolutamente nada por aquilo, tomar conta da sua propriedade.

Ouçó, com prazer, o nobre Senador Eduardo Siqueira Campos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO)

– Senador Nezinho Alencar, quero, de forma muito ob-

jetiva, até para que V. Ex^a não ultrapasse seu tempo, dizer a V. Ex^a que eu...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO)

– ... dessa mesma tribuna, fiz uma séria denúncia contra essa operação do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no Tocantins, ou seja, substituir trabalhadores assentados há quinze, vinte anos, com operações em andamento no Basa (Banco da Amazônia S/A), por novos assentados, sem nenhuma explicação lógica para isso. Fui alertado pelo Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade de Araguaína, Alan Kardec, conhecido de V. Ex^a, importante líder daquela região há muitos anos, e pelos das cidades de Piraquê, Santa Fé do Araguaia, Darcinópolis e Marianópolis, e todos estão vendo essa prática na qual as famílias estão sendo retiradas de seus assentamentos. Aproveito, Senador Nezinho Alencar, uma vez que o Presidente do Incra teve essa postura com V. Ex^a em nosso Estado, para intimá-lo a esclarecer, de público, as denúncias que estão fazendo os trabalhadores do Tocantins.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO)

– Segundo os trabalhadores, algumas ONG, presididas por integrantes de um partido político que eu entendo deve ser o primeiro a pedir a transparência e a publicação dos esclarecimentos, estão recebendo diretamente do Incra recursos para fazer as estradas. Peço ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao Presidente Nacional do Incra, uma vez que não vejo isenção do Incra no Tocantins, que digam publicamente sobre as verbas que estão sendo repassadas a essas ONG, para que nós saibamos quem está dirigindo essas ONG, que estão fazendo estradas, o que é muito estranho. Mas o Presidente do Incra tem se pautado, lá em no Estado, por esse tipo de comportamento, no mínimo deselegante, como aconteceu com V. Ex^a, um representante do povo...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO)

– ... que não merece ser tratado assim por ninguém, quanto menos pelo representante de um órgão público, como o Incra.

O SR. NEZINHO ALENCAR (Bloco/PSB – TO)

– Muito obrigado, Senador Eduardo, pelo seu aparte. Sr. Presidente, já estou encerrando...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– V. Ex^a já teve a terceira prorrogação. Tem mais 36 segundos.

O SR. NEZINHO ALENCAR (Bloco/PSB – TO)

– Não há som aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Há, sim, Excelência.

O SR. NEZINHO ALENCAR (Bloco/PSB – TO)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acredito, de coração, Senador Sibá Machado, no Governo do Presidente Lula, acredito no Ministro da Reforma Agrária e acredito no Presidente do Incra. Sei que eles haverão de substituir aquele superintendente por uma pessoa voltada para os interesses do nosso Estado, pela realização da reforma agrária e que trate nossos trabalhadores rurais com dignidade e não levando polícia para bater neles. Não permito esse tipo de comportamento. Vou denunciá-lo enquanto estiver aqui, meu caro Senador Sibá Machado.

Conheço a sensibilidade do Presidente da República. Sei que Sua Excelência haverá de tomar providência no sentido de trocar imediatamente aquele superintendente.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Pela ordem, tem V. Ex^a a palavra, Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, requeiro minha inscrição para falar pelo PMDB após a Ordem do Dia. Já providenciei o documento, que está nas mãos do diretor.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento Interno.

Continuando a lista de oradores inscritos, concedo a palavra ao Senador Mão Santa, que terá até dez minutos para seu pronunciamento. Em seguida, fará uso da palavra o Senador Sibá Machado, para uma comunicação inadiável.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Papaléo Paes, Senadoras e Senadores presentes na Casa, brasileiras e brasileiros na Casa e que assistem aos nossos trabalhos pelo sistema de comunicação do Senado.

Senador Paulo Paim, o Rio Grande do Sul deu muito ao Brasil. Talvez, a página mais bela dessa contribuição tenha sido a Revolução Farroupilha. Senador Sibá Machado, esse foi o primeiro movimento para transformar este País numa democracia e libertar os negros. Durou dez anos, com a atuação de Bento Gonçalves e dos lanceiros negros. Hoje o Piauí vem aqui homenagear um filho ilustre desse grandioso Estado do Brasil: Leonel Brizola.

Venho aqui, diferentemente do Senador Maguito Vilela, que está esperando procuração para falar pela Liderança do PMDB, falar pelo MDB do Deputado Ulysses Guimarães, do Senador Teotônio Vilela, do Presidente Tancredo Neves, do Presidente Juscelino Kubitschek, cassado quando era Senador pelo Estado de Goiás.

É uma homenagem ao Governador Leonel Brizola. Hoje faz um ano que faleceu Leonel Brizola.

Hoje, dia 21 de junho, faço minhas, Senador Paulo Paim, Senador Sibá Machado, Senador Suassuna, as palavras de Brizola aconselhando Lula. Ninguém foi mais verdadeiro, mais gaúcho, mais bravo, mais lutador do que Leonel Brizola, possuidor daquela virtude a que Ulysses se referiu quando disse: “Se lhe falta coragem, faltarão todas as virtudes”. Brizola, que representava a coragem do Rio Grande do Sul, deixou um recado, mas o núcleo duro não deixou o Presidente Lula ouvi-lo. Ele disse, nas suas últimas palavras: “Lula foi eleito para mudar o Brasil, e não para mudar de lado”. Brizola entendia que a salvação era o trabalhismo de Alberto Pasqualini, do Rio Grande do Sul, de Getúlio Vargas, do Rio Grande do Sul, de Rui Barbosa, baiano do Brasil – e tem muito a ver citar Rui Barbosa.

Sibá, atente bem V. Ex^a, que emprestamos ao Acre, lá de nosso Piauí, com sua inteligência: Rui Barbosa, ninguém mais do que ele, merecia chegar à Presidência. É a destinação. E ele não chegou, não foi Presidente. Mas perguntei a uma criança brasileira – não sabemos o nome de dez Presidentes –, toda criança sabe o nome de Rui Barbosa. E assim é com relação a Brizola. Ele não chegou à Presidência numa destinação, assim, de Rui Barbosa. Mas Brizola acreditava no trabalho, como Rui. E, como Rui, disse que o trabalho vem antes. O trabalho e o trabalhador têm que ter a primazia, o respeito e o apoio, porque eles é que fazem a riqueza e o capital.

E Lula trocou de entendimento das coisas. Mudou para o lado dos poderosos, dos ricos, dos banqueiros. Só quem está se dando bem é banqueiro nesta pátria do ganho fácil.

De Brizola, sem dúvida nenhuma, todos nós nos lembramos. Eu me lembro da emoção, quando renunciou Jânio da Silva Quadros. Sete meses de governo, Paulo Paim, e lá no meu Piauí nós ouvimos a voz dele.

O Senador José Jorge lá no Pernambuco ouviu a Cadeia da Legalidade. Brizola colocou na Assembléia a Rádio Guaíba e liderou este País para que se obedecesse à Constituição e tomasse posse o Presidente legítimo, o vice-Presidente, também gaúcho, João Belchior Goulart, que se encontrava na China. Os militares não queriam. E hoje, contrariando o entendimento dos

militares, ficou para a História. João Goulart, a imagem de Francisco, o Santo, que carregava a bandeira paz e bem, promoveu a paz neste País. Tomaram-lhe o Poder e ele entregou, para que não houvesse mortes. E a Cadeia da Legalidade!

Mas quero dizer aqui alguns trechos de quando os militares não queriam respeitar a Constituição. E ele falava, lá do Rio Grande do Sul para todo o Brasil, as palavras gravadas, que faço minhas, e que são trazidas à história do Brasil pela Jornalista Dione Kuhn em seu livro, a cujo lançamento meu amigo Paulo Paim me levou.

Então, eu concedo a palavra ao representante do Rio Grande do Sul, para esta homenagem também a Brizola, Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, cumprimento V. Ex^a pela homenagem que faz da tribuna, quando lembramos um ano da morte do ex-Governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, Engenheiro Leonel de Moura Brizola.

Senador Mão Santa, Brizola ficará para sempre na nossa mente pela forma como ele pensava este País. Brizola era um lutador, era um guerreiro, era um homem que pensava no social em primeiro lugar. Eu que falo tanto em movimento negro, Brizola foi, pelo PDT, o primeiro a organizar os negros dentro de uma agremiação política partidária. Eu sei que o meu tempo é pouco. Quero só dizer a V. Ex^a que jamais vou esquecer quando Brizola teve que sair do País. As suas fotos foram queimadas, os livros, proibidos de circular, e quem lia os trabalhos de Brizola poderia ser preso. Tenho comigo a imagem de Brizola, de forma permanente. Ele continua sendo uma grande referência, não só para o povo gaúcho, mas também para o povo brasileiro.

Concluo dizendo que Quilombo Silva, onde V. Ex^a esteve comigo lá em Porto Alegre, para evitar que eles fossem à força retirados da terra que eles têm de direito, passou também pela mão de Leonel de Moura Brizola, que naquela época já tinha sido avisado, já tinha apontado que era legítimo que os quilombolas ficassem com aquela propriedade. Brizola conversou, tenho certeza, a partir da reunião que tivemos com V. Ex^a na Assembléia Legislativa, unindo todos os Poderes.

O Presidente Lula, calculo eu, ainda esta semana, deve de uma vez por todas assegurar a titularidade para a terra da família Silva, legítimos representantes dos quilombolas. Parabéns a V. Ex^a. Quero dizer que estou muito orgulhoso de ter caminhado com Leonel Brizola ainda nas Diretas Já, mas de ter caminhado também com V. Ex^a, Senador Mão Santa, lá no Quilombo Silva e naquela audiência pública memorável de que participei com V. Ex^a e esposa, em Porto Ale-

gre, e que o Rio grande do Sul também jamais há de esquecer. Parabéns, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Incorporo as palavras do Senador Paulo Paim e reivindico ao Senador Papaléo Paes, cardiologista – o sentimento da generosidade está no coração, S. Ex^a bem sabe disso –, que me permita conceder apartes, já que há precedente, quando o Plenário permite. Estou vendo vários Senadores querendo participar da singela homenagem desta Casa à grandeza maior política da história contemporânea que foi Brizola. Como exemplo, a Câmara Federal fez uma sessão solene para homenageá-lo.

Então, concedo a palavra ao Líder do PDT, Osmar Dias, já confiando na sua generosidade, n'Ó Espírito das Leis de Montesquieu, no respeito a Brizola, ao Rio Grande do Sul, a nossa democracia, à Heloísa Helena e a Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, o Plenário não poderá, neste momento, alterar o Regimento. Temos de seguir o Regimento da Casa. Cada Senador já recebeu uma comunicação de reiteração, feita pelo Presidente da Casa, exatamente porque muitos Senadores estão se queixando à Presidência por não terem o espaço suficiente, devido ao fato de alguns nobres Senadores ocuparem esse espaço além do que deveriam, de acordo com o Regimento. Vamos conceder, na medida do possível, a palavra àqueles que estão pedindo um aparte, mas saiba V. Ex^a que também não podemos impedir que os próximos oradores façam uso da palavra.

A Senadora Heloísa Helena fará uso da palavra, de acordo com o seu consentimento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Papaléo Paes, quero adverti-lo de que talvez essas palavras sobre o brizolismo o estejam atraindo, porque V. Ex^a quer mudar de Partido, como eu. Está apertado, porque houve um equívoco. Segundo a Senadora Heloísa Helena, que sabe todo o Regimento Interno e sua modificação, são dez mais cinco. Mas saíram dez mais dois. Eu compreendo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – São dez mais cinco quando estamos em sessão não-deliberativa. Hoje, a sessão é deliberativa.

Senador Mão Santa, vamos aproveitar o seu tempo.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Sr. Presidente, colaborarei com a Mesa. Apenas agradeço ao Senador Mão Santa pela homenagem ao nosso Líder Leonel Brizola. Como Líder do PDT, peço a minha inscrição para falar logo a seguir e deixar tempo, então, para os outros apartes, cumprimentando o Senador Mão Santa e agradecendo essa homenagem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ouço, com prazer, a Senadora Heloísa Helena, fundadora do P-SOL e candidata a Presidente da República.

A SRA. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Mão Santa, quero também solidarizar-me com o pronunciamento de V. Ex^a. Sei que atinge não apenas o povo do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, mas todos os trabalhistas históricos do Brasil, além dos Parlamentares do PDT desta Casa – o Senador Osmar Dias já disse que vai pronunciar-se sobre este assunto. Mas eu não poderia deixar, Senador Papaléo Paes, de fazer este aparte, até porque Brizola foi especial num período muito difícil da minha vida. Quando eu estava passando pelo tribunal de inquisição do PT, naquele processo de expulsão – e hoje agradeço todos os dias por lá não mais estar para ter que justificar tanta podridão –, eu estava em primeiro lugar na intenção de voto da Prefeitura de Maceió. E o Brizola me procurou e, com muita humildade, me ofereceu o PDT como abrigo. Disse-me claramente que eu não precisava me comprometer com as concepções do programa do PDT, mas que ele se sentia na obrigação de me entregar o PDT como um abrigo, para que eu pudesse disputar a eleição. E lembro a última vez que eu o vi, junto com o Lupi, que hoje é o Presidente do PDT, Senador Sibá. Lógico que eu não imaginava que ele pudesse morrer tão rápido, porque, apesar da idade, ele era uma pessoa muito brilhante, inteligente, cheio de saúde. Uns dois meses antes da sua morte, eu o encontrei no seu apartamento no Rio. Milton Temer, eu, ele e Lupi fomos tomar café juntos.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

A SRA. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Ele abriu a janela do apartamento que dava para aquele marão lindo de Copacabana e disse “Olha, este apartamento não vale nada. O que vale é esse mar tão lindo”. Ele, que era um homem mais do campo, mais rural, dizia uma coisa assim, no auge da sua humildade. Eu, às vezes, ficava polemizando por ele estar fazendo algumas reuniões com o PFL; eu brigava com ele por isso. E, humildemente, tratando de como a conjuntura estava se dando, ele dizia que se sentia no final da vida, como se o sol estivesse se pondo. Por isso, ele achava que seria muito importante eu estar junto do PDT, com eles. Lógico que fizemos uma outra opção de construir um abrigo para a esquerda socialista democrática. Mas a lembrança que tenho de Brizola é de brilhantismo, de inteligência, de capacidade de luta e, ao mesmo tempo, de humildade, um lado dele que eu não conhecia. Então, saúdo o pronunciamento de V. Ex^a e saúdo também todos os trabalhistas históricos que, além dos Parlamentares, fazem o PDT, ou seja,

todos que foram parte, companhia, presença fundamental na vida dessa grande Liderança política. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Incorporo as palavras da Senadora Heloísa Helena ao meu discurso.

Atentai bem, Heloísa Helena! Vamos entender as coisas: mulher, eu só tenho uma, mas Partido, temos que ter mais de um, nesse pluripartidarismo. Fui Prefeitinho da minha cidade e governei o Estado do Piauí. Agora eu quero lhe dizer, Senador Osmar Dias, que durante toda a minha trajetória política eu estive ao lado do PDT. Vamos dizer: sou do PMDB, sou casado com o PMDB, mas a amante mais atraente, mais forte, tem sido o PDT, ao longo da minha vida.

E Deus me permitiu receber Leonel Brizola, candidato a Presidente da República, na Cidade de Parnaíba, ao lado de Elias Ximenes de Prado Júnior, um Che Guevara nosso que morreu. E, quando governei o Estado, eu entreguei a Cohab para ele, Prado Júnior – o nosso Che Guevara –, que nos deixou. Ele fez 40 mil moradias populares no Estado do Piauí – o PDT nos ajudando a governar mais do que o Governo do núcleo duro. Essa é a realidade!

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, mais um minuto para V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E outro para o Sibá. Está certo?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Um minuto, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Para o Sibá ou para mim?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) –

Para V. Ex^a, uma vez que não é mais permitido aparte.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Papaléo Paes, permita-me então, Excelência.

Quando a ditadura viria impedir João Goulart, então soaram aquelas palavras para alertar o Brasil no discurso que ele fez na Rádio Guaíba, na cadeia da legalidade – o José Jorge ouviu, em Pernambuco. Lerei apenas algumas frases, para inspirar V. Ex^a a liderar o povo do Amapá, a vencer as eleições futuras, a governar como Brizola governou.

Ele dizia – o discurso é longo, mas citarei apenas algumas frases:

Não pretendemos nos submeter. Que nos esmaguem. Que nos destruam. Que nos chacinem, neste palácio. Chacinado estará o

Brasil com a imposição de uma ditadura contra a vontade de seu povo.

(...)

Penso com independência. Não penso ao lado dos russos ou dos americanos. Penso pelo Brasil e pela República. Queremos um Brasil forte e independente. Não um Brasil escravo dos militaristas e dos trustes e monopólios norte-americanos. Nada temos com os russos. Mas nada temos também com os americanos, que espoliam e mantêm nossa pátria na pobreza, no analfabetismo e na miséria.

E mais:

Vejam se não é loucura. Esse homem está doente. [Falava contra o homem do Exército.]

Queremos ordem civilizada, ordem jurídica, a ordem do respeito humano.

(...)

Não aceitarei qualquer imposição.

(...)

Venham, e se eles quiserem cometer essa chacina, retirem-se, mas eu não me retirarei e aqui ficarei até o fim. Poderei ser esmagado. Poderei ser destruído. Poderei ser morto. Eu, a minha esposa e muitos amigos civis e militares do Rio Grande do Sul. Não importa. Ficará o nosso protesto, lavando a honra desta nação. Aqui resistiremos até o fim. A morte é melhor do que vida sem honra, sem dignidade e sem glória. Podem atirar. Que decolem os jatos. Que atirem os armamentos que tiverem comprado à custa da fome e do sacrifício do povo.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Que essas palavras de Brizola fiquem na mente de todos os brasileiros.

E a última frase de Brizola: “Lula foi eleito para mudar o Brasil e não para mudar de lado”.

Esta é uma homenagem do Piauí ao maior Líder contemporâneo de nossa História.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela Liderança do PDT.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Após a palavra do Senador Sibá Machado, que fará uso como Líder do Bloco da Maioria, V. Ex^a fará uso da palavra também, pela Liderança, Senador Osmar Dias.

Senador José Jorge, pela ordem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, para pedir a palavra como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– V. Ex^a está inscrito após o Senador Osmar Dias, Senador José Jorge.

Senador Sibá Machado, V. Ex^a terá cinco minutos para seu pronunciamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela Liderança do PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria, em primeiro lugar, fazer minhas as palavras do Senador Paulo Paim a respeito da Ministra de Estado Dilma Rousseff.

Gostaria, ainda, de acrescentar, além do que já disse o nosso eminente Senador, que a Ministra Dilma, à frente do Ministério de Minas e Energia, colocou vários programas substanciais para a nova matriz de energia nacional. É bom lembrar aqui o marco do setor elétrico, matéria discutida amplamente no Congresso, aprovada, o Programa Luz para Todos, um dos mais ousados de infra-estrutura básica no campo brasileiro; o Programa do Biodiesel, que já é uma realidade em vários Estados; o Proinfa, que vai tratar de fontes de energia, principalmente as alternativas, como assim são conhecidas no País.

Sr. Presidente, eu queria fazer um breve comentário a respeito do ex-Ministro, o Deputado Federal José Dirceu, grande guerreiro, militante do nosso Partido, um dos fundadores do PT, que, de uma hora para outra, tentam transformá-lo naquilo que... A cada dia que escuto as notícias, elas doem em mim, machucam, porque tenho absoluta certeza da consciência, da lucidez, da honestidade do Deputado José Dirceu. Não posso acreditar que no Brasil se faça uma campanha dessa natureza, Sr. Presidente. Ela chega a ser satânica – essa é a palavra que eu queria dizer. Mas, como S. Ex^a mesmo disse, ele vai ter a oportunidade de fazer a própria defesa, vai ter a oportunidade de mostrar, com todas as letras, quem está mentindo nessa história.

Acabei de ter acesso ao interrogatório do Sr. Maurício Marinho, prestado à Polícia Federal, e, para minha surpresa, simplesmente ele vem agora nos fazer de moleques – é isso que quero entender, hoje quero estar presente nessa primeira audiência da CPI – e praticamente dizer que nunca viu Roberto Jefferson, praticamente dizer que não tem nenhuma relação

com esse cidadão. Isso é molecagem, Sr. Presidente! As fitas são claras. Dá para ver o que está escrito lá! Qualquer criança vai entender isso. É um absurdo com o qual não podemos concordar! Absolutamente! E espero que se faça justiça mesmo. Tem que se fazer justiça no Brasil!

Não temos medo de esclarecimento algum, Sr. Presidente, porque nossas consciências estão limpas, absolutamente limpas. Muito mais do que notícias, prefiro ter a consciência limpa. O meu Partido tem a consciência limpa, e vamos deixar isso muito claro em todos os momentos em que for necessário: seja na Câmara, seja na CPI, seja na Polícia Federal.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Concederei já o aparte a V. Ex^a.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Quero apenas um esclarecimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pois não.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Eu queria saber, já que V. Ex^a leu o depoimento do Sr. Maurício Marinho na Polícia Federal, se o depoente falou se conhecia ou não o Sr. Delúbio Soares.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não; não falou.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Ele disse que não conhecia Roberto Jefferson.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não; não falou.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Nem Delúbio Soares, nem Roberto Jefferson?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não falou. Simplesmente não falou.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Obrigado, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É como se nada tivesse acontecido. Então, gostaria de que esta Casa imediatamente tomasse providências sobre isso. Ficarei lá. Vou assistir ao depoimento dele. Se tiver oportunidade, quero também indagá-lo.

Ouçó a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador Sibá Machado, como sempre, V. Ex^a assoma à tribuna para colocar um posicionamento correto. E quero dizer que é isso que nós queremos também. Ficamos até preocupados, porque parece que se tenta jogar toda a lama, como se todos fossem iguais. Não vamos abrir mão de que se esclareça absolutamente tudo neste País, inclusive o que declarou recentemente, numa entrevista, o Deputado Roberto Jefferson, que diz

respeito a esse caixa dois em outros Partidos. Espero que isso também possa ser esclarecido para o País.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senadora.

Sr. Presidente, eu pediria aquele minutinho de tolerância de V. Ex^a para dizer que a CCJ do Senado aprova hoje o eminente Dr. Antonio Fernando Barros e Silva, Procurador-Geral da República, em substituição ao Dr. Cláudio Fonteles. O Presidente Lula não teve nenhuma dúvida em atender ao primeiro da lista, escolhido pela própria Casa. E o próprio Dr. Cláudio Fonteles foi muito claro em dizer que tem total e absoluta confiança no seu sucessor. A corporação do Ministério Público brasileiro tem a confiança absoluta na sucessão. Fico aqui mais ainda tranqüilo, porque tenho ouvido bastante o Senador Pedro Simon tratando dessa questão, e S. Ex^a é uma pessoa que muito observo nesta Casa, em todos os seus pronunciamentos. Então, como o Senador, também fico feliz com essa escolha e parabênzoo o Presidente Lula por não ter nenhuma dúvida, não teve nenhuma preocupação de imediatamente fazer o convite ao eminente Dr. Antonio Fernando.

Portanto, Sr. Presidente, trago essas questões aqui em tom de desabafo, porque é demais. Para quem viveu a vida que vivemos, com as origens que temos, as dificuldades das nossas vidas, ver companheiros, como os nossos, mortos nas masmorras, pelas patas dos cavalos, ver companheiros nossos perderem a família, perderem filho na sua frente, e agora querem nos comparar com isso, Sr. Presidente?! É impossível, não vamos admitir isso, mas contra fatos outros. E espero imediatamente que possamos elucidar cada acusação, cada uma delas, para que o Brasil volte a ter o respeito e a confiança que sempre teve na história daqueles que fazem a História pelas suas próprias mãos!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias, como Líder.

S. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço ao Senador Mão Santa por utilizar o seu tempo na tribuna hoje para homenagear o grande Líder Leonel Brizola, porque hoje completa um ano de sua morte. Ontem, em Porto Alegre, o PDT se reuniu, com a presença de militantes e lideranças do Partido de vários Estados brasileiros. Infelizmente, não pude estar presente, mas trago aqui o “Manifesto de Porto Alegre”, que vou ler desta tribuna. Esse manifesto é, na verdade, a afirmação dos princípios de Leonel

Brizola, que, durante toda a sua vida, pautou-se pela ética e coerência na política e nos deixou um legado de extremo valor. Exatamente nesses dias em que se discute tanto a incoerência, a falta de ética, a corrupção na política, faz muita falta a presença de um líder carismático, forte, exemplar como Leonel Brizola.

Tenho muito orgulho de ter sido abrigado... Assim como a Senadora Heloísa Helena disse que Brizola a convidou para se abrigar no PDT, o mesmo aconteceu comigo em 2001, quando eu me encontrava sem Partido, pelas circunstâncias conhecidas pela Casa, e ele, pessoalmente, veio a Brasília e me fez o convite: “Se você precisar de um abrigo, se precisar de uma bandeira limpa para disputar as eleições, empalme a bandeira do PDT, e você será muito bem-vindo”. Eu aceitei o convite, e hoje sou o Líder do PDT nesta Casa, com muita honra, e aqui estou para falar sobre o “Manifesto de Porto Alegre”, a carta do PDT neste momento triste que a Nação brasileira vive, e que é uma tentativa de nos inspirarmos na pregação de Brizola durante toda a sua vida pública.

Não vou ler a carta inteira, porque ela é extensa, mas apenas alguns trechos:

Manifesto de Porto Alegre.

O Diretório Nacional do Partido Democrático Trabalhista, reunido em Porto Alegre, por ocasião do primeiro aniversário da morte do seu fundador, Leonel Brizola, sob a inspiração de sua memória que, ao lado da de Getúlio Vargas e de João Goulart, encarna os verdadeiros princípios do trabalhismo, e diante da gravíssima crise político-institucional que abala o nosso País, assume, diante da Nação brasileira, os seguintes compromissos:

1 – Defender, contra qualquer tentativa de manipulação, a apuração completa e a punição exemplar de todos os envolvidos nos espantosos episódios de corrupção, suborno e desvio de dinheiro público que vêm sendo denunciados, bem como do financiamento clandestino e criminoso de campanhas eleitorais;

2 – Protestar, por isso, contra qualquer interferência, do Poder Executivo ou das forças políticas a ele ligadas, de limitar, obstar ou impedir a total averiguação da origem e dos responsáveis pelo fluxo criminoso de dinheiro, que, sob o pretexto de sustentá-lo politicamente, fez ou permitiu que fizesse conspurcar a lisura das decisões legislativas que têm sérias implicações na vida de cada brasileiro. Neste sentido, nosso partido, ao lado do PPS e do PV, quer a imediata instalação da Comissão

Parlamentar Mista de Inquérito para apurar o suposto “mensalão” pago a deputados governistas;

3 – Denunciar que já se percebem, a esta altura, manobras políticas para, em lugar de sanear empresas e instituições públicas atingidas por atos de corrupção de integrantes da base governista, o mesmo governo que os indicou vá, simplesmente, entregá-las a grupos privados. O IRB e os centenários Correios do Brasil, empresas que movimentam bilhões de reais e que sempre foram reconhecidas por sua eficiência e seriedade, não podem ser dados como prêmio a empresários, entre os quais está a fonte primária e corruptora donde brotou o dinheiro espúrio que está escandalizando a Nação. Se há deputados, dirigentes partidários e administradores públicos corruptos, há, também, os empresários que os corrompem para conseguir vantagens.

(...)

O PDT, coerente com seu compromisso histórico com a ética na política, repele a impunidade e confia que as CPI, com a vigorosa participação das bancadas pedetistas na Câmara e no Senado, farão a verdade vir à tona, revelarão os culpados – por ação e por omissão – por estas práticas corruptas e abrirão caminho para sua punição, devolvendo a credibilidade às instituições republicanas e democráticas. Nada disso, porém, ocorrerá, sem que a opinião pública exija que toda essa vergonha seja desmascarada!

Porto Alegre, 20 de junho de 2005.

Essa é a carta do PDT, escrita ontem, em Porto Alegre, que leio aqui desta tribuna em nome do nosso Partido, que tem uma posição muito clara nesta Casa. Nós não queremos transformar CPI em palanque político. Queremos a investigação séria, serena, equilibrada, mas queremos que ela seja feita profundamente para chegar aos responsáveis e que eles sejam punidos. Se é para valer esta CPI, deve ser feita com absoluto rigor e seriedade, respeitando, evidentemente, o direito que todos têm de apresentar sua defesa, mas não deixando de lado nenhuma denúncia que tenha sido feita, para que todas sejam investigadas com profundidade.

V. Ex^a pediu um aparte, Senador Jefferson Péres?

O Sr. Jefferson Péres (PDB – AM) – Senador Osmar Dias...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Jefferson Péres (PDB – AM) – Senador Osmar Dias, infelizmente, não pude ir a Porto Alegre. Mandeí uma mensagem por meio do Presidente, Carlos Lupi. Em mais um ano sem Leonel Brizola percebe-se como o Brasil está ficando sem grandes homens públicos. Quaisquer que fossem as nossas divergências com Brizola, em termos de propostas para o País, não se podia deixar de admirar nele o homem movido por idealismo, que tinha um enorme respeito pela coisa pública, se comparado com os homúnculos de hoje, que olham o Estado como *cosa nostra*. Este espetáculo doloroso e nauseante a que se assiste diariamente...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Vou conceder mais um minuto, Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres (PDB – AM) – É enorme a saudade e a sensação de vazio com a ausência do nosso grande líder. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Senador Jefferson Péres. Eu tenho orgulho de sucedê-lo na Liderança do nosso Partido, o PDT. V. Ex^a nos representa na CPI e haverá de levar essa posição do Partido até a CPI, para que as investigações sejam feitas sem marolas, mas com profundidade e com seriedade. Esse é o princípio que estamos colocando, do PDT, em relação a tudo que vem ocorrendo.

Está solicitando um aparte o Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Senador, seu tempo já está esgotado. Não é permitido mais aparte.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Então, peço desculpas ao Senador Sibá Machado e encerro meu pronunciamento aqui, reiterando nossa grande saudade do grande líder Leonel Brizola.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, há poucos momentos fomos informados de que faleceu a mãe da Senadora Ideli Salvatti. Eu queria aqui registrar, em nome da Bancada, nosso apoio, nossa solidariedade e nossa consternação. Independentemente de suas posições, a Senadora Ideli Salvatti é respeitada por todos nesta Casa. Neste momento difícil em que perde um ente querido, eu queria manifestar aqui o nosso carinho e a nossa solidariedade à Senadora Ideli Salvatti e à sua família.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – A Mesa usa suas palavras para transmitir as condolências desta Casa à família da Senadora Ideli Salvatti.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge, pela Liderança da Minoria.

S. Ex^a dispõe de até cinco minutos para o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Lula, hoje, em uma solenidade em Luziânia, Goiás, disse o seguinte: “Ninguém tem mais autoridade ética do que eu para combater a corrupção.” Isso é uma meia verdade, Sr. Presidente. Antes desse fato, o passado do Presidente Lula lhe permitiria combater a corrupção. Mas, infelizmente, não é o que Sua Excelência está fazendo neste caso. Desde o início deste processo, no caso Waldomiro, depois na entrevista do Maurício Marinho, depois na entrevista do Deputado Roberto Jefferson, o Governo tem trabalhado não no sentido de fazer uma apuração limpa, aberta, mas de tentar impedir, de todas as maneiras, que a CPI funcionasse. Primeiro, não deu as assinaturas necessárias, depois, quando as conseguimos, tentou, até a meia-noite daquela noite negra, retirar as assinaturas, para que a CPI não funcionasse. Posteriormente, Senador Jefferson Péres, como não conseguiram, tentaram minimizar a CPI na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e conseguiram aprovar um parecer restringindo a atuação dela.

Acontece que, para valer, esse parecer deveria ser aprovado pelo Plenário do Congresso Nacional. Mas, aparentemente, eles esqueceram do parecer; ninguém fala mais nisso. Como dissemos na época, aquilo não teria nenhuma importância, porque, como diria o Presidente Ulysses Guimarães, numa CPI, o que vale é Sua Excelência o Fato.

Posteriormente, veio a parte que considero mais grave: transformar esta CPI em chapa-branca. No Senado, nas duas CPIs mistas que temos, sempre o Relator é da Oposição; ou o Presidente é da Oposição e o Relator é do Governo. Infelizmente, nesta agora, não. O Relator é um deputado do Governo, o Presidente é o Líder do PT aqui na Casa, o Senador Delcídio Amaral, e o Vice-Presidente é o Senador Maguito Vilela, da Bancada do PMDB, que, todos sabemos, é talvez o que mais apóia o Governo. Então, temos uma CPI que podemos chamar de chapa-branca. E o interessante disso é que a primeira reunião da diretoria da CPI, quer dizer, Presidente, Vice-Presidente e Relator, deu-se na sala do Líder do PT, e somente essas pessoas foram chamadas. Então, foi uma reunião interna da base do Governo dentro da CPI, e com a presença da Senadora Ideli Salvatti, que não tem nada a ver

com a CPI, é um membro igual a todos nós, e nenhum de nós foi convidado. Portanto, a CPI já começa sob suspeição. Precisamos ter uma atenção muito grande, para que a população brasileira não venha a se decepcionar mais uma vez com a atuação dos políticos nessas investigações.

Outra questão que eu considere bastante grave foram as declarações do ex-Ministro José Dirceu na reunião que o PT fez para se solidarizar com ele. Na realidade, penso que a reunião de solidariedade é importante, pois o Ministro José Dirceu deixou de ser o Ministro mais importante do Governo Lula, chamado de “Primeiro-Ministro”, que mandava até mais que o Presidente, para virar um simples Deputado. O Ministro José Dirceu foi a pessoa que montou o PT. Portanto, era previsível que o Partido fizesse uma grande reunião em sua homenagem, uma espécie de enterro de luxo. Isso era esperado, foi feito, e ninguém tem nada contra isso.

Entretanto, as palavras do Ministro José Dirceu, naquele momento, realmente deixaram o País surpreso. Em primeiro lugar, disse que está havendo uma tentativa de golpe no Brasil e que a Oposição – no caso, o PFL e o PSDB; creio que ele esqueceu o PDT e a Senadora Heloísa Helena – estava querendo tirar o Presidente Lula. Infelizmente, para nós da Oposição, essa crise do Governo Lula é gerada somente pelo próprio Governo. Não somos aliados de Roberto Jefferson, não nomeamos Maurício Marinho, não nomeamos Waldomiro. Somos vítimas do próprio Governo. Ao contrário, ficamos prejudicados visto que não pudemos exercer o nosso direito de fazer oposição, porque, ao mesmo tempo, o Governo exerce o direito de ser Governo e de ser Oposição a si mesmo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Vou encerrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex^a já está na prorrogação de seu tempo. Não é mais permitido conceder apartes.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Concederei um aparte a Sibá Machado, mas antes lerei uma frase...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Não é mais permitido, pois V. Ex^a já está na prorrogação do tempo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Então, vou apenas ler uma frase. O Senador Delcídio Amaral, na sexta-feira, disse desta tribuna a seguinte frase: “O maior adversário do PT não é a Oposição” – infelizmente, porque, para nós, o prazer seria que o maior adversário do PT fôssemos nós, mas não somos. O maior adversário do PT não é a Oposição. Quem está

dizendo isso é o Líder do PT na Casa e Presidente da CPMI “Chapa Branca”. E continuou: “O maior adversário do PT somos nós mesmos, alguns companheiros que nos acusam injustamente, que querem pôr nas manchetes homens dignos. Esses bacanas que plantam dossiês sistemáticos em revistas de jornais nunca saíram de São Paulo.”

Senador Sibá Machado, V. Ex^a tem 30 segundos para fazer o seu aparte.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Senador, não é permitido aparte.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Desculpe-me. Serei disciplinado, atendendo ao apelo do Presidente e do Senador Jefferson Péres.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é a nossa idéia. Vamos fazer uma CPMI correta para que tudo possa ser apurado da melhor maneira possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Obrigado pela sua compreensão, Senador José Jorge.

Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não estou inscrito para falar, mas, se V. Ex^a me permitir, quero fazer um registro referente a um ano do desaparecimento de Leonel Brizola.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Senador, V. Ex^a deve inscrever-se regimentalmente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, entendo perfeitamente. Solicitarei à Liderança do PSDB permissão para poder falar sobre essa figura da qual temos saudade. Meu nome é Leonel em razão de Leonel Brizola. Mais tarde, farei isso.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex^a está inscrito para uma comunicação inadiável em terceiro lugar.

Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges. Como orador inscrito, V. Ex^a terá o prazo de até dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Capital do meu Estado, a Cidade de Salvador, amanheceu estupefata e perplexa. O povo baiano foi surpreendido por uma decisão absolutamente lamentável do Governo Federal, anunciada ontem pelo Ministro das Cidades, o Sr.

Olívio Dutra, de cancelar em definitivo o empréstimo com o Banco Mundial para a construção do metrô de Salvador, no valor de US\$52 milhões, Sr. Presidente.

Na verdade, eram US\$84 milhões. O Governo já tinha cancelado US\$32 milhões e, agora, cancela mais US\$52 milhões, com a desculpa de que haverá recursos provenientes do Orçamento Geral da União. Trata-se de um empréstimo difícil de ser conseguido, e o Ministro Olívio Dutra foi a Salvador anunciar essa péssima notícia para os baianos.

O sentimento do povo baiano hoje é de justa revolta e indignação. Foi uma verdadeira traição à cidade de Salvador e a seu povo, que tanto confiou nas promessas do Presidente Lula e deu a ele uma das maiores votações do País: 90% dos votos no segundo turno.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Essa é a retribuição do Presidente Lula.

Pois não, Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Isso só pode ser uma vingança contra o povo da Bahia. Na realidade, estamos todos aqui trabalhando para que o Governo melhore e o Governo toma uma atitude dessa forma: vingando-se. Sempre se disse que a vingança é um prato que se come frio. Esse Governo a come quente, Senador. Trata-se de uma simples vingança. Quero me solidarizar com V. Ex^a e principalmente com o povo da Bahia e de Salvador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço-lhe, Senador José Jorge. Pode ser uma vingança pelo fato de que, no passado, a Bahia conquistou o complexo automotivo da Ford quando era Governador do Rio Grande do Sul o atual Ministro Olívio Dutra. Seria duplamente odioso que S. Ex^a pudesse estar encetando esse tipo de vingança contra Salvador e seu povo.

Ouçõ o aparte do Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a tirou praticamente o objetivo do meu aparte porque era exatamente isso que eu queria dizer. Vingança, às vezes, come-se fria; às vezes, come-se quente. O que o Ministro Olívio Dutra fez com a Bahia foi exatamente vingar-se daquela derrota que teve com relação à instalação da fábrica da Ford. Tenho certeza de que S. Ex^a deve estar se sentindo com a alma lavada, embora não olhe para os grandes prejudicados que são os baianos, principalmente os soteropolitanos. Não importa. Essa é a maneira de o Governo agir. Os baianos têm que esperar e, mais cedo ou mais tarde, a virtude triunfa sempre.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço-lhe, Senador Heráclito Fortes. Mas onde estará o

Presidente Lula? Sua Excelência não governa? Não vê esse tipo de atitude mesquinha do Ministro das Cidades? Sua Excelência teve 90% dos votos da Cidade de Salvador.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o Governo do PT é o verdadeiro responsável pelos transtornos que essa decisão causará a Salvador, uma cidade que apresenta um crescimento continuado, ao longo dos últimos anos, e sofre os mesmos problemas das grandes capitais brasileiras. É a maior cidade sem serviço de transporte metropolitano, tipo metrô. Salvador tem 2,4 mil ônibus e suas avenidas e ruas não mais suportam o tráfego.

Pois bem, está adiado **sine die** um sonho da Cidade de Salvador.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O Governo do Partido dos Trabalhadores é o único responsável por isso. Essa paralisação vai gerar perda de material, perda de recursos públicos, aumento do custo da obra, caos no tráfego gerado pelas obras paralisadas e pelo inchaço no sistema de transporte que afeta principalmente a população mais pobre da Cidade de Salvador.

Concedo um aparte ao nobre Senador Sibá Machado, que, talvez, tenha alguma explicação para esse corte de US\$84 milhões efetuado pelo Governo para uma obra tão importante para a Cidade de Salvador.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Quanto a essa preocupação, Senador, não tenho esclarecimentos a dar. Eu gostaria até de me informar sobre isso. Mas, no que diz respeito a vinganças e à questão da Ford, essa história conheço um pouco. Durante o Governo de Olívio Dutra, no Rio Grande do Sul, houve um grande debate sobre a instalação dessa fábrica da Ford, e a notícia que chegou para nós foi que o próprio Governador, à época, atualmente Ministro, recusou a empresa, porque cada emprego gerado pela Ford, no Rio Grande do Sul, custaria mais dez. Então seria melhor ele aplicar esse dinheiro em outra coisa do que conceder tantos benefícios à Ford que acabariam por prejudicar o erário do Rio Grande do Sul. Pelo que me consta, ele aplicou na reforma agrária os recursos que poderiam ser aplicados na instalação da indústria. Acho que V. Ex^a tem razão de querer saber. Não há cidade do tamanho de Salvador que não esteja, neste momento, precisando de alternativas de vias de transporte urbano. Penso que precisamos saber a razão desse corte, o que vou procurar descobrir. Tenho a impressão de que foi para evitar mais problemas na questão dos empréstimos que incidem sobre metas da macroeconomia nacional. Precisamos saber também

se isso vai estar estabelecido no Orçamento de 2006. Acho que essa é uma garantia que podemos ter do Ministro. Estando estabelecido, é só então uma questão de tempo para a liberação dos recursos. É válida a preocupação de V. Ex^a, mas quero dizer que não se trata de vingança, que é uma opinião imediata do Ministro, que poderíamos esclarecer.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Sibá Machado, o aparte.

Em primeiro lugar, o Governo do Ministro Olívio Dutra no Rio Grande do Sul foi tão desastroso que ele nem conseguiu ser candidato ao Governo, porque seu próprio Partido o rejeitou e escolheu o atual Ministro Tarso Genro, que também foi derrotado pelo povo gaúcho.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Permitirei em seguida, Senador Heráclito Fortes.

Em segundo lugar, ele justifica, na Bahia, dizendo que é realmente para diminuir a dívida externa do País. Só que hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos, foram apresentadas duas propostas de empréstimos internacionais do Governo, uma de US\$33 milhões para a Embrapa e outra de US\$30 milhões para melhorar a máquina arrecadadora do Governo Federal e até dos Estados. Quer dizer, são dois pesos e duas medidas, Senador Sibá Machado.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Revelador e muito importante esse aparte do Senador Sibá Machado. Peço, inclusive, que a Taquigrafia depois me remeta uma cópia porque vou guardá-la em meus arquivos, pois é um marco na história. Em primeiro lugar, temos uma revelação inédita do Ministro Olívio Dutra, que não quis a fábrica, preferindo investir em agricultura. Ele pode ter feito essa confissão quando o PT ainda tinha aquela unidade, quando ainda fazia as discussões em sala fechada e ninguém sabia depois o que acontecia. Na realidade, para o público, a posição do Ministro era outra. Segundo ponto: pergunto ao Senador Sibá Machado se, de uma vez por todas, o PT rompeu ou não com o FMI? Se rompeu com o FMI, às favas o déficit internacional. O déficit internacional a que V. Ex^a se refere é para cumprir mais uma das metas com o FMI. Mais uma vez, o Partido de V. Ex^a, que tanto combatia o Fundo Monetário Internacional, deixa de atender a uma importante cidade do Nordeste para atender ao Fundo Monetário Internacional. Senador Sibá, com a autoridade e a competência que V. Ex^a tem, mande o PT acabar com aquela história de que só o Lula botaria o FMI para fora, porque isso é uma balela para enganar ingles. Nós não vamos mais aceitar isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes, pelo aparte. Mas a realidade é que este é mais um capítulo de uma novela que começou no início do Governo Lula, em 2003. Ao longo destes dois anos e meio, a população de Salvador obteve como retribuição pela expressiva votação dedicada ao Presidente apenas bravatas, promessas não cumpridas e muita, muita enrolação.

Por diversas vezes, estive nesta tribuna para denunciar o descaso, a má vontade e a falta de compromisso do Governo em relação ao metrô de Salvador. Os recursos para as obras do metrô, além de insuficientes, estiveram sempre contingenciados. E, além disso, o Governo Federal já havia cancelado, como eu disse anteriormente, US\$32 milhões do empréstimo com o Banco Mundial. Tudo isso com a justificativa de cumprir o exagerado e criminoso superávit fiscal, acordo com o Fundo Monetário Internacional.

Mas, Sr. Presidente, pelo jeito, essa novela ainda não acabou. O Governo continua com suas mentiras e bravatas, talvez porque os petistas baianos não tenham coragem de dizer a verdade para o povo baiano: que não têm prestígio político nem competência para garantir os recursos necessários à conclusão do metrô de Salvador.

De acordo com as manchetes dos principais jornais da Bahia hoje, o Ministro das Cidades justificou o cancelamento do contrato como uma medida para reduzir o endividamento do País no exterior. Os recursos para a conclusão do metrô viriam, então, do Orçamento Geral da União, quando não há investimento nenhum – e nós sabemos disso –, pois a União não investiu mais do que 1,75% do que estava previsto para investimento neste ano.

No ano passado, antes da eleições municipais, aprovamos, nesta Casa, um empréstimo de US\$100 milhões do Banco Mundial para a cidade de São Paulo. Se pretendia “reduzir o endividamento do País”, por que o Ministério da Fazenda deu parecer favorável à aprovação do empréstimo para a cidade de São Paulo? O que está realmente por trás dessa decisão? Vejo que o Ministro Antonio Palocci deve urgentes explicações a esta Casa, até porque, por coerência, teremos que cancelar muitos outros empréstimos externos que estão aí para serem aprovados.

Já falei dos empréstimos que estavam e estão na Comissão de Assuntos Econômicos. Mas, Sr. Presidente, por que o Ministro Olívio Dutra não fala a verdade? Por que S. Ex^a não conta à população o real motivo do cancelamento, como já fez em carta encaminhada ao Prefeito Antônio Imbassahy em junho de

2003? Refrescarei a memória de S. Ex^a. Diz a correspondência:

Identificado o contrato, verificamos que não existe impedimento ao repasse de recursos a contratos firmados para obras civis. Entretanto, por ora, estamos impossibilitados de atendê-lo, uma vez que permanece a restrição, nos limites orçamentários e financeiros, ao repasse de recursos tanto do Banco Mundial como da contrapartida da União à Companhia de Transportes Urbanos de Salvador.

A carta é assinada pelo Ministro das Cidades e desmascara uma das muitas mentiras inventadas pelos petistas baianos para justificar a não-liberação dos recursos para o metrô de Salvador. Diziam os bravateiros que a obra não tinha recebido recursos por conta de supostas irregularidades apontadas pelo TCU.

Confessa o Ministério das Cidades que não é este, nem de hoje, o motivo da falta de recursos. É, sim, o contingenciamento, a falta de liberação de recursos e, eu diria, Sr. Presidente, que é também a falta de compromisso do Presidente Lula e do seu Partido com a cidade de Salvador, com o Estado da Bahia.

Sr. Presidente, como o tempo já está se esgotando, quero dizer que esse cancelamento foi a opção escolhida pelo Governo. Ou seja, o Governo confirmou que não tem a intenção de liberar recursos para o metrô de Salvador. E sabem V. Ex^{as} que para conseguir o empréstimo do Banco Mundial é uma luta muito grande. E tudo isso agora está destruído por um Governo inoperante, que não possui o menor apreço pela coisa pública e que apresenta evidentes sinais de incompetência administrativa.

Não tenho dúvida de que o Governo Federal age deliberadamente para colocar o metrô de Salvador entre as mais de três mil obras inacabadas em todo o País. A Bahia está sendo criminosamente afetada por essa decisão.

Finalmente, tenho plena convicção de que a população do meu Estado saberá responder a esse verdadeiro achincalhe. A população não só tem o direito, mas tem o dever de protestar contra esse desrespeito ao Estado da Bahia e à cidade de Salvador.

Desafio o Presidente a visitar Salvador, para que possa sentir, pessoalmente, a revolta da população que o elegeu como legítimo representante do povo e hoje vê, frustrada, todas as suas esperanças.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Quero fazer o registro da presença dos Deputados Helder Paiva e Nalu Gouveia, do Estado do Acre.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para antes da Ordem do Dia, como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex^a poderá fazer uso da palavra por cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Pela ordem, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, estou inscrito. Se não for falar como inscrito, pedirei a palavra pela Liderança da Minoria ou do meu Partido. Peço a V. Ex^a que me oriente.

O SR. PRESIDENTE (Papaleo Paes. PMDB – AP) – Os Senadores Pedro Simon e Heloísa Helena usarão da palavra. Em seguida, falará V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as coisas estão adquirindo ares de complicação tão intensa que nada resta a esse Governo a não ser o caminho da explicação cabal dos fatos. A tergiversação e o diversionismo seriam os piores conselheiros de quem se vê a braços com uma crise de tamanhas proporções ainda não calculadas.

O Presidente Lula – hoje isso me parece parte de uma estratégia, mas não vou, de forma alguma, mostrar-me conivente com isso – diz hoje, segundo o **Globo Online**, numa solenidade, que ninguém tem mais autoridade ética do que Sua Excelência para combater a corrupção. Tomara que seja assim. Desejo que seja assim. Mais adiante o Presidente diz que – aqui está o grave –, se fizerem acusações contra o Congresso Nacional, é um problema do Legislativo, que tem mecanismos de auto-investigação. Então, Sua Excelência diz que não tem aqui no Congresso nenhum projeto pedindo aumento salarial para si próprio, e o comentário que faz **O Globo Online** é que o Presidente da República entende – ou quer que entendamos assim – que a crise é do Congresso e que, portanto, o Sr. Delúbio Soares deve ser Senador, o Sr. Silvio Pereira* deve ser Deputado Federal. Já o Ministro renunciante da Casa Civil, José Dirceu, é mesmo Deputado Federal, mas nenhum ato de que é acusado se deu enquanto estava no Congresso; tudo se passou quando S. Ex^a era Ministro de Estado. O Sr. Marinho não era, graças a Deus, Parlamentar; o Sr. Osório*, tampouco, assim como ninguém do IRB.

Em outras palavras, a crise é do Executivo. Ela tem claras ramificações no Legislativo, sim, mas é uma crise do Executivo. Significa um desserviço à democracia, além de uma covardia cívica e política,

o Presidente tentar “tapar o sol com a peneira” desse jeito, jogando pedras sobre o Poder Legislativo, que é, precisamente, o mais desarmado, o mais vulnerável neste País.

Concedo o aparte ao Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador Arthur Virgílio, sem dúvida que a crise passa pelo Congresso também. São Deputados acusados por outro Deputado, mas a crise aponta não apenas para o Executivo de modo geral, aponta, Senador Arthur Virgílio, para o Palácio do Planalto. A cloaca a que faz alusão o Deputado Roberto Jefferson, com fortes indícios de verdade, passa na porta – passou durante muito tempo – do gabinete presidencial. O Presidente, repetindo o que disse aquele colunista da **Veja**, “é cúmplice ou é inepto”. Isso começa a me preocupar muito, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Torcemos todos para que o caso seja de inépcia. A Oposição tem sido muito comedida, procurando admitir que se trata de inépcia e não de algo mais grave.

Entendo, Senador Jefferson Péres, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a cruzada deste Parlamento deve ser pela apuração dos fatos e não pela cortina de fumaça.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Todos sabem do meu afeto pelo PSDB, da minha relação pessoal e política com o Presidente Fernando Henrique. Ainda há pouco, a repórter de uma televisão me perguntou: “Ontem, o então Presidente Fernando Henrique recebeu o dinheiro, pagou para o PTB?” Não, Fernando Henrique, segundo Roberto Jefferson, teria recebido dinheiro como candidato – ele era ex-Ministro, não era Presidente de coisa alguma. “Teria recebido dinheiro” é algo bem diferente.

É ingrato o Fernando Henrique, porque, no seu governo, o Sr. José Andrade Vieira, que era conhecido como José do Banco, ficou como ex-Zé do Banco, pois perdeu o banco no Governo do Fernando Henrique. Ingrato. Estou começando a achar que o Presidente Fernando Henrique não é bom amigo, porque, no seu Governo, depois de supostamente ter recebido um favor de campanha, o Sr. Andrade Vieira deixou de ser banqueiro e, até hoje, é um desafeto pessoal do ex-Presidente.

Não conheço ninguém em sã consciência neste País que queira entrar no jogo dessa cortina de fumaça. Todos querem saber da extensão das responsabilidades desse Governo, praticadas agora, no âmbito do Congresso, por inspiração do Executivo; no Executivo, por inspiração de quem quer que seja, para que o Brasil não viva essa situação constrangedora de imaginar

que há um saco de gatos e que, desse saco de gatos, fazem parte todos os Senadores, todos os Deputados, todos aqueles que optaram pela vida pública.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não posso aceitar, porque esse é o caminho mais rápido para termos uma visão fascista sobre a realidade brasileira.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Somente para colaborar com V. Ex^a, pois talvez tenha se esquecido. Outro banco fechado no Governo Fernando Henrique foi o da sua própria nora.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O Banco Nacional. É verdade.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O Banco Nacional.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu, se soubesse, não teria nem me aproximado do Presidente Fernando Henrique, que é péssimo amigo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Se isso é cortar na carne, não tem exemplo melhor do que esse.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, concluo dizendo que temos tudo para fazer um bom trabalho. O Governo não deve meter os pés pelas mãos. Amanhã sai a decisão sobre a tal CPI do Waldomiro, dos Bingos. Sai a decisão sobre o direito da Minoria de fazer CPI, no Supremo Tribunal Federal. Não prejudgo o que vai julgar o Supremo, até porque a palavra do Supremo, para mim, é sempre a última mesmo.

Temos essa tal CPI do Mensalão. Por mim, faríamos somente uma investigação no âmbito dessa que está instalada, que, ao meu ver, não deve investigar somente os Correios, mas todas as denúncias que estão causando o tormento da sociedade e sendo examinadas caudalosamente pela imprensa investigativa deste País.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas algo deve ficar como advertência muito clara, Sr. Presidente: não tente o Presidente, o seu Partido ou quem quer que seja soltar a cortina de fumaça. Não vamos aceitar esse jogo de pega-ladrão de feira, em que aquele que está com a carteira diz que há alguém com a carteira em seu lugar. Não vamos aceitar o jogo de pega-ladrão de feira.

Queremos os fatos, a verdade. Não queremos mais do que a verdade. Não queremos a honra de ne-

nhum inocente nem a isenção à liberdade de nenhum culpado. Queremos pura e simplesmente que o Brasil se passe a limpo e que possamos dizer que o Congresso tem espaço para a honra. Quanto ao Executivo, as pessoas que para lá se dirigirem devem trabalhar pelo País, com honradez, característica que, tenho certeza, é da maioria dos Parlamentares brasileiros e dos cidadãos da nossa Pátria.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário..

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apresento uma nota de condolências em nome da Bancada do PSDB, em nome do Senador Arthur Virgílio, em nome de todos os Senadores do PSDB, à ilustre Senadora Ideli Salvatti pelo falecimento de sua genitora ocorrido no dia de hoje. Estendo os votos de condolências aos demais membros da família Salvatti. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Leonel Pavan, pedimos que encaminhe à Mesa o voto subscrito por V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, por cessão do Senador Arthur Virgílio, por dez minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aqui estou hoje para homenagear um grande brasileiro, um excepcional líder político gaúcho. Refiro-me ao engenheiro Leonel de Moura Brizola, cuja morte aos 82 anos ocorreu exatamente há um ano.

Leonel Brizola, por sua vasta obra política, por sua visão aguda da conjuntura nacional e internacional, foi um grande estadista, um verdadeiro estadista, embora não tenha assumido, como se esperava, a Presidência da República. Reivindicou para si o título de herdeiro de Getúlio Vargas e de João Goulart.

Leonel Brizola foi um extraordinário comandante político numa geração que contou com outros homens de grande envergadura. Eu citaria, para exemplificar, apenas três dos seus contemporâneos: Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e Miguel Arraes.

Brizola é um homem político cuja biografia, com o passar do tempo, cada vez mais se engrandecerá.

Julgado pela História, ele terá, enfim, reconhecida a sua grande colaboração a este País.

Início este pronunciamento relatando um episódio que ilustra bem a grandeza desse homem. Na eleição de 1989, passaram para o segundo turno os candidatos Fernando Collor, que teve 22 milhões de votos, que correspondiam a 28,5% dos votantes, e Luiz Inácio Lula da Silva, com 11,6 milhões de votos, correspondendo a 16% dos votos.

Em terceiro lugar, ficou Leonel Brizola, que recebeu 11,1 milhões de votos – ali, colado em Lula. Depois, em quarto lugar, vinha Mário Covas, que teve 7,8 milhões de votos.

É importante salientar que, exatamente em uma hora como essa, Brizola procurou Lula dizendo: “Você tirou o 2º lugar; eu tirei o 3º e o Covas, 4º. Ficaram você e o Collor, mas eu tenho a convicção de que, para ganhar do Collor, o homem é o Covas. O Covas tem todas as condições, porque contra você se levantarão muitas campanhas, muitas forças empresariais, de tudo o que se possa imaginar. Contra o Covas, não há nada”. O Lula reuniu o seu Partido, e o PT não concordou. Eu até respeito que o PT não tenha concordado, mas acho importante destacar o mérito de o Brizola, àquela altura, procurar o Lula para encontrar o nome. E, a esta altura, nós sabemos, não há dúvida nenhuma de que o Covas teria ganho do Collor. O Covas estava mais preparado. O Covas não receberia – até digo, quase que ingenuamente – os ataques grosseiros por parte do Collor. E o Covas não teria um programa de televisão cruel, como a Globo fez sobre o debate entre Lula e Collor, que, na minha opinião pessoal, definiu a eleição. E um programa que não correspondia à realidade. Eu, governador, assisti até o fim, e acho que o Collor foi melhor, porque o Lula não respondeu como devia ter respondido. Quando se falou na filha dele, ele deveria ter dito: “Eu reconheci minha filha. Minha filha hoje tem o meu nome. Enquanto que você...” E aí, meu Deus do céu, o que podia ser do Collor!? Brizola teve essa grandeza.

Ainda há um outro episódio peculiar naquela mesma eleição e que mostra como o acaso pode ter influência na vida de um país. O então Senador Maurício Corrêa – que viria a ser, depois, Presidente do Supremo Tribunal Federal – quis reunir em Brasília, na casa dele, Brizola e Itamar Franco. Maurício Corrêa achava que, tendo Itamar Franco como vice na sua chapa, Brizola seria imbatível.

Houve um contratempo qualquer e o encontro entre Brizola e Itamar acabou não se realizando. Em função do desencontro e de outros acontecimentos, Itamar acabou sendo vice de Fernando Collor de Melo,

e assumiu o Governo. Se Itamar fosse o vice de Brizola, provavelmente a chapa vitoriosa seria a deles.

O candidato a vice de Brizola, naquela ocasião, não representava nada, com todo o respeito a ele. E se Itamar tivesse sido o vice-Presidente, mudaria a situação de Minas Gerais.

Preciso mencionar aqui um outro fato extraordinário da vida desse grande líder político. Refiro-me ao episódio histórico da chamada “Legalidade”.

Naquele evento dramático, ocorrido num momento muito grave da vida nacional, Leonel Brizola mostrou-se disposto a um sacrifício ainda maior do que abrir mão de uma simples candidatura. Dispôs-se a lutar, e, se necessário, morrer debaixo das bombas que ameaçaram o Palácio Piratini. Mas ele disse que resistiria até o fim, lutando pela posse do Presidente João Goulart.

Em 1961, quando da renúncia de Jânio Quadros, forças conservadoras tentaram impedir a posse do vice-Presidente eleito, João Goulart, que se encontrava em viagem à China.

Os golpistas pretendiam que uma junta militar assumisse o Governo do País. Para comandar a reação, Brizola requisitou uma importante emissora do Rio Grande do Sul, a Rádio Guaíba, cujos estúdios foram instalados dentro do Palácio Piratini. Aos poucos, outras emissoras do Brasil inteiro se juntaram à Guaíba e foi criada a chamada “Cadeia da Legalidade”. Logo as transmissões estavam chegando a todo o Brasil.

Diante da ação corajosa de Leonel Brizola, os golpistas recuaram. Em meio à crise, o Congresso Nacional achou uma fórmula intermediária para garantir a posse de João Goulart. Instalou-se o Parlamentarismo. Em resumo, com um microfone, Leonel Brizola derrotou os militares com toda a sua força. Sua resistência foi essencial para que João Goulart assumisse a Presidência da República.

Leonel Brizola foi um homem de reconhecida probidade, dignidade e seriedade, assim como o foram também os grandes políticos trabalhistas do Rio Grande do Sul, como Getúlio Vargas, João Goulart, Alberto Pasqualini e Salgado Filho.

Brizola casou-se com uma mulher extraordinária, Dona Neuza, que era proveniente de família abastada. Dona Neuza era irmã de João Goulart. Conta-se que, certa vez, Leonel Brizola herdou uma fazenda da família da esposa e nela fez o seu pioneiro programa de reforma agrária.

É a única notícia que se tem de alguém que, tendo uma fazenda, fez questão de distribuí-la, realizando um autêntico projeto de reforma agrária, lá no Banhado do Colégio, em terras de sua propriedade. Uma herança que ele, nascido pobre, que praticamen-

te nada tinha, poderia valorizar. Era a sua chance de transformar-se em fazendeiro. Não fez isso, e colaborou para a reforma agrária.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mais tarde, como Governador, tomou medidas concretas para que se iniciasse, por fim, o processo da reforma agrária no Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Leonel Brizola teve um início de vida muito duro. Seu pai foi assassinado brutalmente nas lutas entre Chimangos e Maragatos. Foi criado por sua mãe, mulher de grande valor. Garoto ainda, foi para Porto Alegre. Na capital, trabalhou como ascensorista e como engraxate, até conseguir uma vaga no Instituto Agrícola de Viamão. Formou-se ali e, a seguir, estudou engenharia.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ouço V. Ex^a, com prazer, Senador Paulo Paim.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Também peço um aparte, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, o tempo urge, mas gostaria de dizer uma frase. Pedro Simon, nosso Senador, V. Ex^a foi companheiro de Leonel Brizola nessa longa caminhada em defesa da democracia. Brizola lembra educação e lembra a questão da reforma agrária, como V. Ex^a cita. Mas V. Ex^a, que é um grande homem, de forma generosa, lembra nomes do Rio Grande: João Goulart, Leonel Brizola, Alberto Pasqualini, Getúlio Vargas. Vou terminar dizendo que, entre os grandes políticos do Rio Grande, quero que fique também registrada a figura de V. Ex^a, Senador Pedro Simon. Só isso. Obrigado, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A amizade leva a gente a cometer equívocos. Mas agradeço a amizade de V. Ex^a.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Pedro Simon, neste momento da solenidade, quero de público, em nome do PT, fazer também um agradecimento. Refiro-me àquele momento, em 1989, do segundo turno das eleições presidenciais em que Leonel Brizola e Mário Covas sobem ao palanque de Lula, em São Paulo. Naquele momento, a arrancada para o segundo turno fez com que essas forças chegassem

a mais de trinta milhões de votos – o que não é um número pequeno. Além de tudo o que já foi dito por V. Ex^a e demais Senadores em homenagem a Leonel Brizola, aquele momento precisa também ser registrado. Apesar de todas as críticas que já foram feitas de ambos os lados, na construção da virada de página do Brasil pela redemocratização, aquele momento é impagável. Por isso, agradeço a V. Ex^a, em nome do PT, e felicito V. Ex^a pelo discurso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado, Senador.

Em 1945, juntamente com outros líderes sindicais, fundou o primeiro núcleo gaúcho do PTB, o Partido Trabalhista Brasileiro. Um ano depois, elegeu-se Deputado à Assembléia Constituinte Estadual. Em 1954, tornou-se Deputado Federal, com a maior votação até então alcançada no Rio Grande do Sul. Um ano depois, deixou o mandato para assumir a Prefeitura de Porto Alegre.

Como Prefeito de Porto Alegre, teve desempenho excepcional. Já naquela época, criou várias obras viárias que só bem depois tiveram seu valor reconhecido. Brizola tinha uma visão de futuro.

Depois, em 1958, assumiu o Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Ali desenvolveu uma gestão de altíssima qualidade, que acabou por destacar nacionalmente o seu nome. Mostrou que era, acima de tudo, um entusiasta da Educação. Fez algo que até hoje impressiona: construiu 5.500 escolas no Rio Grande do Sul.

À frente do governo gaúcho, enfrentou e venceu empresas multinacionais. Acabou encampando companhias que exploravam a telefonia e a energia elétrica. Com essas encapações, passou a ser conhecido internacionalmente. Temos aqui uma outra marca de sua atuação política: era um verdadeiro nacionalista. Levou adiante grandes obras: criou a Aços Finos Piratini; instalou a Refinaria Alberto Pasqualini.

Em 1962, ainda Governador gaúcho, Brizola candidatou-se e foi eleito Deputado Federal pelo então Estado da Guanabara. Em 1964, novamente, tentou mobilizar a sociedade contra o golpe militar. Não conseguindo, exilou-se no Uruguai, de onde foi expulso com o golpe militar naquele país, em 1977, mudando-se, daí, para Portugal.

Depois da ditadura de 1964, sofreu um duro exílio que durou mais de 15 anos. Na verdade, Brizola quis reagir ao golpe. Insistiu com João Goulart para que não entregasse o cargo. Eu lá estava e me lembro muito bem quando Brizola dizia a Jango: “Me nomeie Ministro da Fazenda e nomeie o General Ladário Ministro da Guerra.” Lamentavelmente, o General Ladário dizia

que já havia grandes deserções e que a resistência seria realmente difícil.

E João Goulart, evitando uma guerra civil, viajou para o Uruguai. E Brizola, no seu exílio, tentou, de todas as formas, criar um movimento de resistência aqui no Brasil.

Com a anistia de 1979, Leonel Brizola voltou ao Brasil e fundou o seu próprio partido. Nós, do PMDB, achávamos que a oposição deveria permanecer unida num só partido. Os militares queriam nos dividir. Pensávamos que só depois da Assembléia Nacional Constituinte deveria ser aberto o leque partidário.

Inicialmente, Brizola tentou recriar o antigo e querido PTB, mas a sigla foi apropriada por Ivete Vargas. Então, ele fundou o Partido Democrático Trabalhista, o PDT, que comandou por toda a sua vida.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Pedro Simon, peço a V. Ex^a que conclua.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, não sei quando vai acontecer o outro.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a já teve mais de vinte minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ah, não. Eu não tenho mais do que nove minutos, Sr. Presidente. Perdoe-me a sinceridade. Eram 15h48min quando assumi o poder.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a começou a falar às 15h32min.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Os militares queriam nos dividir. Pensávamos que só depois da Assembléia Nacional Constituinte deveria ser aberto o leque partidário.

Brizola tentou criar o PTB, mas conseguiu criar o PDT.

Depois do retorno ao Brasil, Brizola elegeu-se duas vezes Governador do Rio. Em 1982, elegeu-se após uma contagem paralela dos votos sob seu comando, porquanto foi constatada, logo em seguida, uma fraude enorme decorrente de programa adulterado usado pela Justiça Eleitoral. Em 1991, voltou ao Governo do Rio, onde permaneceu até 1994.

É extraordinário lembrar a administração de Brizola no Rio de Janeiro. Os Cieps são talvez a fórmula mais espetacular de educação que se conhece em toda a América Latina. Os Cieps que ele construiu ofereciam educação com tempo integral, pois não adiantava, segundo ele, manter a criança na escola por quatro horas, e, o resto do tempo, ela ficar na rua. Também não adiantava ir à escola com fome, não tendo o que comer. O Ciep foi uma organização extraordinária, talvez uma das mais bonitas criações do sistema educacional brasileiro.

Encerro este meu pronunciamento, Sr. Presidente, dizendo que Brizola foi realmente um verdadeiro estadista, um dos maiores políticos do século XX. Digno, de honestidade comprovada, sério, totalmente voltado para a vida pública, administrador de visão, gestor competente, corajoso, humanista e legalista. Esse era Leonel Brizola, um homem que merece o respeito de todos os brasileiros.

Leonel Brizola alinha-se entre os maiores políticos brasileiros deste último século, ombreando-se com Getúlio Vargas, Juscelino, Tancredo, Ulysses e Alberto Pasqualini.

Leonel Brizola deixou o exemplo de trabalho incessante e incansável a todos nós que nos dedicamos à vida pública, independentemente da linha política adotada por nós individualmente.

Aos integrantes do seu Partido Democrata Trabalhista, aos seus familiares envio as mais calorosas homenagens.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permita-me, apenas...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço a compreensão do Senador Suplicy, pois não há mais possibilidade de apartes.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – A minha solidariedade ao pronunciamento do Senador Pedro Simon, cumprimentando-o pela bonita homenagem que faz ao ex-Governador, Deputado Brizola. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Senador Pedro Simon, rapidamente, gostaria de solidarizar-me com as palavras de V. Ex^a a respeito do notável homem público que foi o Governador Leonel Brizola. Acho que a história fará justo reconhecimento de sua obra e sobretudo de sua conduta. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a compreensão de V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado ao Senador Pedro Simon.

Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

S. Ex^a dispõe de até dez minutos para o seu pronunciamento.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o debate da ética já ocupou muitos pronunciamentos de vários Parlamentares e meus na Casa. Muitas coisas já foram ditas em relação a isso, as CPIs estão instaladas, como também a Comissão de Ética da Câmara, e muitas outras coisas mais. Vários Senadores hoje já se pronunciaram sobre isso também, e o Presidente da República fez mais uma das suas frases de efeito, que, com certeza, ocupará manchetes dos jornais. Sempre

faço questão de repetir que ele dizia que ninguém tem mais autoridade moral do que ele – certamente, no passado, sim; no presente, não.

Mas acho que esse debate da corrupção, especialmente no que se relaciona ao Congresso Nacional, é algo que tem que nos dar muita preocupação. Sei que não estamos numa democracia de fato, porque democracia sem justiça social não se consolida como tal. Sei que a democracia representativa não se consolida simplesmente porque existem mulheres e homens sentados nas cadeiras azuis do Senado, ou nas cadeiras verdes da Câmara, ou nas assembleias legislativas como a da nossa querida Naluh Gouveia espalhadas pelo Brasil todo. Não é isso a democracia representativa. Vivenciamos uma democracia representativa falida, vendida, carcomida, onde muitos parlamentares compram seus respectivos mandatos ou se aproveitam do aparelho do Estado e se apropriam da dor, da miséria e do sofrimento da grande maioria da população para dali usufruir cargos, prestígio e poder.

O Congresso Nacional sempre foi visto como uma Casa desmoralizada, porque se submete à promiscuidade com o Palácio do Planalto. Todas as vezes que o Presidente da República ou qualquer outra personalidade política faz pouco caso do Congresso Nacional, até digo que o Congresso Nacional bem que merece, porque alguns parlamentares se comportam como lideranças políticas vendidas que, ao invés de defender aquilo que se comprometeram ao longo de suas histórias de vida, se submetem ao balcão de negócios sujos e à promiscuidade com o Palácio do Planalto.

É evidente que, no debate atual sobre a corrupção, não adianta querer relacionar somente o Congresso Nacional. É claro que aqui existem parlamentares vendidos, inseqüentes, irresponsáveis, alguns até com muita pose. Quando fazem o debate do alto clero e do baixo clero, tanta gente se apresenta como se do alto clero fosse, mas tem a estatura moral da ralé clero. Tanta gente que se apresenta de forma sofisticada, com palavras mirabolantes, minuciosas, é igualmente vendida a muitos outros mais facilmente condenáveis pelo Brasil afora.

O que é importante ser dito é que neste momento que vivemos é importante a Comissão Parlamentar de Inquérito. Volto a repetir que só uma CPI, por ter poder de investigação, próprio das autoridades judiciais, consegue aprofundar as investigações e possibilita que o Congresso cumpra com a sua tarefa nobre de fiscalizar os atos do Executivo.

Agora, uma coisa que tem que ser deixada clara, a não ser quem é da corriola do Palácio do Planalto ou quem de alguma forma está se lambuzando no banquete farto do poder, com cargos, prestígio, liberação

de emenda e outras coisas mais, precisamos deixar absolutamente claro que todas as denúncias de corrupção, os indícios relevantes de crimes contra a administração pública que estão sendo apresentados, para estarrecimento, indignação e tristeza da grande maioria da população, estão relacionados diretamente com a forma como o Presidente Lula, que imita o Presidente Fernando Henrique, distribui, partilha o aparelho de Estado. Não sei por que há dificuldade de a gente dizer isso. O aparelho de Estado, o aparato público, quando os cargos são distribuídos para conhecidos delinqüentes de luxo, é óbvio que esses delinqüentes de luxo, que se consolidaram ao longo da história política do País, parasitando e privatizando a máquina pública, quando são restituídos aos cargos pelo Presidente Lula, muitos delinqüentes de luxo que serviram ao Governo Fernando Henrique, isso significa entregar a eles o aparelho de Estado, o aparato público para que eles continuem a parasitar. É aquela velha história. Todas as vezes que se fala em corrupção no País, imediatamente a população diz: Ah! Mas tem que restituir o roubado. Se não restituir o que roubou, não adianta.

Claro que todos nós sabemos que político que enriquece na política é ladrão. Ninguém se enriquece com salário. Se um político enriqueceu na política, é ladrão. Não se enriquece com salário. Enriquece-se traficando influência, intermediando interesse privado, explorando prestígio, parasitando o aparelho de Estado. Muitos desses, inclusive, verbalizam o compromisso com a ética. É por isso que o povo não acredita em político. É por isso que a grande maioria da população não acredita em político, porque vê tantas personalidades que nunca tiveram compromisso com a ética verbalizando a defesa da ética, do mesmo jeito que muitos, no passado, assumiram compromisso com a ética e fazem acordos espúrios com os delinqüentes de luxo do Brasil. Em relação àquilo que o povo do Brasil diz, que tem que obrigá-los a restituir o que roubaram, o Governo Lula, tal qual o governo passado, em vez de obrigar o ladrão a restituir o que roubou, restitui o ladrão ao cargo público para que ele continue a roubar, a parasitar e a privatizar o espaço público. Não sei por que a dificuldade de dizer isso. Isso não significa um ataque pessoal a Ministro, a Presidente da República ou a quem quer que seja. Quem é que tem dúvida da história belíssima do Presidente Lula, um operário, um retirante nordestino, um filho da pobreza, um filho do povo, que chegou pela primeira vez na maior instância de decisão política do País pelas mãos belas, legítimas e livres do povo? Quem é que tem dúvida sobre o passado? Quem é que deixa de admirar e reconhecer o passado? Entretanto, temos obrigação de

dizer isto. É impossível que alguém acredite que qualquer mecanismo de corrupção poderia ser implantado, implementado dentro do Palácio do Planalto sem o Presidente Lula saber. Tem que acabar com isso. Ou todos são inocentes ou todos são efetivamente responsáveis. É óbvio. Tem que acabar com esse comportamento preconceituoso, elitista, de caracterizá-lo como um pau-mandado quando é cômodo. Não é. É uma figura brilhante, absolutamente conhecedora da máquina partidária, da máquina governamental. Tem um misto de incompetência em relação a outros? Todos nós podemos não ser profundos conhecedores de áreas técnicas, é por isso que temos que escolher quem profundamente conhece áreas técnicas, independentemente da sua carteirinha de filiação partidária ou das suas concepções ideológicas, para ajudar a máquina pública.

Mas isto tem que ser dito: se tem delinqüente de luxo aqui, se tem delinqüente de luxo no Congresso Nacional, foi comprado pelo Presidente Lula ou pelos seus amigos do Palácio do Planalto. Se tem delinqüente de luxo ocupando cargo, prestígio e poder – não bate-dores de carteira, porque batedor de carteira é simplório para determinadas personalidades –, muitos dos conhecidos e ilustres delinqüentes de luxo foram nomeados. Alguém imagina que a Abin (Agência Brasileira de Inteligência), a Abin, quando não sabe da vida de alguém, ela inventa, ela cria. É impossível que alguém possa ser nomeado para um cargo público sem o devido conhecimento da Abin. A Abin fiscaliza a vida de todas as pessoas, monta dossiês, monta escândalos, cria ou apresenta os que efetivamente ocorrem.

Então sejamos honestos intelectualmente. É evidente que só uma CPI mostra exatamente tudo. Se a CPI mostrar que o Presidente Lula, ou o Ministro José Dirceu, ou qualquer um dos outros denunciados são inocentes, eu venho para esta tribuna declarar a inocência dessas pessoas. Agora, por honestidade intelectual e por tudo o que eu conheço, vamos acabar com isso, porque é muito feio e gera palavras de ordem: “Ninguém tem mais ética do que eu!” São bravatas que pousam muito bem nas páginas dos jornais, mas efetivamente não correspondem à realidade objetiva. Se delinqüentes de luxo foram nomeados para cargos públicos, o foram com o conhecimento do Presidente da República, compartilhando com ele. E se eles estavam utilizando....

Ontem, naquela entrevista do Deputado Roberto Jefferson, ele disse: “O Presidente Lula ligou para mim e falou que CPI não é bom para o Governo”. Então, acabemos com isso. Essa gente não pode mais nem falar do Roberto Jefferson. Estavam com ele um dia desses, de mala e cuia, todos juntos; como agora vão

falar? Podemos alguns de nós falar. Nós, aqueles que nunca tivemos identidade ou percorremos os mesmos caminhos. Mas até um dia desses eram da mesma tropa e corriola! Estavam parasitando o espaço público da mesma forma. Então sejamos ao menos honestos intelectualmente.

Eu concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias, e depois a V. Ex^a, Senador Sérgio.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senadora Heloísa Helena, o Presidente Lula tem sido poupado exatamente em função dessa sua bela história a que V. Ex^a se refere, da sua origem e passado. Mas eu creio que está na hora de o Presidente responder pelo seu presente. O passado é bom para a história. Certamente os historiadores se encarregarão do passado do Presidente, mas nós, que representamos o povo do Brasil aqui, temos que nos preocupar com o presente. E não há como não responsabilizar o Presidente da República por tudo o que está ocorrendo. De quando em vez o Presidente se apresenta com o viés autoritário, como hoje, dizendo que ninguém tem mais moral e ética do que ele para falar sobre o que está ocorrendo. Queremos que o Presidente, em vez de falar autoritariamente, apresentando-se com esse viés autoritário, utilize sua autoridade para mandar investigar para valer e não para acobertar determinados fatos, proteger determinados setores do Governo e pessoas, que se constituíram em coadjuvantes do Presidente durante todo o período de militância partidária e, agora, na Presidência da República. Portanto, Senadora, é hora, sim, de o Presidente assumir responsabilidades em relação ao presente. Aplaudimos o passado de Sua Excelência, mas queremos que dê respostas às exigências da sociedade em relação a sua postura no presente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Concedo um aparte ao Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senadora Heloísa Helena, rigorosamente os últimos dias têm caracterizado uma situação muito clara: o Governo, as forças que têm hegemonia no Governo, o PT de maneira especial, ensaiam um discurso cuja clareza é óbvia: remeter a crise, a corrupção para o Congresso Nacional, o que nada mais é do que provar a tese do Presidente, dos 300 picaretas.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Muitos estão com ele hoje.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Pois é. E o Presidente reitera sua vida pública, o Ministro José Dirceu afirma sua história oposicionista, todos se autologiam, fazem um discurso pretensamente ideológico e não vão ao essencial: por que nomearam essas pessoas, qual o quadro de convivência que têm com

essas pessoas, qual o papel desse Dr. Delúbio, cujo nome é tenebroso e a prática parece ser mais ainda, qual é o conteúdo da relação sombria deste Governo, do Partido dos Trabalhadores, com esses aliados? Como é que eles funcionam? Será que só há culpa de um lado? Será que a culpa não é amplamente compartilhada? Quem quer resolver as coisas o que tem a fazer é permitir ampla investigação, e é tudo o que até agora não se desejou fazer. Não se fez isso no primeiro episódio – Waldomiro Diniz – e, na verdade, não se deseja fazer isso agora. A CPMI que estamos fazendo é restrita e seus administradores fazem parte do Governo. Antes de levantar a suspeição – não sou desse tipo –, tenho absoluta clareza e tranquilidade ao afirmar, corroborando o que está dizendo a Senadora, que os fatos são comprometedores. Este Governo não tem como explicá-los. E toda a ação, toda a sua política, não tem nenhuma sinceridade, cuja finalidade é remeter para outro campo, tirar dele um foco de investigação que tem de começar no Governo. Hoje vai começar no “cara” dos três mil reais, mas ele é a ponta do **iceberg**, é consequência de um processo de formação do poder corrupto, complicado, que não é capaz de governar o Brasil. Está remetendo a vida do Presidente Lula para um questionamento muito mais amplo do que ele imagina. Anteontem, em uma festa de São João no interior de Pernambuco, quando alguém falou em “mensalão”, houve uma indignação geral. Essa indignação não exclui o Presidente da República nem o seu Governo, e inclui de maneira muito clara o que todos percebem: PTB, PL, PP são sublegenda de PT.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Ouço V. Ex^a, Senador Tasso Jereissatti.

O Sr. Tasso Jereissatti (PSDB – CE) – Senadora Heloísa, parece-me que tem havido, principalmente nos últimos dias, uma tentativa muito clara de dividir o que está acontecendo em dois departamentos: um culpado e outro inocente. O Congresso Nacional seria o corrupto e o Executivo seria vítima desta corrupção. Conheço muito bem V. Ex^a e sei que não vai imaginar que estamos querendo tirar a culpa do Congresso. Hoje a imagem do Congresso está destruída e não há como dizer que, de alguma maneira, não mereça essa imagem que está aí.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Com certeza.

O Sr. Tasso Jereissatti (PSDB – CE) – Mas dizer que o Executivo é vítima dessa corrupção me parece uma fantasia, não tem nada a ver com a realidade. Acho que nós, considerando o que V. Ex^a disse, precisamos reagir dentro do Congresso, primeiro, fazendo o **mea culpa** e examinando a fundo o que está acontecen-

do aqui no Congresso; segundo, reagindo e deixando bem claro que a iniciativa desse momento de corrupção vem, claramente, do Executivo e que não apenas partidos pequenos ou alguns Deputados, ou boa parte dos Deputados, foram beneficiários dessa corrupção; partidos grandes também foram beneficiários e tiveram a iniciativa dessa corrupção. Só queria ouvir de V. Ex^a se concorda com este meu entendimento.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Vou concluir, Senador Tão Viana, pois sei que estou ultrapassando o tempo. Quero deixar absolutamente claro também que não tenho dúvida de que o Congresso Nacional é uma estrutura desmoralizada perante a opinião pública, e o é porque há parlamentares vendidos e porque há Governo igualmente corrupto para comprar parlamentares e manter a promiscuidade nas relações entre o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto.

Não posso deixar a tribuna sem reafirmar que todos os dias ficam discutindo na imprensa que existe um golpe para derrubar o Governo Lula, um golpe da direita. Evidentemente, muitos representantes da direita brasileira fazem oposição ao Governo Lula. Temos de dizer também que o pior da direita brasileira está no Governo Lula, também.

O Governo Lula prevaricou, porque não foi capaz de investigar os indícios relevantes de crimes contra a Administração Pública no processo de privatização do Governo Fernando Henrique Cardoso, que alardeávamos todos os dias nesta Casa. Nunca a pocilga do capital, a direita, carcomida, cínica, parasita sem pátria do capital financeiro, chafurdou com tanta desenvoltura como agora. Muitos delinquentes de luxo, que vai desde a tropa de choque de Collor a muitos irresponsáveis, amorais, dos tapetes azuis ou dos tapetes verdes, estão dentro do Governo Lula. Então, vamos devagar com o andor.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tão Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe de dez minutos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição, pela Liderança da Minoria, para falar após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito em segundo lugar após as comunicações inadiáveis.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o nobre Senador César Borges já verberou mais um crime do Governo Federal contra a Bahia: o cancelamento do contrato com o Banco Mundial relativo ao metrô. Isso também afetará, Senadores Tasso Jereissati e Sérgio Guerra, Pernambuco, Ceará e Minas Gerais.

Se V. Ex^{as} não fizerem uma frente violenta contra este Governo, ele continuará sendo o que é. Mesmo saindo o Sr. José Dirceu e entrando outra pessoa no lugar dele, o Governo continuará sendo o mesmo. É inacreditável que o Presidente da República diga hoje, praticamente em resposta aos Senadores e aos Deputados: “Ninguém tem mais autoridade moral e ética do que eu”. Mentira! Falta-lhe autoridade moral e ética, porque quem nomeia ladrões tem participação, evidentemente, pelo menos, na ética em relação ao Governo. E a malta de ladrões que hoje está toda no Governo não foi tirada. A saída de José Dirceu é apenas um pequeno anúncio para calar a Oposição e a sociedade, que tinha a impressão – talvez até verdadeira – de que o Presidente da República era José Dirceu e não o Presidente Lula.

A situação, portanto, é muito grave. Nós vamos perder o metrô da Bahia, no qual o Governo do Estado e a Prefeitura já investiram muitos recursos. Mas eu fico assim a pensar: não será Lula também querendo destruir o PT? Acho que sim, porque esse PT da Bahia não tem cara para aparecer em rádio e em televisão para dizer que faz alguma coisa pelo Estado. Ao contrário, só faz prejudicar a Bahia, e a Bahia não aceita isso.

Por outro lado, eu também penso que fizemos bem. Esse metrô já estaria pronto se procurássemos Waldomiro Diniz, Maurício Marinho, Delúbio Soares, Marcos Valério, Marco Dutra, Humberto Costa “vampiro”, Sílvio Pereira, Marleno Sereno, e aí tem uma série de tantos outros. Se o Governo tivesse optado por essa fórmula de dar comissão, o metrô estaria pronto – e a Bahia também desmoralizada, como estão todos esses que pagam e os que recebem o mensalão. Mas, com certeza, o metrô já estaria pronto, e não seria um incompetente, e que não tem ética também nem moral, como o Sr. Olívio Dutra, que vai a minha terra para dizer ao povo da Bahia que não fará o metrô porque vai cancelar o empréstimo do Banco Mundial. E mente.

Diz: “não, farei o metrô com recursos próprios do orçamento”, quando não colocou recursos no orçamento e nem vai colocar recursos suficientes no orçamento. É um farsa, é uma enganação! É o que se chama, no comum, uma molequeira política entre as muitas molecagens que este Governo tem feito com o Brasil.

Aqui há uma lista de acusados. Ela é tão grande, Sr. Presidente, que eu não vou lê-la, mas tem muitos acusados e todos com culpa no cartório. Evidentemente que esta lista será lida aqui, ou na CPI ou em qualquer parte. O que nós não podemos é aceitar que os Estados estejam se deteriorando, estejam passando por grandes dificuldades, quando poderíamos, através do Delúbio – santo Delúbio! santo Delúbio! –, que o PT não tem coragem de botar para fora porque tem medo que ele conte realmente tudo o que se passa naquele ambiente...

É uma tristeza que isso aconteça. E como eu sei que isso fere também o Senador Marco Maciel, que já quer me apartear, concedo-lhe o aparte para depois continuar.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, desejo dizer estou solidário com a denúncia que V. Ex^a faz com relação à descontinuidade das obras do metrô, especificamente da Bahia, de Fortaleza e do Recife. Há cerca de três meses, fiz um pronunciamento nesta Casa, chamando a atenção sobre o metrô do Recife. Nós o deixamos praticamente concluído no fim de 2002, restando apenas um pequeno percentual para que pudesse a sua ampliação entrar em funcionamento, uma ampliação que vai permitir passar de 160 mil passageiros/dia para quatrocentos mil passageiros/dia, que, por falta de liberação de recursos nos anos de 2003 e 2004, está extremamente atrasada. E V. Ex^a agora traz uma notícia mais grave. Espero que a rescisão do acordo com o Banco Mundial não venha retardar ainda mais a conclusão dessas obras fundamentais, porque o transporte em massa hoje é a solução para as grandes metrópoles, como é o caso da capital do Estado da Bahia, o caso do Recife e de Fortaleza. Daí por que espero que o apelo de V. Ex^a seja ouvido e, revista essa decisão, se permita continuar com as obras. O financiamento do Banco Mundial também tem a grande vantagem de ser destinado a obra que, de alguma forma, obedeça a critérios técnicos precisos. O Banco Mundial, ao financiar uma obra, também procura fiscalizá-la e fazer que ela corra, se desenvolva da melhor forma possível. Não tenho dúvida em afirmar que

certamente a palavra de V. Ex^a vai ser ouvida – assim espero –, como a de outros oradores que se seguirão à minha, apartando V. Ex^a, para que tal medida não seja efetivada, sob pena de retardarmos mais uma vez a conclusão de obra tão importante. E, para concluir, devo dizer o seguinte: houve no passado um grande economista, Juvenal Osório Gomes, que sempre defendeu a tese muito interessante de que a inflação tinha também causas invisíveis. Uma delas, era o fato de termos obras não concluídas. O raciocínio dele era o seguinte: na medida em que ocorreram investimentos públicos nessas obras, na medida em que essas obras não começavam a prestar os seus serviços, isso provocava, conseqüentemente, o não-retorno do investimento feito, o não-retorno econômico e o não-retorno social. Então, penso que adiar a conclusão dessas obras significa, certamente, concorrer primeiro para que o investimento não tenha o seu retorno e que a sociedade continue a padecer com as péssimas condições dos transportes urbanos nas grandes metrópoles. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço muito a V. Ex^a, que, com a argúcia de um grande político, me fixou um ponto no seu aparte, que acho é a razão de ser de cancelar o contrato com o Banco Mundial. É a fiscalização. O Banco Mundial também fiscaliza a obra e, porque fiscaliza a obra, dificulta, talvez, a maneira que eles têm de fazer comissões com os empreiteiros que realizam qualquer obra no Brasil, pois este Governo não tem autoridade moral nem ética. Se tivesse, o Presidente da República não formaria o Ministério que formou e nós não estaríamos passando a vergonha que estamos passando, nacional e internacionalmente, de um País corrupto e de um País sem solução.

Senador Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Antonio Carlos, mais uma vez, V. Ex^a vem a esta tribuna com sua indignação contra injustiças feitas contra o seu Estado. Se V. Ex^a me permitir, eu queria fazer parte do seu discurso, fazendo referência também ao meu Estado. Há pouco tempo, aqui nesta Casa, discutimos...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – ...sobre o Banco Popular do Brasil – não sei se V. Ex^a lembra –, quando, estranhamente, esse banco que mal começava gastou 25 milhões em publicidade, tendo apenas ope-

rado menos de 20 milhões. Depois disse que, no ano seguinte, ia gastar mais 25 milhões em publicidade, e isso tinha sentido porque, afinal de contas, era um banco que precisava ser conhecido. Estamos falando em 50 milhões. Agora, iniciaremos a votação, Senador Antonio Carlos, de uma verba de 300 milhões para o Brasil brincar de guerra lá no Haiti. Em outras terras, nós vamos brincar de guerra. Ao mesmo tempo, obras fundamentais, iniciadas há anos – na sua cidade de Salvador, na minha cidade de Fortaleza, na cidade do Recife do Senador Marco Maciel – são interrompidas por falta de recursos. Isso causa prejuízo gigantesco a toda uma área que foi interdita durante todos esses anos para que a população tivesse um mínimo de qualidade de vida. Só computando essas três cidades, estou falando de pelo menos sete milhões de pessoas. Nós gastamos praticamente isso. Hoje, vamos aprovar o brincar de guerra no Haiti. Depois, pasme, Senador Antonio Carlos, esses 50 milhões de publicidade nós descobrimos que eram para ser dados para o tal de Marcos Valério, que não sabíamos direito quem era. Marcos Valério aparece aí agora como o homem que paga o “mensalão”, ligado ao Sr. Delúbio, tesoureiro do PT, ligado ao José Dirceu, ligado ao Presidente Lula!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Claro. Essa é a ética e a moral!

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Essa é a ética e a moral. Nós não podemos admitir isso! Eu pediria ao Senador Arthur Virgílio que nós, do Nordeste e do PSDB, não votássemos nada aqui enquanto uma agressão como essa é feita contra nós, contra o povo do Nordeste, da maneira como está sendo feita, ainda mais quando sabemos que existem recursos que estão indo para esses objetivos escusos, imorais e antiéticos que todo o Brasil hoje comprova.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a tem absoluta razão e, como sempre, aparteia para enriquecer o meu discurso, sobretudo com fatos concretos. Estamos diante de uma catástrofe administrativa...

(A Presidência faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – ... e de um Presidente totalmente incapaz de formar sequer um ministério. Ele quer demitir, mas não encontra. Está procurando o Presidente Renan Calheiros, o Sr. Suassuna – todos esses é que vão realmente indicar os ministros, porque o Presidente

não tem coragem de escolher homens de bem para o seu ministério.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Antonio Carlos, apenas para pedir aos oradores que pedem o aparte...

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Serei breve.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – ... que eu concederei três minutos para que possam, objetivamente, colaborar com os apartes.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Vou conceder os apartes, porque...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Mais três minutos, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – ... tinha um tempinho, e o Senador Pedro Simon teve meia hora, de maneira que...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Infelizmente, eu não estava na Mesa.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador Antonio Carlos, quero me somar à sua indignação em relação a esse caso do metrô de Salvador e trazer brevemente o relato do que ouvi no Banco Mundial há cerca de quinze dias, conversando com o Dr. Jorge Rebelo, que é mais ou menos o diretor de vários projetos de metrô no Brasil. Eu estava inclusive acompanhado do Deputado Luiz Carreira, que por acaso está aqui do meu lado neste momento. Ele disse claramente que esse é o único caso que ele conhece em que vai haver cancelamento de contrato no Banco Mundial. Isso foi colocado pelo diretor do projeto do Banco Mundial. É realmente um absurdo imaginar-se que isso possa acontecer a pedido do Governo brasileiro. Quero associar-me à sua indignação e trazer esse depoimento, essa verdade do que presenciei lá há 15 dias.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço seu aparte e posso imaginar como V. Ex^a ficou rubro quando ouviu uma declaração dessa de um diretor do Banco Mundial, manchando a nossa terra, a Bahia, mas sobretudo o Brasil, que hoje é governado, infelizmente, pelos incompetentes.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Antonio Carlos Magalhães...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ouço o Senador Eduardo Azeredo, um sofrador em Minas Gerais.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Antonio Carlos Magalhães, trago também a minha solidariedade. Estive na Bahia, em Salvador, há poucos

dias – realmente, todos voltam de Salvador muito bem impressionados com a cidade –, mas é evidente que a questão do metrô é fundamental para o transporte, especialmente, das pessoas das classes menos favorecidas. E o Governo perder o financiamento?! É difícil conseguir financiamento internacional, e o Governo permitir seja cancelado um financiamento internacional é demais. Vivemos um momento em que o Governo se defronta com as críticas do ponto de vista ético – esse Governo que sempre se disse dono da ética. Além dessas preocupações, ele tem de se preocupar com o funcionamento do governo, o que não está ocorrendo. Apenas como consolo, na minha cidade de Belo Horizonte, também o metrô está paralisado; não há recursos, e o PT era sempre o mais crítico, o mais ácido, querendo que a construção do metrô fosse a mais rápida possível. Solidarizo-me com V. Ex^a, e a expectativa é de que a Bahia consiga recuperar esse recurso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a tem absoluta razão.

A Senadora Patrícia Gomes quer um aparte. Depois, falará o Senador Heráclito Fortes, porque a Senadora Patrícia tem prioridade, como é natural.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a tem toda razão, principalmente depois que ela está órfã partidária.

A SRA. Patrícia Saboya Gomes (Sem Partido – CE) – Senador Antonio Carlos Magalhães, gostaria apenas de somar minha indignação com a de V. Ex^a e de todos os outros Senadores que aqui se pronunciaram. Eu, que tenho o privilégio da convivência com o Senador Tasso Jereissati, sei que sua manifestação foi de indignação. Desde que nós dois aqui chegamos a esta Casa, ao lado do Senador Reginaldo Duarte, tratamos, em alguns momentos, dessa questão do metrô de Fortaleza, essencial para o transporte de milhares e milhares de pessoas da nossa cidade...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. Patrícia Saboya Gomes (Sem Partido – CE) – ...que têm no metrô a possibilidade de garantia de um transporte que possa melhorar as condições de vida do nosso povo. E cancelar um convênio, um contrato dessa natureza, é, sem dúvida alguma, algo que eu deveria dizer – sou comedida – muito mais do que lamentável, muito mais do que uma irresponsabilidade, sobretudo em cidades do Nordeste, pobres como são as nossas, com tantas dificuldades. Esses

contratos são essenciais para a sobrevivência, para a melhoria das condições de vida do nosso povo! Então, gostaria apenas de somar minha palavra à de V. Ex^a e à do Senador Tasso Jereissati, mostrando a nossa indignação e preocupação em relação à questão do metrô também na nossa cidade de Fortaleza.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Por isso, Senadora Patrícia, a cada dia V. Ex^a cresce aos olhos dos seus Colegas, pela sua sensatez e também pela sua coragem de enfrentar qualquer luta em defesa do Ceará, ao lado de Tasso Jereissati e Reginaldo Duarte.

Ouçó o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Antonio Carlos, vamos esperar para ver se a CGU toma alguma medida. O seu chefe é um baiano. Creio que esse é um dos casos que merece investigação. Saber por que parou. Como diziam antigamente, parou por quê? Entendo que cabe à CGU a manifestação sobre esse assunto, pelos prejuízos que causa à Bahia, pelos prejuízos que causa ao País. Mas, Senador Antonio Carlos, V. Ex^a já me viu algumas vezes chamar atenção aqui para a “farra do boi” que vem envolvendo o Governo e os fundos de pensão. O **Correio Braziliense** de hoje, em matéria de primeira página no Segundo Caderno, salvo engano, traz “Operação Chapa Branca.” É exatamente a manipulação de recursos dessa área dos fundos, comandado no Palácio do Planalto pelo Ministro da Comunicação Social, Sr. Gushiken, para maquiagem resultados de aplicações na Bolsa. A matéria é detalhada, com gráfico, Presidente Tião Viana. E, ao final, uma declaração do assessor do Ministro, de que isso é um trabalho da Oposição para expô-lo. Imagine onde estamos vivendo, Senador Antonio Carlos. O Ministro das Cidades vai à Bahia e pratica essa violência contra o baiano; aqui, o Ministro da Comunicação Social entra na área da Previdência, determina as aplicações como bem quer e não quer que o Congresso cumpra o seu papel. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a, que traz um elemento a mais para mostrar ao Presidente da República que a sua autoridade moral e ética não é a que ele diz nem a que ele pensa; é a que o povo hoje já está sentindo.

Senador Tuma, concedo a V. Ex^a o último aparte para atender ao Senador Tião Viana, que merece o nosso respeito e admiração.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, eu me sentei deste lado para receber

o espírito do nordestino, para me deixar ser tomado pela coragem e pela força que tem e enfrentar aquilo que traz prejuízo a milhões de brasileiros que vivem, muitas vezes, na miséria. Como paulista, sinto-me à vontade para falar que o nordestino que comanda este Governo parece ter esquecido sua origem. Será que ele tem vergonha de ser nordestino? Faço essa pergunta em função das negativas que tenho testemunhado, em função de ver virarem as costas para aqueles que precisam. Tudo bem comer um acarajé e colocar um chapéu de couro, mas a reação é outra quando se trata de financiar algo tão importante, como é o transporte coletivo; a reação é outra quando se trata de evitar o sofrimento que diariamente muitos cidadãos enfrentam. Não vão comprar 60 milhões de tênis para os Correios? Mas o pobre anda de tênis ali também. Será que ele não merece a mesma consideração? A briga de V. Ex^a tem sua razão de ser. Nós sabemos que o Governo rompeu com o FMI. Tudo bem, mas captou bilhões agora no mercado internacional. Então, tem ou não dinheiro sobrando? Por que cancelar um contrato cujos recursos já haviam sido aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos? Era um valor que tinha contrapartida. Se ele está captando dinheiro no exterior para aumentar a sua dívida, por que não financiar algo que vai dar retorno?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E contrapartida do Estado e da Prefeitura!

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – E com retorno com a conclusão das obras.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a tem absoluta razão, seu depoimento é extremamente importante. Fico feliz que todos sintam a discriminação do Presidente Lula com relação ao Nordeste.

Mas tem uma desculpa: ele é contra o transporte coletivo, ele é apenas pelo “Aerolula”, que é limitado, que é somente para os ministros dele, é para ele dormir e tomar banho de chuveiro, o que não é possível fazer em avião algum do País. Ele é contra o coletivo, mas a favor do individual, do avião “Aerolula” que ele possui.

Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que fale com o Líder do Governo para devolver o meu projeto sobre a presença do Cade no Banco Central. Digo agora a V. Ex^a que vou colocar em pauta o Orçamento Impositivo. Se o Governo tiver coragem, que o derrube. Disse que iria fazê-lo em etapas. É tudo mentira! Não faz em etapas nem de qualquer outra forma. Tem de devolver. O Senador Mercadante já está há mais de seis meses com o meu projeto, projeto que S. Ex^a disse apoiar, que é sobre o Cade no Banco Central.

Quanto ao Orçamento Impositivo, sobre o qual já falei tanto nesta Casa: toda a Casa o apóia, e o Governo diz que também é favorável, mas ele não anda. V. Ex^a poderia nos ajudar, porque eu vou colocar esse orçamento em pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Haverá problemas, mas não vou prejudicar o País pela vontade de alguns que estão aqui sem querer trabalhar, que só querem defender os que estão assaltando os cofres públicos – foram muitos os que aqui citei e muitos os que ainda vou citar.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º do Regimento Interno.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, antes do Senador Saturnino, com a devida vênia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, venho há dias chamando a atenção desta Casa para o envolvimento indevido de setores do Governo com os fundos de pensão. A propósito desse tema, quero pedir a V. Ex^a a transcrição de uma matéria de hoje do **Correio Braziliense**, assinada pelo jornalista Vicente Nunes. Trata-se de matéria detalhada, com gráficos, em que o jornalista mostra a manipulação de recursos dos maiores fundos de pensão, quais sejam, o do Banco do Brasil, o da Petrobras e o da Caixa Econômica Federal, no sentido de diminuir um pouco os efeitos que a crise poderia provocar nas aplicações.

Solicito também a V. Ex^a que remeta à CVM e à ex-Previ, que agora novamente é Secretaria de Previdência Complementar, essa matéria, para que seja analisada e as conclusões tiradas.

Também gostaria que o Líder do Governo, Aloizio Mercadante, assim como o Líder do PT no Senado, recebessem cópias dessa matéria, para que amanhã não se diga que a Oposição não vem alertando o Governo para o que está acontecendo no Palácio do Planalto, de maneira indevida: a manipulação dessa área tão sensível da economia brasileira.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

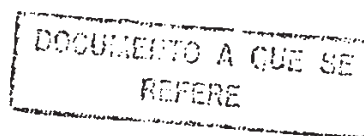
[Outras Notícias](#) | [Voltar](#)[Voltar para_c](#)

Correio Braziliense

Publicado em: 21/06/2005

Operação Chapa-branca

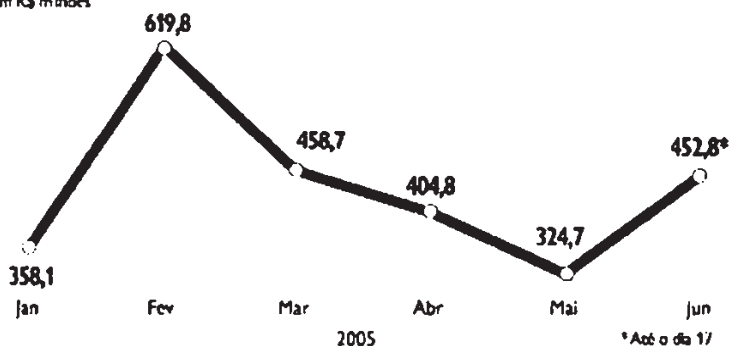
Vicente Nunes



O ESFORÇO DOS FUNDOS DE PENSÃO

Volume médio diário de negócios dos fundos de pensão. Observe que no período de crise mais forte (junho) houve aumento nas compras de ações

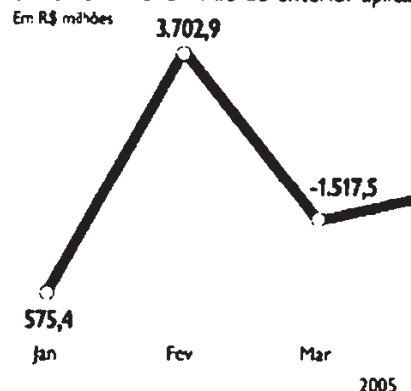
Em R\$ milhões



A FUGA DO CAPITAL ESTRANGEIRO

Saldo de dinheiro vindo do exterior aplicado

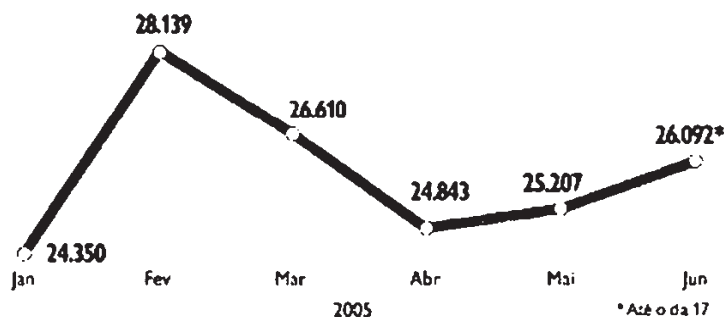
Em R\$ milhões



O DESEMPENHO DA BOVESPA

O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo

Em pontos



Fonte: Bolsa de Valores de São Paulo

O VOLUME DE NEGÓCIOS

Média diária de compra e venda de ações

Em R\$ milhões



O governo Lula ressuscitou uma prática comum na administração anterior: a de usar os grandes fundos de pensão para amortizar os efeitos de crises políticas no mercado de ações. Pelo menos essa é a avaliação dos operadores de seis corretoras. Desde o estouro da crise política, há um mês, dia após dia, as fundações vêm aumentando as ordens de compra de ações (Bovespa) para evitar quedas bruscas no Ibovespa, índice que mede a lucratividade dos papéis mais negociados. Esse movimento é chamado de Operação Chapa-branca. Por meio dela cria-se a impressão de que o mercado está livre de turbulências que sacodem o país e evita-se um clima de pânico entre os investidores.

"São fortes as insinuações de que o governo recorreu à Operação Chapa-branca para acalmar os ânimos na bolsa. Pedro Paulo Bartolomei da Silva, especializado no mercado de ações. Tal estratégia envolveria, sobretudo, os três principais fundos: Previ (dos empregados do Banco do Brasil), Petros (funcionários da Petrobras) e Funcef (empregados da Caixa). Não deixando nenhum sinal evidente, as compras de ações estariam sendo feitas em pequenos lotes e de forma massiva."

Conforme os números divulgados pela Bovespa até a sexta-feira passada, dia 17, pode-se confirmar a maior participação qualificada pela bolsa como investidores tradicionais, nas transações. A média diária de negócios das fundações R\$ 324,7 milhões para R\$ 452,8 milhões - um incremento de 39%. Nesse mesmo período, os investidores estrangeiros da Ibovespa, reforçaram a saída do pregão paulista. Somente nos dez primeiros dias de junho, deixaram um buraco

"Não posso garantir que foi a mão do governo. Mas que os fundos de pensão se movimentaram de forma nas últimas semanas, não resta a menor dúvida", conta um dos seis operadores consultados pelo Correio. "Com patrimônio qualquer espionagem que os fundos derem no mercado, o efeito é sentido imediatamente, para o bem ou para mal. As fundações não apenas têm segurado o mercado, como têm garantido altas em meio à grave crise política", acrescenta

Para Fernando Barroso, diretor da Arbor Gestão de Recursos, não se pode cravar a existência das operações chapas-brancas de pensão. Ele reconhece que as fundações até aumentaram a presença no mercado desde o início do mês, coincide o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) de compra de parlamentares da base aliada do governo pelo PT. Mas essa não teve o intuito de segurar a Bovespa. Foi decorrente das boas oportunidades de negócio que surgiram com elas nos meses anteriores. Em fevereiro deste ano, a Bovespa bateu consecutivos recordes de lucratividade, mas de contaminada pelo esfacelamento da base aliada do governo.

Entre os operadores, o comentário é de que as operações chapas-brancas foram orquestradas pelo secretário de Relações Institucionais, que controla os fundos de estatais com mão-de-ferro. No Palácio do Planalto, assessores próximos do chefe na estratégia e garantem que o tititi que ronda o mercado foi plantado pela oposição, visando criar um secretário às investigações da CPI dos Correios. O secretário, por sinal, vem reclamando de várias notas contra ele em jornais e revistas.

Negativa veemente

Por meio de sua assessoria de imprensa, a Previ também nega, "com veemência", qualquer interesse em segurar a bolsa ao vendaval provocado pela crise política. Segundo a diretoria de Investimentos da fundação, nenhuma das operações não fugiu à normalidade. Já a assessoria da Funcef informa que a carteira própria de ações e os fundos de investimentos só refletiram as oscilações do mercado, isto é, não houve nenhum aporte de recursos para a compra de novos papéis

Na opinião do consultor Pedro Paulo da Silva não se deve atribuir somente às operações chapas-brancas o colapso da bolsa. Apesar da crise política, ele reconhece que os fundamentos econômicos do país estão muito positivos e minimizam o risco para os investidores. Tanto que o risco-país está bem próximo dos 400 pontos, um patamar razoável ante o momento de crise. A Bovespa encerrou o dia com baixa de 0,18%, nos 26.045 pontos e volume financeiro de R\$ 2,64 bilhões. O dólar cotado a R\$ 2,394 para venda. Já os C-bonds, os títulos mais negociados da dívida externa brasileira, tiveram valorizado a 102,12% de seu valor de face (real).

Mais dinheiro lá fora

O volume de dinheiro aplicado por pessoas físicas e empresas brasileiras no exterior cresceu 14,6% entre 2003 e 2004, levantamento realizado pelo Banco Central. No ano passado, esses investimentos somavam US\$ 94,731 bilhões, correspondia a operações feitas pelas empresas.

Os números constam do censo de capitais brasileiros no exterior, pesquisa que o Banco Central realiza todos os anos. A declaração todos os residentes no Brasil cujas aplicações no exterior superem os US\$ 100 mil. Neste ano, participaram 1.637 companhias.

Aqueles que não entregaram a declaração ao Banco Central estão sujeitos a uma multa de até R\$ 125 mil. Os dados são preliminares e não identificam, por exemplo, os países ou os setores da economia que mais recebem investimentos. Em 2004, do total de dinheiro que os brasileiros possuem aplicado no exterior, US\$ 70,691 bilhões estão em investimentos em participações em empresas instaladas em outros países.

[Envie esta notícia para um amigo, clicando aqui.](#)

[Voltar](#)

[Voltar para cima](#)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ.

Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, decidi falar mesmo depois do discurso do Senador Pedro Simon, que todos escutamos com atenção redobrada – S. Ex^a falou com muito mais brilho, com muito mais conhecimento de causa e até com muito mais tempo do que eu, que tenho o tempo da breve comunicação. Sinto-me no dever também de dizer algumas palavras sobre esse grande brasileiro que desapareceu há um ano, que foi Leonel de Moura Brizola.

Sinto-me nesse dever, Sr. Presidente, pela ligação que ele teve com o Rio de Janeiro na segunda fase de sua vida política, depois que voltou do exílio, pela convivência muito estreita que tivemos em campanhas memoráveis que fizemos juntos a partir de sua primeira eleição para Governador em 1982, quando fui candidato a Senador, seu companheiro de chapa, e em função de toda a convivência que se desenrolou ao longo de seus dois mandatos à frente do governo do Estado, que deixaram essa marca indelével, que são os Cieps. Realmente, foi um feito no setor de educação no Brasil que não sei se terá sido igualado – creio que não –, porque foi o projeto mais avançado, mais arrojado e mais consentâneo com todas as declarações de prioridades que se têm feito neste País a respeito da educação.

Foi, efetivamente, um grande brasileiro. Leonel Brizola foi um grande brasileiro na liderança política, na capacidade de argumentação, de convencimento, na capacidade de arregimentação política, com seu grande carisma, sua dedicação integral à política – a política foi toda a sua vida.

E foi também grande na sua brasilidade, no amor ao Brasil, ao seu povo trabalhador, na crença que sempre teve, no fundo do seu coração, da grandeza deste País, que é o nosso, e que muitas vezes é posta em dúvida por brasileiros que atingem posições de governança. Brizola nunca duvidou da capacidade de projeção e de realização dos destinos maiores do nosso País entre as diversas nações do globo.

Foi grande também na probidade e na honradez. Acusações passaram à margem de seu caminho político e não deixaram nenhuma marca. Há um reconhecimento unânime a respeito da honradez, da qualidade de honradez e de probidade de Leonel Brizola.

Agora, foi uma figura polêmica. Como todo grande líder, teve afetos e desafetos profundos. Era um homem de convivência difícil – vamos reconhecer.

Os que conviveram com ele, não apenas eu, tiveram rompimentos – César Maia também, Marcelo Alencar também e muitos outros. A convivência com Leonel Brizola era difícil pela especificidade da sua liderança, que era de caráter muito pessoal, dificultando o diálogo democrático que se deve processar também mesmo diante de uma capacidade de liderança extraordinária como era a dele. Entretanto, divergências profundas, rompimentos mesmo nunca atingiram a respeitabilidade da figura de Leonel Brizola perante aqueles que tiveram essas divergências com ele.

Particularmente, tive dois rompimentos, e, passado um tempo depois do primeiro rompimento – que era no momento em que eu estava na Prefeitura –, numa campanha oito anos depois, que eu fazia para Vereador da cidade, Brizola compareceu a um ato público da minha campanha e declarou, de livre e espontânea vontade, para surpresa minha, que tínhamos tido desavenças, eu e ele, erros de parte a parte, mas ele reconhecia que os erros dele tinham sido maiores do que os meus.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje gostaria de dizer o que não pude dizer, porque a morte de Brizola surpreendeu a nós todos, foi repentina. Mas gostaria de ter tido a oportunidade de dizer que, no segundo rompimento, essa declaração deveria ter sido minha. Houve erros e acertos de ambos os lados, porém os erros maiores, nessa segunda separação, foram de minha parte. Infelizmente, não tive essa oportunidade e queria fazê-lo frente a ele, como ele fez a primeira, frente a mim.

Sr. Presidente, vou encerrar, pois o meu tempo é limitado, mas presto esta homenagem em nome do Rio de Janeiro, que reconhece em Leonel Brizola uma grande figura, que optou pelo Rio de Janeiro para projetar-se nacionalmente, tendo feito uma grande obra no Rio Grande do Sul e deixando outra marca indelével no Rio de Janeiro.

Faz falta a liderança de S. Ex^a neste momento. Sei que ele teve e declarou divergências grandes em relação ao Governo do Presidente Lula, mas gostaria de vê-lo presente agora, saber que posição tomaria, ele que presenciou, que testemunhou, que viveu as campanhas orquestradas contra Getúlio Vargas e João Goulart. Enfim, gostaria de ver a posição que tomaria neste momento, apesar de todas as divergências que teria em relação ao Presidente Lula.

Nossa homenagem, em nome do Rio de Janeiro, à grande figura que foi Leonel de Moura Brizola.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao nobre Senador Roberto Saturnino e concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, por

cinco minutos, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também queremos, no dia de hoje, prestar uma homenagem ao querido amigo que sempre esteve presente no início da nossa carreira política, o saudoso Leonel Brizola.

Meu pai era filiado ao PTB, justamente em função de Getúlio Vargas, de Leonel Brizola e de João Goulart, e tinha por Brizola o maior apreço, o maior carinho. Ele dizia, na época, que Brizola seria o maior líder do nosso País.

Em 1954, no dia 7 de setembro, em Sarandi, meu pai prestou uma homenagem ao Brizola, ou à nossa própria família, e me deu o prenome de Brizola: Leonel Arcângelo Pavan.

Meu pai sempre dizia, ao longo dos anos, quando ainda éramos meninos, que Brizola seria a maior marca para buscarmos a democracia neste País.

Filiei-me ao PDT em 1981, quando, pela primeira vez, busquei um espaço na vida pública e me lancei candidato a Vereador. Fui Vereador até 1988, sendo o único Vereador do PDT no Estado de Santa Catarina.

Em 1988, lancei-me candidato a Prefeito, e lá esteve Brizola na minha cidade, Balneário Camboriú. Conseguimos superar os 50%, e me elegi Prefeito. Já em 1989, prestamos uma homenagem a Leonel Brizola e construímos o primeiro Ciep do Sul do Brasil. Lá esteve Brizola para inaugurar aquela grande obra, que até hoje permanece, prestando um grande serviço para as crianças do nosso Município, com aulas em tempo integral.

Em 1994, concorrendo a Deputado Federal pelo PDT, também nos elegemos, e Brizola, mais uma vez, fez-se presente em nossa eleição.

Em 1996, outra vez, concorri à Prefeitura pelo PDT, e fomos vencedores, com o apoio do Brizola.

Em 2000, mais uma vez, pelo PDT, reelegemo-nos para Prefeito.

Distanciamo-nos da legenda do PDT, mas não nos distanciamos dos compromissos com a democracia, com o social, com as nossas crianças, com os nossos trabalhadores, com o meu Município, com o meu Estado e com o Brasil, sempre levando como exemplo as lutas de Leonel Brizola.

Por isso, hoje deixo aqui marcados nosso sentimento e nossa homenagem a esse grande homem público que nos orgulha e que sempre defendeu o Brasil.

Se Brizola, que foi candidato a Vice-Presidente de Lula, estivesse vivo hoje, certamente estaria envergo-

nhado de ter ajudado um homem que se elegeu, levando a proposta trabalhista, proposta dos trabalhadores brasileiros, e que hoje envergonha a todos os que nele confiaram o voto, envergonha a Nação brasileira.

Recordo-me de quando Brizola pediu para que seus militantes, para que seus eleitores votassem em Lula. Naquela oportunidade, ele disse a toda a Nação: “Não confiamos plenamente, mas somos obrigados a engolir um sapo barbudo”. Era o que Brizola falava na época. Depois, inclusive, veio a ser o seu candidato a Vice-Presidente. Não foram felizes.

Porém, há que se deixar registrado que Brizola, mesmo sem ter sido Presidente de nosso País, deixou escrito na história da nossa Pátria a sua luta, o seu trabalho pela democracia e, principalmente, por aqueles que eram desprezados pela elite nacional.

Fica aqui registrado este momento de dor pelo nosso saudoso Leonel Brizola, no dia em que comemoramos um ano de seu desaparecimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna por permuta com o Senador Tião Viana. S. Ex^a dispõe de até dez minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Há 75 anos ocorria, na Paraíba, a célebre Revolta de Princesa, acontecimento político importante e merecedor da justa evocação.

Resgatar a história e mantê-la viva na memória coletiva é dever de cada brasileiro, para que as lições do passado repercutam no presente, de modo a construirmos, a partir de erros e acertos que desvelam, um futuro melhor para o povo brasileiro.

O Município de Princesa, no início do século XX, participava discretamente da política paraibana. Além disso, a exemplo do que acontecia em todo o País nas primeiras décadas do período republicano, o poder local caracterizava-se por uma alternância, enfadonha e previsível, dos personagens das elites, situação frequente no interior da Paraíba.

O atraso que marcou toda a Primeira República iria desembocar na Revolução de 30, capitaneada pelo Presidente Getúlio Vargas, movimento que galvanizou as insatisfações das forças políticas excluídas do processo decisório nacional.

Enquanto os insatisfeitos, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, uniam-se para refutar os resultados das eleições presidenciais, outros acontecimentos de grande importância contribuíram para levar a

minha querida Paraíba ao “olho do furacão”, ao centro nevrálgico do processo revolucionário.

Em 22 de outubro de 1928, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque assumira a Presidência da Paraíba. Uma vez no poder, passou a desprestigiar os líderes do interior, auto-intitulados “coronéis”, elementos que João Pessoa considerava perniciosos à política paraibana.

Na opinião do Presidente do Estado, os coronéis, em regra, adotavam postura autoritária, mandamental e refratária a qualquer controle por parte do Governo ou da sociedade, a ponto de resistir ao pagamento de tributos.

Em 19 de fevereiro de 1930, João Pessoa viajou para a cidade de Princesa, com o objetivo de contornar uma crise resultante da divergência entre o seu governo e as elites locais, na composição de uma chapa para Deputado Federal. Lá chegando, desentendeu-se com o famoso coronel José Pereira Lima, com quem acabaria rompendo politicamente.

Dias após, o Presidente do Estado decidiu, em represália a José Pereira, retirar do Município os funcionários estaduais, além de demitir dos empregos públicos os seus parentes e exonerar o Prefeito e o Vice-Prefeito de Princesa, também indicados pelo coronel – era um tempo em que havia uma espécie de ditadura forte.

No pequeno Município, o adjunto do Promotor também acabou defenestrado, bem como os subdelegados dos distritos de Tavares, Belém, Alagoa Nova e São José. O juiz Clímaco Xavier, de sua parte, decidiu abandonar a cidade, em razão da ausência de garantias para o exercício da judicatura.

A situação política na Paraíba esgarçou-se a ponto de caminhar para a luta armada. O coronel José Pereira podia fazer uso de grande quantidade de armas, que lhe foram repassadas anteriormente, pelo próprio Governo estadual, para que, desde Princesa, combatesse os cangaceiros de Lampião e a Coluna Prestes, de inspiração socialista.

Em 24 de março de 1930, 150 homens fiéis a José Pereira conseguiram expulsar as tropas do Governo estadual que invadiram o Município, após dez horas de luta sangrenta e encarniçada.

Uma segunda investida seria logo tentada pelas tropas da Polícia Estadual, com um contingente aproximado de 200 homens fortemente armados, e que ainda contavam com os préstimos de um feiticeiro para lhes proteger espiritualmente.

A emboscada sofrida por esse grupo no povoado de Água Branca resultou, no dia 5 de julho de 1930, em baixas superiores a 100 mortos e 40 feridos, sen-

do o feiticeiro – ele não era bom de feitiço – a primeira vítima fatal.

Em Princesa, o vitorioso José Pereira fez publicar, juntamente com o Prefeito José Frazão de Medeiros Lima, o Presidente da Câmara de Vereadores, Manoel Rodrigues Sinhô, e o Vereador Antônio Cordeiro Florentino, na primeira página do **Jornal de Princesa**, o Decreto nº 1, declarando a autonomia político-administrativa, em caráter provisório, da cidade rebelada. Era a República de Princesa.

Pelo documento, a rebelde Princesa, contornando o Executivo paraibano, estaria subordinada apenas – e diretamente – ao Governo Federal.

O pitoresco texto legal chegou a ser lido no Senado da República, e sobre o seu conteúdo manifestaram-se juristas de notório saber, como Paulo Lacerda e Clóvis Beviláqua, que reputaram inconstitucional o desmembramento almejado.

Aquela altura, o Município, que chegou a convidar Lampião para cerrar fileira ao lado de suas tropas, já contava com seu próprio hino, bandeira, leis, jornal, ministros, Exército e dinheiro próprio. O Município começou a imprimir seu próprio dinheiro.

O Governo da Paraíba lançou panfletos à população, por via aérea, em 6 de junho de 1930, ameaçando a cidade de bombardeio iminente. Alugaram um avião chamado Garoto, que bombardearia Princesa, se, em exíguas 24 horas, os revoltosos não aquiescessem em depor as armas.

O bombardeio anunciado não se concretizou, e o coronel José Pereira seguiu fustigando as tropas da polícia estadual, em várias cidades paraibanas.

Entrementes, no Recife, às 17 horas do dia 26 de julho de 1930, o advogado João Duarte Dantas, motivado por razões políticas e, sobretudo, particulares, matou João Pessoa a tiros, no interior da Confeitaria Glória.

Esse grave fato político, que acabou sendo o detonador da própria Revolução de 30, causou comoção na Paraíba, esvaziando a revolta em Princesa. José Pereira, que a essa altura dizia ter perdido o gosto pela luta, entrou em acordo com o Presidente Washington Luís para sacramentar o desejado armistício.

Em 11 de agosto de 1930, o Governo Federal retomou a cidade de Princesa, que não ofereceu qualquer resistência às tropas federais.

Posteriormente, os insurretos foram perseguidos e torturados pelos soldados da Polícia Estadual, sendo que o conflito deixou um saldo total de seiscentas baixas. Em 1934, o aguerrido coronel José Pereira, já anistiado, passou a residir na fazenda Abóbodas, na região de Serra Talhada, em Pernambuco.

Sr^{as} e Srs. Senadores, faço votos para que o episódio interessante que apresentei a esse Plenário desperte o interesse da inteligência nacional para a riqueza da história do nosso País, principalmente aquela que jaz esquecida nos Estados e nas regiões menos privilegiadas, que vêm sendo postas à margem da atenção nacional.

Acontecimentos como esse, capitaneado pelo coronel José Pereira, auxiliarão a historiografia brasileira a melhor entender esse imenso e admirável País, de perfil complexo, rico, seminal e multifacetado.

Rogo a Deus para que eventos como o da Revolta de Princesa, pelo imenso valor que encerram, despertem o interesse da própria indústria cultural, para que a sua produção seja capaz de motivar o público, nas telas dos nossos cinemas, à reflexão aprofundada do que fomos, do que somos, e, acima de tudo, do que almejamos ser: uma Nação próspera e feliz, em que a cultura e a memória das áreas hoje situadas na periferia dos eixos de poder tenham seu imenso valor reconhecido.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Azeredo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, 1º Vice-Presidente desta Casa.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna com o propósito claro de desejar muito êxito à Ministra Dilma Rousseff que assume nesse momento o Gabinete da Casa Civil da Presidência da República do Governo do Presidente Lula. Trata-se de uma Ministra reconhecida por seus méritos no cenário nacional, por sua história, por sua vida.

Entendo que é preciso que o Senado brasileiro se afirme numa expectativa muito positiva. Sei do respeito que todos os Senadores têm pela biografia e pelo trabalho de S. Ex^a e sei também das divergências que movem alguns Senadores em relação a sua prática política e a sua maneira de gestão.

Pessoalmente tenho muito orgulho da história de vida da Ministra Dilma Rousseff, uma mineira como V. Ex^a, Sr. Presidente, que construiu sua vida no Rio Grande do Sul, onde foi Secretária de Estado da Fazenda e Secretária de Estado de Minas e Energia e Comunicação, desenvolveu um trabalho reconhecido por todo o povo gaúcho, como muito bem ressaltado pelo Senador Paulo Paim. É uma profissional que pro-

curou conduzir sua vida acadêmica de maneira sólida e que pudesse ter credibilidade quando chamada a colaborar com a vida pública brasileira. É mestre em Economia pela Universidade de Campinas e doutora em Economia monetária e financeira, também pela Universidade de Campinas, tendo realizado um estudo extraordinário sobre teoria econômica. Representa inquestionavelmente uma parte viva da história do processo de redemocratização do Brasil. Saiu do Governo do Estado do Rio Grande do Sul para contribuir com o Presidente Lula, quando eleito Presidente da República, na fase de transição, tendo dirigido a chamada equipe de transição na área de infra-estrutura.

Trata-se de uma profissional de mérito inquestionável, uma acadêmica que tenta aplicar a sua vida, os seus propósitos profissionais e pessoais na vida pública. Do que tenho acompanhado do dia-a-dia da Ministra Dilma Rousseff só consigo observar méritos, responsabilidade política e social.

Procurei depoimentos e testemunhos sobre a Ministra e ouvi da Professora Maria da Conceição Tavares o seguinte:

Dilma Rousseff foi uma aluna brilhante, capaz – imagine – de me atazanar fazendo perguntas incômodas. Fui sua professora no Doutorado da Unicamp. É minha primeira discípula que chega a um cargo dessa importância, o que nos orgulha a todas nós mulheres. Um quadro político com enorme sensibilidade e competência, capaz de combinar sorriso e dureza, de uma maneira exemplar.

A sua sensibilidade é percebida em toda a sua luta política, num processo de confronto com os anos de arbítrio e os anos de endurecimento de regime militar. Foi contemporânea de vários dos nossos dirigentes de hoje, foi presa pela ditadura, enfrentou a prisão e alega que só conseguiu fazer a travessia e sair com vida dos porões da ditadura, porque estava ao lado de outras companheiras que lhe davam motivação e lhe passavam uma vontade de viver e de superar aquela fase tão difícil da vida nacional.

Não perdeu o rumo da vida. Procurou se afirmar na academia. Foi para a universidade. Foi para a vida pública e, de maneira exemplar, cumpriu com todas as suas funções. No Ministério das Minas e Energia, deu seqüência ao trabalho de um Ministro da estatutura de Rodolpho Tourinho, que cumpriu, também, com brilhantismo, a sua responsabilidade. O Ministro Tourinho implantou em meu Estado um belíssimo programa chamado Luz no Campo e que foi muito reconhecido, recentemente, pelo Senador Sibá Machado como uma grande demonstração de que é possível cons-

truir o Brasil que queremos, onde quer que seja. Lá nos rincões do Amazônia, sua gestão como Ministro das Minas e Energia foi solidária ao Acre, foi solidária à Amazônia.

Por sua vez, o Presidente Lula consolidou o programa Luz para Todos, um programa ousado e determinado que, de fato, atinge e procura resgatar uma dívida com oito milhões de brasileiros que vivem na Amazônia ainda em situação semelhante à do século XIX, em plena escuridão, Senador Heráclito Fortes.

Mais um belo exemplo em sua vida foi, quando na famosa e triste fase do apagão, a Ministra enfrentou, em um curto período de tempo, 31 dias de corte de energia, de meia hora até mais de sete horas. Naquele episódio ela ficou reconhecida, também, pela famosa citação que fez de Bob Dylan: “A resposta, meu amigo, está soprando nos ventos”.

Então, é uma pessoa que conseguiu angariar o respeito da sociedade brasileira na sua atividade como gestora. Encontra algumas dificuldades na regra de convivência política, o que é natural, pois cada um tem seus momentos de melhor abordagem, de melhor ação e momentos de dificuldade em algumas partes do seu dia-a-dia. E como o desenho da Casa Civil é de acompanhamento de gestão, um catalisador das atividades do Estado, integrando e criando uma interface entre todos os Ministérios, sinto-me muito otimista e muito respeitoso pelo que S. Ex^a pode representar para o Governo e para a sociedade brasileira nesse momento.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Concedo um aparte, com muita satisfação, ao nobre Senador Heráclito Fortes e, em seguida, ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Tião Viana, o meu depoimento sobre a Ministra Dilma Rousseff é extremamente pessoal, não é partidário. Faço-o por dever de justiça. Há cerca de sessenta dias ou menos, recebi um telefonema do seu chefe de gabinete, informando que a Ministra desejava vir ao meu gabinete, na Comissão de Infra-estrutura, para tratar de assunto da sua Pasta. Imaginei de antemão que se tratava do episódio da derrota do Dr. Fantini lá na Comissão. Como aprendi na vida a respeitar as hierarquias, eu disse ao chefe de gabinete da Ministra que iria ao Ministério. E ela marcou comigo uma hora infeliz para nós aqui, Parlamentares, às 14 horas. Eu fui preparado para desencontros, para uma conversa difícil. Mas quero lhe confessar que conversamos por quase duas horas sobre vários temas, sobre vários assuntos e fiquei impressionado com a Ministra. Jamais

pensei, naquele momento, que S. Ex^a aceitaria essa missão de extremo sacrifício que é a Casa Civil, mas vi pelo menos uma qualidade: S. Ex^a tem credibilidade, que considero o ingrediente principal que está faltando aos negociadores do Governo de V. Ex^a. Achei a conversa de S. Ex^a franca, centrada, em que demonstrou ser profunda conhecedora das questões nacionais. Pessoalmente, torço para o seu sucesso como Ministra-Chefe da Casa Civil, porque será o sucesso do Brasil. Essa história de que nós da Oposição queremos ‘quanto pior, melhor’ não é verdade. Se desde o início, na Casa Civil, houvesse um interlocutor com competência, mas com credibilidade, talvez a situação não tivesse chegado aonde chegou.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Tenho certeza, por exemplo, de que a Ministra vai afastar daquelas cercanias do Palácio pessoas que estão exatamente prejudicando o Governo Lula. Outro depoimento que dou da Ministra: S. Ex^a não é daquelas pessoas que, ao saber do assunto, joga para debaixo do tapete. S. Ex^a vai, procura e investiga. Portanto, meu caro Senador Tião Viana, esse depoimento que, repito, é inteiramente pessoal, é de muita confiança de que S. Ex^a, à frente da Casa Civil, vença as limitações de não ser uma política militante, até de acusações dos seus próprios colegas pela falta de habilidade de que seria possuidora. Tenho a impressão de que a credibilidade e, acima de tudo, a autoridade superarão quaisquer outras falhas e quaisquer outros defeitos da Ministra. Portanto, dou aqui o meu testemunho e apresento o voto de confiança, de esperança de que S. Ex^a, finalmente, dê tranquilidade ao Presidente Lula. O Brasil precisa. Muito obrigado.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, que externa cordialidade e uma honesta manifestação de apreço e respeito político pela figura da Ministra Dilma Rousseff. Senador Heráclito Fortes, eu não poderia esperar outra atitude de V. Ex^a com o testemunho que pôde ter naquela conversa com a Ministra.

Concedo o aparte ao Senador Sibá Machado e ao Senador Rodolpho Tourinho

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Tião Viana, são bastante oportunos o pronunciamento de V. Ex^a e o reconhecimento que faz do trabalho de uma pessoa como a Ministra Rousseff. A imagem dela representa a máxima da Esquerda brasileira e sul-americana, dos momentos em que devemos ser duros sem jamais perder a ternura. Todos admiramos seu perfil de pessoa meio avessa às conversas prolongadas, ao devaneio, mas que gosta de ir diretamente ao ponto

do seu trabalho. A Casa Civil terá duas riquezas, neste momento: essa inovação importante e o perfil da primeira mulher a assumir uma Pasta dessa natureza. Felicito V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo um aparte ao Senador Rodolpho Tourinho, digno ex-Ministro de Minas e Energia do Brasil.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Tião Viana, pelas referências de V. Ex^a à minha pessoa. Eu queria fazer minhas as palavras do Senador Heráclito Fortes quanto ao desempenho e à figura da Ministra Dilma Rousseff. Tenho total confiança no trabalho que S. Ex^a fará à frente da Casa Civil, mesmo porque acompanhei, desde o tempo em que era Secretária de Energia do Rio Grande do Sul, a sua atuação sempre muito competente e dura nas negociações, mas, sobretudo, muito...

(Interrupção do som.)

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – ... determinada a cumprir seus objetivos. De forma que só tenho a louvar o seu pronunciamento e quero desejar à Ministra toda a felicidade.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque e, em seguida, ao Senador Delcídio Amaral.

Anuncio a chegada do nosso Presidente Renan Calheiros.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Senador Tião Viana, fico satisfeito que V. Ex^a tenha feito esses elogios à Ministra e subscrevo-os. A história de S. Ex^a é muito parecida, sob o ponto de vista do heroísmo, com a do Ministro José Dirceu, devemos reconhecer. Acredito que o grande acesso do Presidente Lula é, com esse nome, seguir o exemplo dos Governos anteriores do Brasil, que sempre tiveram na Casa Civil – salvo uma exceção, que foi o nosso colega atualmente, Senador Marco Maciel – pessoas que não têm voto, que ao sentarem-se, cada uma delas, com um Vereador, sentem-se modestas diante do Parlamentar e quando falam forte, é porque fazem-no em nome do Presidente, não por si próprias. Nesse sentido, pela história e pelo trabalho da Ministra, foi um acerto do Presidente. Vamos todos torcer para que essa nova Ministra facilite o trabalho e a realização dos projetos do Presidente Lula.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo um aparte ao nobre Senador Delcídio Amaral, distinto Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Meu caro Senador Tião Viana, Vice-Presidente do Senado, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento e dizer que todos sabemos do trabalho que a Ministra Dilma fez pelo seu Estado e pelo Brasil. Não tenho dúvida, com esse novo perfil técnico da Casa Civil, de que ela vai continuar não só brilhando, mas sendo uma das Ministras mais importante do País. Tenho absoluta

certeza de que ela vai-nos ajudar bastante, principalmente na área de infra-estrutura, em que é especialista. Com isso, teremos todas as condições de enfrentar talvez o maior desafio do País, que é a infra-estrutura. Parabéns, meu caro Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concluo, Sr. Presidente, agradecendo a generosa oportunidade da prorrogação do tempo e desejando pleno êxito à Ministra Dilma. Que Deus a ilumine nessa trajetória e que ela seja reconhecida quando toda a gestão do Governo Lula estiver andando bem, quando todo o movimento político e social for de serenidade e de tranquilidade no nosso País. Pleno êxito à Ministra.

Segundo ela, “a resposta, meu amigo, está soprando nos ventos” – *blowin’ in the Wind*, como diz Bob Dylan.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Mesmo não sendo regimental, quero registrar, Senador Tião Viana, o meu apreço pessoal, o respeito da Oposição pela Ministra Dilma Rousseff e o desejo de que o diálogo seja permanente e de que ela possa desempenhar bem a suas funções.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os últimos momentos da política nacional ficam a demonstrar que, apesar da gravidade deste instante histórico por que passa o nosso País, as nossas instituições democráticas continuam funcionando normalmente. Não houve nenhum terremoto; não houve qualquer tentativa, como era de se esperar, já que vivemos na plenitude democrática, de qualquer golpe de Estado.

Antes, durante a redemocratização do País, que mediou a saída de Getúlio Vargas e depois o seu retorno, qualquer pronunciamento que fosse feito pelas Lideranças da Oposição, notadamente por Carlos Lacerda, seria um sinal de que os quartéis estavam-se movimentando e que as vivandeiras estavam visitando as forças militares, na tentativa de impor uma situação excepcional sob o ponto de vista das nossas instituições.

Felizmente, Sr. Presidente, isso não está acontecendo em nosso País. Muito embora denúncias estejam pipocando, no âmbito do Executivo, contra Parlamentares, a democracia, no Brasil, segue a sua trilha normal.

O Poder Executivo, com a obrigação de administrar, tem que governar; o Poder Executivo, com a obrigação de investigar, tem que investigar; e o Poder Legislativo, com o dever e a atribuição que tem de legislar e investigar, tem que legislar e investigar. Não há mal nenhum em que as CPMLs sejam instaladas. A governabilidade está garantida, mesmo porque estamos a verificar, Sr. Presidente, que nenhum Partido que compõe a base oposicionista, nesta Casa ou na Câmara dos Deputados, está interessado na interrupção do processo democrático.

co, em derrubar as nossas instituições. Não há qualquer provocação nesse sentido, Sr. Presidente.

Por isso, este é o momento de nos debruçarmos sobre as investigações, mas sem pararmos o bom andamento do Legislativo e, também, o bom encaminhamento das soluções em favor do Brasil, no âmbito do Executivo. Por exemplo, existem muitas proposições que estão aí, engavetadas, sem merecer uma atenção prioritária quer do Senado, quer da Câmara dos Deputados. Posso apontar uma delas, em um conjunto de proposições, que toca em uma questão fundamental para o nosso País: a reforma política. Já tivemos três grandes oportunidades para implantarmos uma legislação eleitoral e política capaz de corrigir essa desfaçatez, essa hipocrisia que existe para o financiamento privado de campanhas eleitorais. Precisamos, Sr. Presidente, garantir, no nosso Brasil, uma legislação avançada, que não proteja o corrupto, o comprador de votos, aquele que, detentor do poder político ou do poder econômico, consegue vencer as eleições em detrimento de muitos que, por não terem dinheiro, não chegam ao Senado, à Câmara dos Deputados e sequer à Câmara de Vereadores.

Sr. Presidente, haveremos de ter prudência para encontrarmos esse caminho, que já se encontra aberto no âmbito do Congresso Nacional. O Senado Federal já teve oportunidade de aprovar vários dispositivos de nossa legislação eleitoral, que, sem dúvida alguma, irão coibir, ainda com maior profundidade, a ocorrência de escândalos como esse que, atualmente, está dominando as páginas dos jornais do nosso País.

A reforma política já foi objeto de compromisso durante a cassação do Presidente Collor. Aquele foi um momento histórico. Ali tínhamos de aproveitar para fazer a modernização da nossa legislação constitucional, infraconstitucional e ordinária, visando proteger o eleitor do abuso do poder econômico nas eleições.

Em seguida, no Governo passado, houve denúncias, não comprovadas – mas, com certeza, houve denúncias –, de compra de Parlamentares para a reeleição do Presidente da República. Era um outro momento edificante para que o Congresso Nacional tomasse uma posição e aprovasse uma legislação, como eu disse, destinada a proteger a sociedade brasileira da corrupção e da fraude eleitoral.

Sr. Presidente, não há um mal que não traga um bem. O Brasil foi sacudido por essas denúncias dos Correios, depois pelas do mensalão, por meio da palavra do Presidente do PTB, Roberto Jefferson.

Ora, Sr. Presidente, podemos fazer tudo o que consta das nossas atribuições no Congresso Nacional, não apenas pensando que, com as CPIs, o Senado vai parar. Não! Vamos fazer as CPIs! Vamos trabalhar para que elas funcionem, para que elas investiguem detidamente cada caso. E, posteriormente, o resultado dessas CPIs deve ser levado ao Ministério Público e à Justiça para punição exemplar dos culpados. Mas, enquanto isso, Sr. Presidente, não nos podemos esquecer

de que, no próximo ano, haverá uma nova eleição. E uma nova eleição no Brasil sempre é o prenúncio de novos escândalos. É melhor prevenir do que remediar, Sr. Presidente.

Este é o ano em que o Brasil tem a oportunidade de ouro – quem sabe – para que possamos corrigir, de uma vez por todas,...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – ... essas mazelas, que estão desmoralizando cada vez mais o Congresso Nacional.

Estamos numa democracia. Aqui há liberdade. A imprensa tem toda a liberdade para divulgar o que quiser. Do ponto de vista democrático, o nosso País é perfeito, mas, do ponto de vista das nossas instituições, existem imperfeições, e este é o momento de as corrigirmos, Sr. Presidente!

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Eduardo Azeredo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pelo interesse do assunto, a PEC paralela, seria importante avisar, neste momento, que entregarei, nas próximas 48 horas, o relatório da PEC paralela, dentro daquele espírito do que foi aprovado no Senado no ano passado. Hoje, entendo, ultimamos todas as providências para que isso seja concretizado.

Era essa a informação que eu queria dar, porque a julgo muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Rodolpho Tourinho. Mais uma vez, esta Casa deposita em V. Ex^a toda a confiança, para que possamos construir novamente uma convergência com relação a essa importante proposta de emenda à Constituição.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, Líder do PFL.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na sexta-feira, no sábado e no domingo estive em São Paulo. Fui lá fazer um *check-up*, pois havia cinco anos que eu não investigava como andava o meu coração, os meus órgãos, a circulação, as carótidas. No sábado e no domingo, fiz esse *check-up* e constatei que está tudo bem.

Sr. Presidente, estando em São Paulo, tive a oportunidade de conversar com muita gente. Senador

Mão Santa, quero dizer a V. Ex^a, que é médico, que conversei com muitos colegas seus, com muitos enfermeiros e com muitos auxiliares de enfermagem. Saindo do hospital, conversei também com o motorista de táxi. Depois de encerrado o *check-up*, no domingo, fui a um *shopping*. Ali, algumas pessoas reconheceram-me, abordaram-me e falaram uma coisa e outra. Deu para perceber o sentimento das classes “a”, “b”, “c” e “d”, em São Paulo, com relação ao momento político que estamos vivendo: a indignação.

Há um fato que muito me impressionou. Eu estava no *shopping* com um amigo, quando o dono de uma grande loja de artigos finos importados saiu de sua loja, partiu para o meu amigo e veio falar comigo. Ele teceu comentários sobre a minha atuação; perguntou-me o que eu achava dessa CPMI. Eu lhe respondi. E ele me disse: “Senador, o que me conforta é que vamos, depois dessa CPMI, ser um País melhor do que somos hoje, porque essa CPMI vai passar o País a limpo!”

Senador Mão Santa, ouvi bem o que esse cidadão falou. Ele está colocando nas suas mãos, nas minhas mãos, nas mãos de quem tem responsabilidade na Câmara e no Senado de investigar a corrupção denunciada de passar isso tudo a limpo. Ele está entregando a lisura das instituições a nós. Se falharmos, vamos todos pelo ralo.

Senador Heráclito Fortes, a observação daquele cidadão, para mim, diz tudo. Senador Delcídio Amaral, V. Ex^a, que é Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, ouça bem o que ouvi acerca do que está incomodando as pessoas. E, por falar em incomodar, li, em noticiário da Internet, uma manchete intitulada “Lula ataca. Tem gente incomodada”. Isso é verdade, e quem está incomodada é toda a sociedade brasileira. Mas está incomodada sabe com o quê? Não é com a questão dos Correios, mas com o que surgiu da denúncia dos Correios. É com a prática absolutamente reprovável, nojenta, de se comprar, com o dinheiro público, um partido político inteiro.

Defeitos e vícios no sistema político existem aqui, na França, nos Estados Unidos, em toda parte. Agora, comprar partido político inteiro com dinheiro público? É isso que está incomodando a sociedade brasileira. E foi referindo-se a isso que o cidadão dono da Loja Bonita me disse que esperava que o Brasil que resultasse dessa CPI fosse um Brasil melhor, porque, passada a crise e aplicados os remédios, seríamos um País mais limpo.

Agora, seremos mais limpos se formos fundo, se não nos intimidarmos diante de qualquer tipo de pressão. Eu não vou me intimidar. Mas não vou mesmo, porque quero voltar às ruas, como fui agora, e ser cumprimentado pelas pessoas. A responsabilidade dos que são Governo é igual à responsabilidade dos que são Oposição, porque as pessoas estão depositando nas nossas mãos de Oposição o direito de inquirir, de ir a fundo, de exigir que se rasguem as próprias carnes e que não fique pedra sobre pedra, mas que se investigue tudo.

Investigar tudo o que é? Primeiro de tudo, de quem foi a idéia?

Não é a questão dos Correios, é quem foi que criou essa idéia de comprar Parlamentar com dinheiro público. Quem foi que criou? Foi Roberto Jefferson, foi Maurício Marinho, foi Delúbio Soares ou foi o Ministro José Dirceu?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Agripino, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Não sei se posso, Senador Mão Santa.

Quem é que teve a idéia? Quem teve a idéia foi buscar o dinheiro em algum lugar. Onde? Nos Correios, no IRB, na Eletronuclear? Vamos investigar. Quem é que foi buscar esse dinheiro? Quem são os estafetas? É Marcos Valério? É Henrique Brandão?

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Vamos investigar. E último, para onde foi o dinheiro? Para as mãos de que Deputados, de que Parlamentares? Quando chegarmos às respostas para esses quatro pontos, teremos dado uma resposta ao incômodo da sociedade brasileira, que está sabendo que aqueles R\$30 mil do mensalão foram pagos com o dinheiro que ele recolhe de impostos e que está sendo gasto com o mensalão.

A indignação do cidadão tem que ser proporcional à nossa indignação.

Senador Mão Santa, concedo o aparte a V. Ex^a, com muito prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Agripino, eu e o País todo estamos atentamente ouvindo e aprendendo. V. Ex^a foi a São Paulo e falou com muito mérito, e eu quero falar como professor de biologia. Se fizéssemos o DNA do mensalão, tenho plena convicção de que o pai estava no núcleo duro.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Mão Santa, sabe o que me perguntaram na rua de São Paulo, no *shopping*? Se eu sabia se o Presidente Lula sabia do que estava acontecendo. Eu disse a ele que não sabia, Senador Romeu Tuma. Eu não estava habilitado a responder àquela pergunta. Aí o cidadão me disse: “Mas ele não disse” – referindo-se a José Dirceu – “que tinha uma fidelidade canina ao Presidente, que tudo o que ele fazia o Presidente sabia?” Eu disse: “Quem disse isso foi José Dirceu”. Mas quem disse que José Dirceu é o culpado e é o dono da idéia?

O que está na cabeça das pessoas é até onde vai a cadeia de responsabilidades. Em jogo está a credibilidade do próprio Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

Em questão está a credibilidade do próprio Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que não tem o direito de dizer: “Lula parte para o ataque”, “ninguém tem mais autoridade ética do que eu para combater a corrupção”,

“ninguém tem mais autoridade moral e ética do que eu”, diz Lula. “Muitos já estão com medo da reeleição”, diz Lula. “A Oposição tem pressa em relação a 2006”, diz o Presidente. Ninguém está falando de reeleição. Estamos falando de corrupção, de passar a limpo a corrupção.

Para encerrar, Sr. Presidente, só temos um caminho: fazer uma seqüência lógica. O que temos de fazer antes da reunião da CPMI? Uma seqüência lógica de convocações. Vem aí o Sr. Maurício Marinho. Certo. Vamos chamar, em seguida, aqueles dos Correios que estão diretamente citados. Em seguida, chamaremos o Deputado Roberto Jefferson, porque ele tem um grande volume de informações para nos dar, para, aí, envolver ou não Delúbio Soares, Marcos Valério, IRB, Petrobras, Eletronorte, Sílvio Pereira, quem quer que seja, para que o Presidente possa bater no peito e dizer: “Eu tenho autoridade para falar em padrão ético”. Senão, não tem. Porque queremos passar este País a limpo, porque temos responsabilidade para com os cidadãos com quem conversei nas ruas de São Paulo, é por isso que queremos um entendimento em torno de investigações que não entediem a platéia e nem signifiquem bucha de canhão para iludir a opinião pública.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante. Em seguida, votaremos dois requerimentos de pesar. Deixaremos a Ordem do Dia para amanhã.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente, quero comunicar à Casa a ausência da Senadora Ideli Salvatti. S. Ex^a foi a São Paulo porque perdeu a mãe, D. Helena Salvatti. Nós a conhecíamos. Da última vez em que a Bancada do PT teve um encontro com o Presidente Lula, foi D. Helena que fez o jantar. Era uma senhora extremamente simpática. É uma grande perda para a Senadora. Quero, de público, expressar o nosso sentimento de condolências a S. Ex^a e a toda a família.

Quero, igualmente, registrar o significado da perda do engenheiro Leonel Brizola, que foi uma liderança importantíssima na história do Brasil, na luta democrática, na luta em defesa de um projeto nacional de desenvolvimento. Ele esteve presente em todas as conjunturas nacionais, sempre com sua personalidade marcante, com suas posições firmes, combativas, transparentes. Estivemos juntos em muitas campanhas e separados em alguns momentos. É inegável que se trata de uma figura de grande expressão histórica.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador Aloizio Mercadante, permita-me. Quero apenas dizer que também estou solidário com V. Ex^a nesses votos de pesar.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Tenho certeza de que este é o sentimento de toda a Casa: o reconhecimento à personalidade, à história e à biografia de Brizola.

Quero também registrar o falecimento do Dr. Paulo Afonso, que foi Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados durante muitos anos, homem que tinha uma longa vivência parlamentar. Era uma figura extremamente relevante na interpretação do Regimento, nas orientações de votações, na vida do Parlamento brasileiro. Depois, ele foi Ministro do Tribunal de Contas da União.

O Dr. Paulo Afonso faleceu hoje também, e eu gostaria de registrar e lamentar essa perda para o Parlamento brasileiro, para o Tribunal de Contas, para todos aqueles que têm apreço às instituições democráticas.

Sr. Presidente, eu gostaria agora de registrar o pronunciamento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva hoje, na íntegra. Não aquilo que é publicado, ou os trechos que são apresentados. Não todo, porque é um pronunciamento bastante longo, mas a parte que diz respeito à vida do Parlamento.

O Presidente disse:

Os projetos que estão no Congresso Nacional são de interesse deste País, de 180 milhões de brasileiros. As pessoas podem gostar ou podem não gostar. As pessoas votam ou não votam, porque gostam ou porque não gostam. Nós não podemos permitir que, por conta de uma CPI, o Congresso não funcione. O Congresso pode estabelecer horário para CPI, pode estabelecer horário para as Comissões, pode estabelecer horário para votar. Este País é muito grande, a democracia está muito sólida para a gente achar que uma CPI pode criar qualquer embaraço. O que a CPI pode fazer é apurar. Se apurou, vai para o Ministério Público, quem tiver culpa pagará pelo erro que cometeu, quem não tiver será absolvido. É assim que funciona a democracia, é assim que funcionam as leis. O que não dá é para a gente ficar sempre assistindo coisas que não condizem com a realidade.

Vamos pegar a questão do Correio. A questão do Correio, no sábado em que saiu a matéria, nós já abrimos inquérito policial; o acusado já estava fora [daquela instituição], nós afastamos o outro diretor [diretamente envolvido]. Esse é o papel do Governo. Não tem outro papel do Poder Executivo, a não ser fazer isso. É mandar a Polícia Federal para dentro. Se tem outras coisas, que digam, quantas aparecerem... porque no Brasil as pessoas tinham o hábito de fazer denúncia de corrupção que morria no dia seguinte. Eles não sabem com quem estão lidando. E vou repetir aqui uma coisa, que é o seguinte: com corrupção a gente não brinca. O que a gente não pode é manchar o nome das pessoas, a gente não pode colocar pessoas desnudas na frente da sociedade, depois não provar nada e ninguém pede desculpas. Nós já vimos isso ao longo da história.

Mas todas as denúncias que forem pertinentes ao governo federal serão investigadas, contra quem quer que seja (...) [sic].

Portanto, o Presidente mostra que o Poder Executivo vai, sim, investigar toda e qualquer denúncia, todo e qualquer indício de corrupção.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Mais que isso, o Presidente ressalta que o Congresso Nacional deve instalar CPIs, porque elas têm um papel a cumprir, que é complementar o da Polícia Federal, o do Ministério Público, o da Controladoria-Geral da União. Se essas investigações ajudarem na apuração dos fatos, serão bastante importantes ao País. Isso é o que a sociedade deseja, e isso é o que ocorrerá.

Tenho certeza de que a Câmara dos Deputados instalará também uma CPI sobre o episódio do “mensalão” e investigará todos os indícios, se houve, ou não, compra de Deputados, inclusive porque o projeto de CPI restitui a investigação desde a discussão da compra de votos na reeleição. Todo e qualquer indício em relação a práticas ilícitas no Parlamento serão investigados por aquela CPI, que tem um espectro amplo. Já existem as assinaturas necessárias, já foi protocolado na Mesa o pedido de instalação, e há um requerimento de urgência para ser votado. Assim que forem votadas três medidas provisórias, a disposição das Lideranças, inclusive da Base, é retirar a urgência dos demais projetos, para permitir a votação da urgência e a instalação dessa outra CPI.

Haverá hoje, às 18 horas, o primeiro depoimento na CPI dos Correios: o do Sr. Maurício Marinho, objeto daquele vídeo que deu origem a toda essa denúncia. Iniciaremos, a partir desse fato, uma investigação completa sobre toda a história recente dos Correios, todos os contratos, licitações, sindicâncias, auditorias. Com isso, seguramente, por todo e qualquer ilícito identificado será buscado o responsável, que será punido, encaminhado ao Ministério Público, à Justiça e às instituições competentes. Assim, poderemos recuperar o prestígio desta instituição, tão importante à vida do povo brasileiro.

Sr. Presidente, concluo o pronunciamento, dizendo que hoje aprovamos, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o nome indicado pelo Presidente Lula do novo Procurador-Geral da República. O Dr. Barros e Silva, além de todas as prerrogativas – excelente vida acadêmica, professor universitário de currículo exemplar –, foi várias vezes escolhido por unanimidade entre os membros do próprio Ministério Público. Era o Vice-Procurador-Geral, vinha trabalhando por indicação do Sr. Cláudio Fonteles, que também foi escolhido pelo mesmo critério: ter sido o mais votado entre os Procuradores.

O Sr. Cláudio Fonteles prestou um grande serviço a este País, mudou a imagem do Ministério Público, resgatando, de um lado, a imagem da independência, da determinação e da firmeza na investigação de qualquer

ilícito, seja do Poder Legislativo, seja do Poder Judiciário ou do Poder Executivo. Mais do que isso, os abusos do Ministério Público, que, em muitas instâncias da Federação, têm sido praticados, além de atitudes precipitadas, muitas vezes motivadas por inspiração partidária, eleitoral, o Sr. Cláudio Fonteles também trabalhou para eliminar, ainda que isso não esteja completamente erradicado. O Conselho Superior do Ministério Público...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– O Conselho Superior do Ministério Público vai exercer, seguramente, esse controle democrático, essa transparência, esse aperfeiçoamento do poder, mas queremos manter o padrão do Dr. Cláudio Fonteles: de isenção, de independência, de firmeza, de determinação na apuração de qualquer ilícito, inclusive em relação ao Governo.

Portanto, essa indicação é mais uma confirmação da disposição do Presidente Lula de investigar tudo que precisa ser investigado. Dobrou a verba da Polícia Federal, aumentou seu contingente, numa atitude republicana, independente, isenta, e, da mesma forma, tem agido o Ministério Público.

Tenho certeza de que o nome de Barros e Silva será muito bem recebido por esta Casa, por sua biografia, por sua história, por seu compromisso e pela continuidade que dará a todo o trabalho que já vinha sendo feito pelo Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Fonteles.

Saúdo, portanto, o Presidente Lula, o Dr. Cláudio Fonteles e a decisão, que só engrandece esta Casa, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício.

O PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex^a.

O PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, rapidamente, só quero encaminhar à Mesa o requerimento que assegura um calendário especial, em regime de urgência, à PEC Paralela. Trata-se de um amplo acordo. O requerimento é assinado pelas Lideranças do Governo Lula e de sua Base de apoio, como também pelas Lideranças da Oposição.

Há a vontade, na Casa, de que essa PEC seja votada antes do recesso parlamentar de julho. Sei que essa é a vontade também do Relator Rodolpho Tourinho. Fiz um acordo com S. Ex^a de só encaminhar o requerimento à Mesa depois de entendimento com a Relatoria. O Relator me autorizou, então, neste momento, eu o estou encaminhando, com a assinatura de todos os Líderes do Senado. Lembro que a PEC Paralela é um acordo feito entre a Câmara, o Senado e o Executivo.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

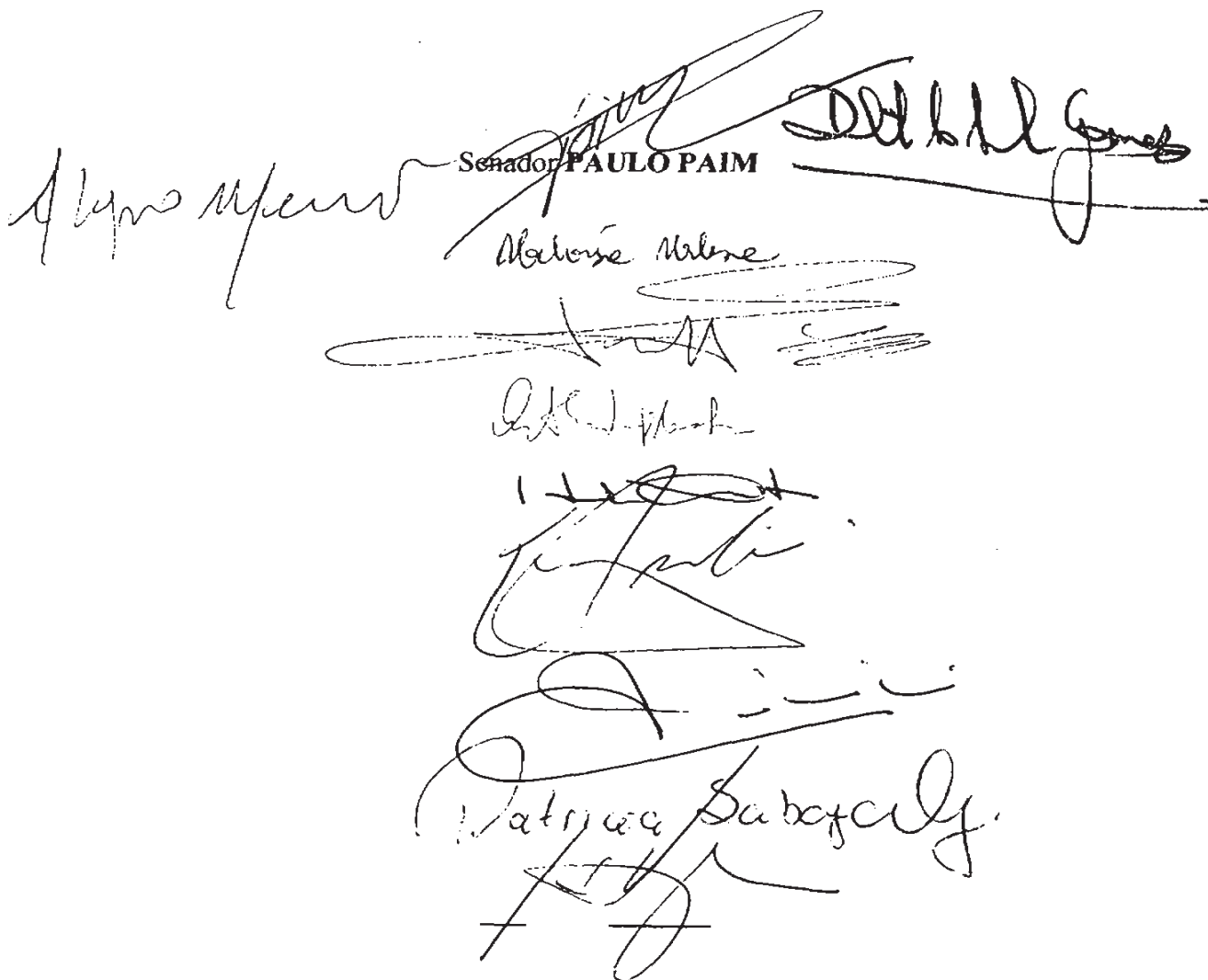
**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

REQUERIMENTO N° , DE 2005

Senhor Presidente,

Requeremos calendário especial, para o Proposto de Emenda à Constituição n° 77ª de 2003, que dispõe sobre a Reforma da Previdência (PEC Paralela), e dá outras providências.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**.



Senador **PAULO PAIM**

Other visible signatures include: Alvaro Melo, and others in cursive script.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Paulo Paim, encaminharei a manifestação de V. Exª e das Srªs e Srs. Líderes partidários ao nobre Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 655, DE 2005

Requerem Voto de Lembrança pelo transcurso do 1º aniversário de falecimento de Leonel Brizola.

Requeremos, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Lembrança ao saudoso Leonel Brizola, homem público, grande político brasileiro, ex-governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, pelo transcurso, hoje, dia 21 de junho de 2005, do primeiro aniversário de sua morte.

Requeremos, ainda, que deste Voto de Aplauso sejam cientificados os familiares do homenageado e a direção nacional do PDT.

Justificação

A homenagem que ora requeremos é justa, pelo que significou para o Brasil o grande homem público

Leonel Brizola, que governou seu Estado natal, o Rio Grande do Sul e, depois, o Estado do Rio de Janeiro. Sua falta no meio político é sentida, pelo muito que ele fez, inclusive como candidato à Presidência da República.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2005. – Senadora **Heloísa Helena**, Líder do PSOL, – Senador **Osmar Dias**, Líder do PDT, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB, – Senador **José Agripino**, Líder do PFL.

REQUERIMENTO Nº 656, DE 2005

Requerem Voto de Pesar pelo Falecimento do Paulo Affonso Martins de Oliveira, ex-Secretário-Geral da Câmara dos Deputados.

Requeremos, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar, pelo falecimento, ocorrido hoje, dia 21 de junho de 2005, do ex-Secretário-Geral da Câmara dos Deputados, Paulo Afonso Martins de Oliveira.

Requeremos também que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos Similares de Paulo Afonso, *especialmente* à esposa, Sr^a Anna Vitória.

Justificação

Paulo Affonso Martins de Oliveira foi um dos mais dedicados servidores da Câmara dos Deputados, da qual, por longos anos, foi Secretário-Geral da Mesa. Nela ingressou ainda no Rio de Janeiro e depois veio para Brasília, com a transferência da Capital. Foi um dos significativos servidores que auxiliaram a elaboração de duas Constituições, a de 1945 e a de 1988. Com o seu desaparecimento, perdemos um grande valor, que viveu intensamente cada minuto da política brasileira. Nas memoráveis sessões da Câmara, inclusive em momentos de grande turbulência, Paulo Afonso era o bom conselheiro, sempre com uma palavra de orientação.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB, – Senador **José Agripino**, Líder do PFL, – Senador **Marco Maciel**.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Peço a palavra para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para encaminhar, concedo a palavra ao autor do requerimento e primeiro signatário, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é movido de grande sentimento de pesar que solicito a V. Ex^a permissão para fazer o encaminhamento dessa proposta que chega à Mesa.

Perdeu hoje o Brasil uma das figuras mais extraordinárias com que minha geração conviveu, o Dr. Paulo Afonso Martins de Oliveira.

Quando cheguei à Câmara dos Deputados, o Dr. Paulo Afonso, na época, Secretário-Geral da Mesa, foi, naqueles meus primeiros momentos, o meu “anda-já”. Era exatamente no gabinete do Dr. Paulo Afonso, o qual eu freqüentava diariamente, que procurava os primeiros ensinamentos, os primeiros conselhos, ao assumir o mandato. Jovem, pouco conhecedor das atividades e dos segredos da Câmara dos Deputados, tive naquele grande amigo um apoio e, acima de tudo, um orientador. Tive a facilidade de Paulo Afonso ser casado com Ana Vitória, que é uma piauiense de Bom Jesus do Gurguéia. Ao chegar à Câmara, já tinha uma relação de amizade travada com ele de algum tempo, daí por que as coisas se tornaram muito fáceis. Tive a felicidade de, na convivência com o Dr. Paulo Afonso, aprender muito do que sei hoje, o que me tem ajudado no exercício da minha atividade parlamentar.

Vários foram os Deputados – e alguns se encontram hoje no Senado da República – que tiveram o prazer e o privilégio de conviver com essa extraordinária figura.

Paulo Afonso encerrou seus trabalhos como servidor da Câmara, sendo Secretário-Geral, logo após a Constituinte. Foi indicado para a função de Ministro do Tribunal de Contas por Parlamentares do Congresso Nacional, Câmara e Senado, e exerceu o cargo com o mesmo brilhantismo e dignidade com que fez todas as suas atividades públicas, saindo de lá, exatamente para chefiar o Gabinete de V. Ex^a, Sr. Presidente, como Ministro da Justiça. Paulo Afonso, portanto, foi um grande amigo e orientador de uma geração de políticos que passaram por esta Casa. Associe-me, assim, a todos os seus familiares, alguns deles, seus filhos, funcionários da Câmara e do Senado, todos por concurso – é bom que se diga. Deixa um vasto círculo de amizade e, acima de tudo, o exemplo de homem correto e reto que teve toda sua vida dedicada à causa pública.

Solicito a V. Ex^a que envie aos familiares o meu voto de pesar pela perda dessa extraordinária figura pública. E o Senador Tião Viana solicita que o faça em seu nome também.

O Sr. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Para encaminhar a votação. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço minhas as palavras do Senador Heráclito Fortes acerca do sentimento de pesar que consiga pervadir toda a Casa pelo falecimento do ex-Ministro

Paulo Afonso Martins de Oliveira. Paulo Afonso Martins de Oliveira, advogado, depois, funcionário da Câmara dos Deputados durante 42 anos ininterruptos, foi, durante muito tempo, Secretário-Geral da Mesa. Teve a oportunidade de secretariar 11 presidentes daquela Casa, entre os quais eu me incluo. Certamente, todos concordarão que Paulo Afonso foi um eficiente Secretário-Geral da Mesa, não somente pelo conhecimento que tinha da Casa, mas também porque era uma pessoa extremamente estudiosa, capaz, graças à sua grande intuição, de interpretar adequadamente as questões políticas que geralmente são suscitadas no debate parlamentar.

Foi, portanto, Paulo Afonso um formador de quadros também, deixando com sua aposentadoria pessoas como o Dr. Mozart Vianna e outros, que, de alguma forma, seguem as suas pegadas na Secretaria-Geral da Mesa na Câmara dos Deputados.

Como lembrou o Senador Heráclito Fortes, o Ministro Paulo Afonso Martins de Oliveira, foi posteriormente escolhido para o Tribunal de Contas da União, e lá se houve com o mesmo brilho e competência. Depois, teve oportunidade de assessorar V. Ex^a como Ministro da Justiça.

O Ministro Paulo Afonso Martins de Oliveira era uma privilegiada memória viva destes últimos 50 anos da vida pública brasileira. Conhecia bem a política nacional e, de modo especial, os meandros do Congresso Nacional, sobretudo da Câmara dos Deputados. O seu falecimento, portanto, nos enche de tristeza.

Tive oportunidade, como parlamentar em dois mandatos e presidente da Câmara dos Deputados, de haurir muitos ensinamentos que ele na ocasião nos ofereceu a respeito de momentosas e delicadas questões que enfrentei no exercício presidência da Casa.

A enfermidade que acometeu Paulo Afonso fez ele sofrer muito nos últimos anos. No entanto, se é verdade que foi grande o seu sofrimento, tenho certeza de que ele não morreu de tristeza, porque tinha a consciência de que oferecera ao País o melhor dos seus serviços nas diferentes funções que exerceu.

Por isso, eu não estaria exagerando se dissesse que, com o seu desaparecimento, deixa um exemplo que servirá para que a instituição congressual possa louvar-se nas suas lições e nas suas observações. Assim, poderemos continuar a vê-lo como exemplo.

Peço, finalmente, Sr. Presidente, que, da decisão da Casa, seja dado conhecimento à viúva, Sr^a Ana Vitória, bem como aos seus filhos, dois dos quais, pelo que sei, funcionários do Senado Federal.

Encerro minhas palavras dizendo que Paulo Afonso Martins de Oliveira, além de deixar muitos amigos, converteu-se num paradigma a ser seguido.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, é um dever de consciência trazer neste instante a minha palavra de pesar e, diria até, de sofrimento pelo falecimento de Paulo Afonso Martins de Oliveira.

Como Deputado Federal, logo que cheguei ao Congresso Nacional, tive sempre o seu apoio e até os seus conselhos. Quando presidia a Câmara o Dr Raineri Mazzilli, ele, com o seu jeito educado, e sobretudo com os seus conhecimentos, ajudava ao Presidente e também ao Parlamentar.

Paulo Afonso se tornava sempre amigo daqueles com quem trabalhava e daqueles que estimava – e V. Ex^a é um deles. Fez a carreira como o melhor assessor no seu tempo na Câmara dos Deputados.

Depois, foi para o Tribunal de Contas – e agia com isenção absoluta e competência, julgando os processos com a imparcialidade de juiz, embora conhecesse todos os Parlamentares da República.

Logo que se aposentou – e isso coincidiu com a minha ida para a Presidência do Senado –, chamei-o para trabalhar na Presidência do Senado, onde ele trabalhou também ao meu lado por algum tempo, até que V. Ex^a foi ser Ministro da Justiça.

Paulo Afonso Martins de Oliveira pode figurar como o exemplo de funcionário do Legislativo brasileiro. É muito comum a louvação quando se morre, mas a louvação de Paulo Afonso é um ato de justiça, principalmente daqueles que trabalharam no Legislativo.

Sei que V. Ex^a o estimava muito, assim como eu. Quantas vezes, nas minhas caminhadas naquela trilha da Casa do Senado, encontrava Paulo Afonso, conversava com Paulo Afonso e aconselhava-me com Paulo Afonso. Inclusive, para terminar, o problema da caixa parlamentar foi um trabalho exclusivo de Paulo Afonso Martins de Oliveira.

Desse modo, quero, não só nesta Casa, levar à sua esposa, aos seus filhos, esse testemunho de pesar, bem como de reconhecimento. O reconhecimento não é meu, mas de todo o Legislativo brasileiro, por um funcionário que se destacou por onde passou como um dos melhores funcionários da burocracia brasileira. Era também um bom advogado e, como um bom advogado, sabia defender com propriedade as causas que lhe eram enviadas.

Por tudo isso, Sr. Presidente, associo-me às homenagens do Senado, que certamente serão maiores

ainda na Câmara, a essa figura notável do Ministro Paulo Afonso Martins de Oliveira.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queria me associar às palavras dos Senadores Antonio Carlos Magalhães, Marco Maciel, Heráclito Fortes e, com certeza, às palavras de todos os Senadores que estão aqui, palavras de profundo pesar pelo falecimento de Paulo Afonso Martins de Oliveira.

Se, infelizmente, não tive o privilégio de conviver com ele como parlamentar, tive o privilégio de conhecê-lo antes de ser parlamentar e de com ele conviver nas minhas visitas ao Congresso Nacional, como Governador e em outras oportunidades, quando aprendi a conhecer e a admirar um verdadeiro servidor público do Legislativo.

Paulo Afonso representava tudo aquilo que de bom deve ter e tem o servidor público. Dedicado, extremamente dedicado, sua vida era praticamente voltada para o seu trabalho profissional na Câmara dos Deputados. Conhecedor profundo, talvez um dos maiores conhecedores não só do Regimento mas de todo o funcionamento e dos meandros da Câmara dos Deputados, era admirado por todos os que com ele conviveram pelo seu caráter.

Há pouco tempo, há, no máximo, um ano, tive a oportunidade de mais uma vez comprovar o seu caráter íntegro e único: precisando de determinados conselhos sobre o Legislativo e sobre o Regimento, pedi para ter uma conversa com ele no sentido profissional. Eu queria remunerá-lo para que ele me desse umas aulas sobre Regimento e sobre o funcionamento do Legislativo. Ele prontamente rejeitou a minha proposta e disse: “Você não sabe do que está falando, você não sabe o quanto você me ofende”. E se colocou inteiramente a minha disposição, 24 horas, no momento em que quisesse, para dirimir qualquer dúvida que eu pudesse vir a ter.

Portanto, eu me associo a todos os Senadores para, em nome do Senado Federal, manifestar os nossos sentimentos de profundo pesar, um pesar sentido mesmo, pela morte de um homem bom. Esta Casa, juntamente com a Câmara, perde um dos seus melhores servidores.

Durante o discurso do Sr. Tasso Jereissati, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não há como fugir do lugar comum, porque, de fato, é uma grande perda o falecimento de Paulo Afonso Martins de Oliveira.

Foi um servidor público dedicado, homem de talento invulgar, correção a toda prova. Em uma hora em que alguns se acomodam com o saco de gatos, com a vala comum de que ninguém prestaria, de que a vida pública seria o endereço de pessoas eticamente deturpadas, nós temos exemplos em sentido contrário presentes e vivos neste Senado e na Câmara dos Deputados, temos o exemplo da figura que acabamos de perder, que é Paulo Afonso Martins de Oliveira.

Ministro do Tribunal de Contas da União, figura que abrilhantou todos os cargos por onde passou, Paulo Afonso era para meu pai – falecido há muito mais tempo – um amigo muito querido. Para mim, era uma espécie de conselheiro, uma figura que o tempo inteiro passava a idéia da pureza de sentimentos, da lealdade, da correção, do espírito público, da fraternidade, do amor pelos seus semelhantes.

Quando cheguei à Câmara dos Deputados pela primeira vez, jovem, disposto a muita luta, reinava no Brasil o império de um regime de exceção. Eu observava a figura de Paulo Afonso com olhos sectários; eu dizia: “Esse homem serve aos meus inimigos”. Era engano típico da minha imaturidade, porque Paulo Afonso servia com dedicação e corretamente à Mesa da Câmara dos Deputados, não servia aos meus inimigos da ditadura, que fazia tanto mal ao País. O tempo foi desmentindo o meu primeiro conceito, e o último conceito, esse que o leva para o túmulo, é precisamente o de um homem admirável, notável na cultura e correto no procedimento.

Posso dizer que aprendi muito na Câmara dos Deputados, já no meu primeiro mandato, percebendo aquilo que o meu pai me dizia, me ensinava: era um platô privilegiado de onde se podia observar todos os problemas do País. Se tivesse que dizer que ascendi a esse platô pelo voto soberano do povo do Estado do Amazonas, acrescentaria dizendo igualmente que o voto do povo do Amazonas me possibilitou conhecer Paulo Afonso Martins de Oliveira. Ele se vai, temos de compreender essas verdades da vida, esse mistério do nascimento, esse mistério da morte, esse mistério da

travessia que fazemos entre um momento e outro, ao mesmo tempo em que nos esforçamos – e devemos fazê-lo – para honrar esses exemplos. Uma civilização é feita de exemplos, uma civilização é feita de cultura acumulada, uma civilização é feita de atitudes, de gestos, e vi pouca gente neste País oferecer tantos gestos positivos para que o Brasil pudesse ir formando a sua cultura de civilização democrática, de Estado que cada vez oprima menos o povo brasileiro.

Tenho, Sr. Presidente, a mais absoluta convicção de que o Brasil perdeu um grande homem, o Congresso perdeu um mestre. Algumas pessoas passam pela vida sem que as percebamos, mesmo estando na vida pública; outras pessoas, percebemos que elas não morrem precisamente quando falecem, tornam-se imortais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não posso deixar de lamentar o desaparecimento do Dr. Paulo Afonso Martins de Oliveira, não posso deixar de lamentar por ser ele um amigo que tive e construí ao longo da vida e também por tudo quanto ele significava para o Poder Legislativo brasileiro.

Cheguei em Brasília em 1962, jornalista político, e, freqüentemente, comparecia ao seu gabinete à procura de informações qualificadas, onde encontrava uma romaria de outros jornalistas, que, como eu, buscavam a mesma coisa.

Paulo Afonso foi aquele Secretário da Mesa Diretora da Câmara e do Congresso Nacional que, ao longo de sua atuação, deixou um rastro de competência, uma verdadeira escola para todos aqueles que o ajudavam no desempenho de suas funções como também para aqueles que viriam, posteriormente, a exercer a mesma relevante tarefa de Secretário-Geral da Mesa.

O Poder Legislativo no Brasil tem um tipo de configuração diferente da dos Estados Unidos na sua administração interna. Lembro-me da votação da Constituição de 1988. Paulo Afonso foi fundamental, era a memória, o computador de toda a ação que ali se desenrolava. Ao contrário do que aconteceu nos Estados Unidos, onde a Constituição foi votada com apenas sete ou oito artigos e onde não teve acesso à sala de discussão e de exame da Constituição nenhuma outra autoridade que não fossem os Constituintes. Um parlamentar cuidou da tarefa de redigir todas as matérias, de fazer o papel de secretaria, até que se erigiu essa Constituição extraordinária que ainda hoje funciona nos Estados Unidos. No Brasil, não, tudo foi feito às claras,

às escâncaras, e Paulo Afonso era esse escrivão fundamental que a tudo acudia e que a tudo assistia.

O seu desaparecimento, portanto, é lamentável para todos nós que fazemos a política no Brasil e também para os jornalistas. Aqui falo como Parlamentar, como Senador, como Deputado que fui, como jornalista que também fui e sou e como amigo dessa figura extraordinária que tanta saudade nos deixa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Edison Lobão.

Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero também manifestar as minhas condolências, os meus sentimentos à família do Dr. Paulo Afonso, grande amigo, grande companheiro. Tive uma convivência muito estreita com ele durante o processo constituinte de 1986 a 1990.

Tive a honra de ser Constituinte e pude observar que o comportamento do Dr. Paulo Afonso foi exemplar durante todo aquele período, informando-nos de tudo o que acontecia na Comissão de Sistematização, acompanhando o nosso Líder, Deputado Ulysses Guimarães, e nos orientando, inclusive, nas emendas que apresentávamos à Assembléia Nacional Constituinte.

Portanto, é um grande brasileiro que, lamentável e precocemente, perdeu a vida, ainda no auge da sua sabedoria, do seu equilíbrio, da sua competência. Estive com o Dr. Paulo Afonso recentemente, nos corredores do Congresso Nacional.

Quero, portanto, deixar as minhas mais profundas condolências a toda a família do Dr. Paulo Afonso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também quero lamentar a falta do nosso querido Leonel Brizola, que, há um ano, veio a falecer, deixando uma lacuna muito grande na classe política brasileira. Foi um guerreiro, combativo, idealista, nacionalista, enfim, um homem extremamente corajoso, que deixou grandes e excelentes exemplos a estas e às futuras gerações.

Muito obrigado, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Maguito Vilela.

Em votação o **Requerimento nº 655, de 2005**, referente ao Governador Leonel Brizola.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o **Requerimento nº 656, de 2005**, de pesar pelo falecimento ocorrido hoje do ex-Secretário-Geral da Câmara dos Deputados, ex-Ministro do Tribunal de Contas da União e ex-Secretário Execu-

tivo do Ministério da Justiça Dr. Paulo Afonso Martins de Oliveira.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Tião Viana, já darei a palavra a V. Ex^a.

Antes, porém, gostaria de somar as minhas mais sinceras, profundas e fraternas homenagens à mãe da Senadora Ideli Salvatti, Dona Helena, ao Governador Leonel Brizola e, especialmente, ao querido amigo Paulo Afonso, com quem muitos de nós compartilharam momentos políticos históricos do País e com quem tive a honra, pessoalmente, de trabalhar de maneira ainda mais próxima quando Ministro da Justiça, sete anos atrás.

Lá tive a oportunidade de aprender com a experiência, com a serenidade, com o equilíbrio, com o conhecimento e com a habilidade de Paulo Afonso. Essas são características reconhecidas e admiradas por todos. Memoráveis, ainda, são as observações e os conselhos ditados em muitas reuniões, num momento crucial da vida política do País.

Os ventos da redemocratização passaram, sem dúvida – e muitos já disseram aqui –, pela pequena sala de Paulo Afonso na Câmara dos Deputados, ponto de encontro de jornalistas e dos mais destacados políticos na década de 80.

Paulo Afonso Martins de Oliveira deixa mais que saudades. Nestes tempos tempestuosos, Paulo Afonso, tenho convicção, saberia, com sua ponderação habitual e sua experiência, indicar o caminho mais seguro para trilharmos. Foi em tempos muito difíceis que ele próprio, Paulo Afonso, discreta e decisivamente, ajudou a pavimentar o caminho para a redemocratização do País.

Como Secretário-Geral da Câmara, Casa que conhecia como poucos, como Ministro do Tribunal de Contas da União, como Secretário-Executivo do Ministério da Justiça, Paulo Afonso sempre se destacou pela dedicação absoluta à função pública, pelo zelo na eficiente aplicação dos gastos públicos e na observação dos princípios democráticos.

Como todos disseram, Paulo Afonso deixa muitas saudades e, mais do que saudades, deixa também exemplos a serem seguidos. Sem nenhum risco de contestação, Paulo Afonso pode ser homenageado como exemplo de funcionário público.

Meu amigo Paulo Afonso, repouse em paz. Que Deus lhe guarde!

Essa era a homenagem justa que gostaria de prestar em nome do Senado Federal.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas me associar à manifestação de V. Ex^a e pedir que o meu nome também conste – vou tentar assiná-lo, mesmo já tendo sido votado – do requerimento de pesar assinado pelos Senadores Arthur Virgílio, Leonel Pavan e Eduardo Suplicy, referente à genitora da nobre Senadora Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes..

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 657, DE 2005

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e da alínea **a**, do inciso I do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas as seguintes informações ao Presidente do Banco Central do Brasil (BCB), sobre multas aplicadas por aquela instituição aos importadores:

1) O rol de multas aplicadas com base na Lei nº 10.755, de 3 de novembro de 2003, e em normas correlatas, indicando-se a entidade punida, o valor da punição, o valor da operação de importação, o motivo da punição e se a multa já foi paga ou foi objeto de recurso.

2) Quais são os montantes pagos e a receber de multas aplicadas por irregularidades nas operações de importação? Quantas são as punições? Quantos são os punidos? Qual é o valor da maior multa? E da menor? Qual é a distribuição, por faixas (de cinco a dez), dos valores das multas aplicadas, relacionando-se os valores com as quantidades correspondentes de punições aplicadas? Qual é a relação, por faixa, entre o valor médio das multas aplicadas e o valor médio das operações de importação?

3) Quantos são os processos punitivos ora em exame no âmbito do BCB? Qual é o montante máximo que poderá resultar desses processos?

4) Quanto tempo se passou da data da suposta irregularidade até a data da formalização pelo BCB dos primeiros cinquenta processos punitivos? Posteriormente, quanto tempo mais o BCB precisou para analisar as defesas apresentadas e prolatar as respectivas decisões? Quais foram as conseqüências financeiras para os importadores do tempo despendido pelo BCB no exercício de suas competências legais?

5) Quais são os critérios empregados pelo BCB para fixar a “taxa prefixada de empréstimo para capital de giro”, prevista no § 1º do art. 4º da Lei nº 10.755, de 2003? Como essa taxa se comportou de agosto de 1999 até esta data comparativamente com as demais taxas praticadas pela autoridade monetária e pelas instituições financeiras?

6) Por que o BCB trata como fixa, ao longo de todo o período de incidência da multa (até seis ou sete anos), a “taxa prefixada de empréstimo para capital de giro”? Essa taxa não seria válida apenas para os trinta dias seguintes ao da data de sua apuração, o que recomendaria o uso de taxas flutuantes?

7) Qual é a justificativa econômico-financeira para a não consideração dos efeitos da variação cambial nas situações previstas nos incisos II e III do § 1º do art. 4º da Lei nº 10.755, de 2003 (ou seja, nas importações licenciadas para pagamento em reais em atraso e quando o pagamento da importação não for efetuado até 180 dias após o primeiro dia do mês subsequente ao previsto para o pagamento)? Por que essas situações não recebem tratamento semelhante ao dado no inciso I do mesmo dispositivo legal, já que todas se referem a operações de importação?

8) As fórmulas “1.c” e “2.c” do item “1-12-13-2” do Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI) são consistentes com as fórmulas “3.c)c.1” e “3.c)c.2”? E as fórmulas “1.d” e “2.d” do item “1-12-13-3” em relação às fórmulas “3.d)d.1”, “3.d)d.2”, e “4.d)d.2”? Há indícios de que as primeiras fórmulas de cada conjunto gerariam multas incorretas. Convém que a resposta a esta pergunta seja exemplificada.

9) Qual é “jurisprudência” das decisões do BCB sobre casos concretos e situações variadas, como descontos, refinanciamentos, pagamentos sem recurso ao mercado de câmbio, etc? Como o BCB procede nos casos de mercadorias recebidas total ou parcialmente fora de especificação? De mercadorias total ou parcialmente proibidas para ingresso no país pelas autoridades sanitárias ou outras? De concordata do importador? De descontos, perdões, extensões de prazo ou capitalizações dos créditos por parte dos exportadores? De simples erros ou enganos nos preenchimentos dos formulários? De paralisações ou incapacidade operacional da parte de autoridades alfandegárias ou fiscais? Para efeito das multas, há indícios de que o BCB estaria, arbitrariamente, ora reconhecendo essas situações específicas nas datas em que ocorreram, ora reconhecendo-as somente a partir do momento em que constarem de controles burocráticos como as Declarações de Importação (DI) e os Registros de Operações Financeiras (ROF).

Justificação

A legislação que penaliza importadores por atraso no pagamento de suas compras é o resultado de esforços da autoridade cambial, em 1997/1998, para diminuir a competitividade dos fornecedores externos **vis-à-vis** os domésticos. Como esses esforços foram, em boa medida, ignorados pelo mercado, além de se mostrarem de controle e de implementação tecnicamente inexecutáveis, houve uma série de alterações nos regulamentos (consubstanciadas em várias medidas provisórias e na Lei nº 9.817, de 1999, substituída pela Lei nº 10.755, de 2003). As alterações desvirtuaram a intenção original, incorporando novas hipóteses de incidência de multa e implementando critérios de cálculo das multas progressivamente mais arbitrários e gravosos.

As hipóteses de incidência de multa que realmente contam são:

1) a contratação de câmbio fora dos prazos regulamentares, de controle e imposição inexecutáveis;

2) o simples atraso no pagamento da importação, concedida uma carência de 180 dias, hipótese na qual se baseiam todos os milhares de processos em andamento.

Essa última hipótese é esdrúxula. O pagamento do aluguel, da mensalidade escolar e da prestação do carro pode atrasar, mas se o cidadão atrasa o pagamento de um contrato de importação precisa pagar juros altíssimos, a título de multa, ao Banco Central do Brasil (BCB)!!! Em benefício, ou em proteção, do crédito de estrangeiros???

Além do mais, no exame de situações concretas, surgiram dificuldades que a tecnocracia do BCB tem resolvido” não apenas de maneira arbitrária, mas também irracional. Há exemplos de:

1) mercadorias que foram proibidas de entrar no mercado nacional ou que foram entregues fora das especificações, mas que, a despeito de comprovação documental (ofício ou despacho das autoridades sanitárias ou laudo técnico de empresa independente), acabaram sendo objeto de multas, aparentemente porque essas situações não estavam formalizadas nas DI, mediante reclamadas retificações; ressalte-se que as obrigações de pagamento como originalmente registradas não deviam nem podiam ser cumpridas, até mesmo pelo risco de se incorrer em “evasão de divisas”;

2) credores que foram pagos no exterior, no vencimento, por meio de corriqueiras linhas externas de refinanciamento obtidas junto aos bancos, mas que foram objeto de multas até a retificação das DI e a inclusão no ROF, embora o pagamento propriamente dito tenha sido feito no prazo;

3) partes que repactuaram as condições de pagamento, fato comprovado por contrato particular, mas

que acabaram sendo objeto de multas por não haver retificação da DI e inclusão no ROF; o pagamento, repactuado, contudo, não estava mais inadimplido ou em atraso.

4) casos em que fornecedor e importador pertencem a um mesmo grupo econômico, quando a repactuação está implícita, mas que também foram objeto de penalidade.

Assim, fatos financeiros e comerciais corriqueiros, como pagamentos, descontos, prorrogações de prazos, refinanciamentos, capitalizações de créditos, etc., ora são reconhecidos, para efeito dos cálculos das multas, nas datas em que ocorreram, ora são ignorados se não estiverem refletidos em controles burocráticos, como o Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) e o Sistema de informações do Banco Central (Sisbacen), por meio de alterações, vinculações o cancelamentos, nas DI, nos ROF ou nos contratos de câmbio, sendo que as datas dessas providências é que passam a ser determinantes para a apuração das multas.

Então surge novo problema: as providências burocráticas requeridas amiúde dependem da intervenção de diversos órgãos da administração (BCB, Secretaria de Comércio Exterior – SECEX/Departamento de Operações de Comércio Exterior – DECEX, ambos do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio – MDIC, etc), os quais, provocados pelos interessados, ou demoram para agir ou simplesmente não tomam providência alguma. Configura-se, então a situação de o contribuinte ser multado por um braço do Estado (O BCB) por conta de não ter conseguido que outros braços do mesmo Estado tomassem as providências requeridas!

Por fim, parece que as autoridades cambiais se esqueceram de que, na sua esfera de atuação, as DI ou os ROF são apenas requisitos burocráticos para garantir a importadores, devedores de financiamentos ou investidores estrangeiros o direito de recorrerem ao mercado de câmbio para honrarem suas obrigações ou repatriarem seus haveres, não para imporem a obrigação de fazê-lo.

Ademais, o próprio cálculo das multas é feito de forma desproporcional. Atrasos de (US\$1.000,00 provocam penalidades de US\$6.000,00 a US\$10.000,00. Isso ocorreria por quatro motivos:

1) fórmulas matemáticas inconsistentes no RMC-CI;

2) não consideração dos efeitos da variação cambial para alguns dos casos de incidência das multas;

3) cálculos das multas com base na taxa *overnight*, decorrente da “taxa prefixada de empréstimo para capital de giro”, prevista no § 1º do art. 4º da Lei nº 10.755, de 2003;

4) não uso da “taxa prefixada de empréstimo para capital de giro” como flutuante, por ser válida apenas para os trinta dias seguintes ao da data sua apuração; pelo contrário, essa taxa tem sido tratada como fixa ao longo de todo o período de incidência da multa, seis ou sete anos à frente.

O cidadão em geral, e o empresário em particular, não podem ser incomodados pela burocracia, perder tempo e dinheiro, contratar advogados, para fazer frente a imposições descabidas. Corre-se, inclusive, o risco de se estar sobrecarregando o funcionamento do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN).

À luz dos motivos expostos acima, solicito o apoio dos meus pares para o presente requerimento, a ser encaminhado ao Presidente do BCB, cargo alçado à condição de Ministro de Estado pelo art. 2º da Lei nº 11.036, de 22 de dezembro de 2004.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**.

(À Mesa, para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 658, DE 2005

Nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, requero autorização para desempenhar missão, nos Estados Unidos da América, no período compreendido entre 20-6 a 1º-7 do corrente ano, quando estarei tratando junto ao Departamento de Segurança Nacional daquele país, a situação dos 18.312 brasileiros detidos pelo Serviço de Imigração de outubro de 2004 até o presente momento.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2005. – Senador **Marcelo Crivella**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 394/2005-GSMC

Brasília – DF, 16 de junho de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
MD. Presidente do Senado Federal

Nesta

Senhor Presidente.

Tendo em vista o que dispõe o art. 39, I, do Regimento Interno desta Casa, combinado com o art. 40, II, a, do mesmo estatuto, comunico a Vossa Excelência que me ausentarei do País no prazo compreendido entre 20-06 e 1º-7 do corrente ano, quando estarei tratando junto ao Departamento de Segurança Nacional dos Estados Unidos, a situação dos 18.312 brasileiros detidos pelo Serviço de Imigração de outubro de 2004 até o presente momento.

Com o apreço de sempre, – Senador **Marcelo Crivella**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

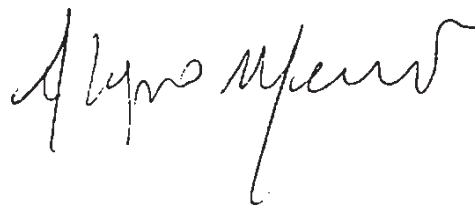


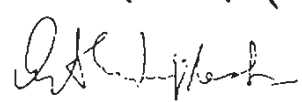
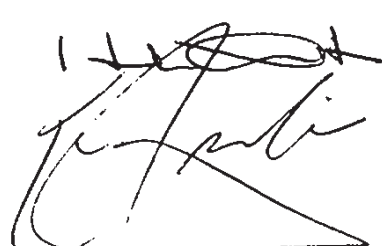
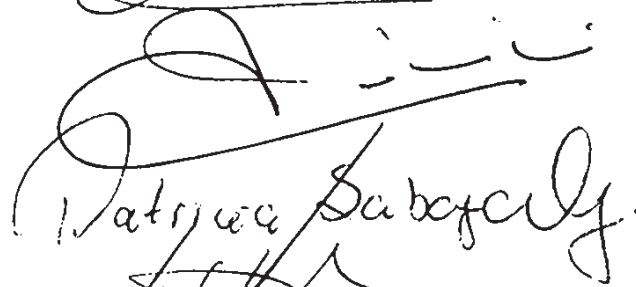
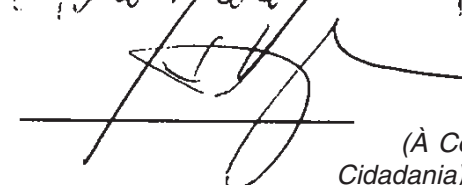
É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 659, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeremos Calendário especial, para o Proposta de Emenda à Constituição nº 77-A de 2003, que dispõe sobre a reforma da providência (PEC Paralela), e dá outras providências.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2005.


Senador PAULO PAIM






(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não chegou à Presidência informação sobre o acordo de lideranças para a apreciação do Item 1 da pauta.

Portanto, está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 14, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005), que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Justiça e da Defesa e dos Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 299.594.749,00 (duzentos e noventa e nove milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e nove reais) para os fins que especifica.*

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 31, DE 2000

(Votação nominal)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 29, DE 2002

(Votação adiada, em virtude de requerimento aprovado em 23.2.2005)

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 12, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 12, DE 2003

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2003

*(Discussão adiada, em virtude de requerimento
aprovado em 26-4-2005)*

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais* (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

7

PROJETO DE LEI DO CÂMARA Nº 73, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2004 (nº 834/2003, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional da Imigração Japonesa*.

Parecer favorável sob nº 9, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – “Desmanche”, que *altera a redação do art. 126 da lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os artigos 126-A e 126-B*.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência defere, nos termos do art 41, do Regimento Interno, o **Requerimento nº 644, de 2005**, da Senadora Roseana Sarney, lido no dia 16 último, que solicita licença para tratamento de saúde.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não me leve a mal, mas, quando abrir a pauta, V. Exª poderia incluir a apreciação do nome do indicado para o Tribunal de Contas, o Deputado Augusto Nardes. Penso que esse seria um ato de caridade, senão S. Exª acabará morrendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço-lhe a intervenção, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Há pouco, eu dizia ao futuro Ministro do Tribunal de Contas da União que estava aguardando apenas a indicação dos Líderes para que pudéssemos proceder à votação do seu nome, o que vamos fazer na sessão ordinária de amanhã, juntamente com o nome do Procurador-Geral da República, tão logo seja desobstruída a nossa pauta.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Exª. Em seguida, encerrarei a sessão.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, requeiro a V. Exª que conste a minha assinatura no requerimento de pesar pela morte da Dona Helena Salvatti, mãe da nossa querida e grande companheira Ideli Salvatti, uma mulher guerreira, combativa e muito querida por todos nós. Lamento a morte da sua genitora e transmito a toda a sua família os meus sentimentos. Quero que V. Exª consigne também o meu nome no requerimento de pesar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Ata registrará o pedido de V. Exª, Senador Maguito Vilela.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, permita-me usar da palavra até para pedir um conselho a V. Exª.

Estamos passando por um momento difícil da política nacional. Essa situação toda, essa confusão toda criada pelo próprio Governo em relação ao mensalão, à compra de votos de partidos, à questão dos Correios, tem trazido uma grande insatisfação popular.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – No Senado, estamos pagando o preço que não deveríamos pagar.

Sr. Presidente, já que instalamos uma CPMI, já que vamos encontrar e punir os culpados, precisamos de uma manifestação do Senado Federal, porque não podemos todos ser jogados na mesma vala. A classe política está pagando um preço muito alto em função de alguns corruptos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a, um Líder em quem tanto confiamos e que o Brasil respeita, que tome providências, em nome do Senado, para esclarecer à opinião pública que a maioria não pode pagar por uma minoria, que, infelizmente, entregou-se aos braços do Governo por propinas. Nós, Senadores, trabalhamos diariamente, com seriedade, buscando esclarecer as questões em que a população ainda encontra dúvidas, em benefício da população brasileira, e estamos todos sendo jogados na mesma vala.

Como Senador que representa Santa Catarina, com hombridade e orgulho, gostaria que o Senado Federal tomasse uma posição para explicar à Nação brasileira que uma minoria, e muito pequena, deverá ser punida pelo Senado, pelo Congresso e pela Justiça.

Peço ao Sr. Presidente que seja dada uma explicação à opinião pública porque é o Congresso brasileiro que está apurando essas falcaturas. Somos nós que estamos buscando os culpados. E eles serão punidos por nós mesmos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Flávio Arns. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a inclusão do meu nome na moção de pesar que será enviada à Senadora Ideli Salvatti pela morte de sua genitora. Quero também aproveitar a ocasião para deixar um abraço fraterno e amigo tanto para S. Ex^a quanto para todos os seus familiares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Ata registrará o pedido de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.

Ex^a que inclua o meu nome nos pêsames que serão apresentados à Senadora Ideli Salvatti e também, se possível, à família do nosso querido Paulo Afonso. Eu o conheci antes de ser parlamentar.

Quando o Deputado Robson Tuma assumiu seu mandato, jovem, ainda menino, com 21 anos de idade, teve, como padrinho, Paulo Afonso, que o orientou em toda sua carreira política, dando-lhe firmeza de caráter e exemplo de comportamento nesta Casa.

Peço a V. Ex^a que me inclua entre os que estão homenageando a memória de Paulo Afonso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Da mesma maneira, Sr. Presidente, gostaria de ter o meu nome entre os que manifestam solidariedade e pesar à Senadora Ideli Salvatti e à família do Sr. Paulo Afonso e do Presidente Leonel Brizola.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Arthur Virgílio e Flávio Arns enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central de manter os juros básicos da economia em 19,75%, depois de nove meses de altas consecutivas, não é capaz de assegurar a retomada do crescimento da economia.

Os juros reais seguem em rota de alta. Saindo de 13,55% em maio, os juros reais já alcançam o patamar de 13,93% – taxa mais elevada do planeta.

As lideranças empresariais consideram que o primeiro semestre já foi sepultado e se articulam para tentar salvar o ano restante.

No plano externo, Senhor Presidente, gostaria de ressaltar que os contornos da crise são captados no exterior e podem afugentar ou adiar investimentos em nosso País. Cito, como exemplo, o jornal britânico “Financial Times”, edição do dia 16 de junho corrente, na qual é destacada a crise política no Brasil, afirmando que os investidores demonstram “temor à medida que os escândalos crescem”.

Em matéria de governança, a leitura do estudo do Tribunal de Contas da União – TCU – não recomen-

daria a atual gestão administrativa federal a qualquer investidor em potencial.

O referido estudo do TCU aponta que, de 118 programas federais analisados, mais da metade – 63 exatamente – teve desempenho considerado insatisfatório.

O TCU considerou insatisfatórios todos os programas que receberam menos de 75% dos recursos previstos no orçamento e apresentaram resultados abaixo de 60% do previsto. Na lista de programas considerados insatisfatórios aparecem programas de infra-estrutura, educação para a primeira infância, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, saneamento ambiental urbano, entre outros.

É mister destacar que o TCU aprovou com 30 (trinta) ressalvas as contas do governo federal referentes ao ano de 2004. Os problemas apontados pelo tribunal estão relacionados principalmente às metodologias de cálculo utilizadas pelo Tesouro e à inconsistência das informações fornecidas pelo governo federal.

Para que as Sras e Srs. Senadores possam dimensionar o escopo das ressalvas, o TCU considerou que o governo não cumpriu a aplicação mínima de 30% dos recursos da educação no combate ao analfabetismo.

No que se refere ao superávit primário obtido pelo governo, o relatório do ministro do TCU Benjamin Zymler destaca que parte dos recursos economizados é proveniente de fontes vinculadas, como a Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), que contribuiu com R\$9,8 bilhões para o superávit de 2004, e o Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), que nunca foi gasto pelo governo e acumula um saldo R\$3,6 bilhões.

Sr. Presidente: gostaria, ainda, nesta oportunidade, de abordar a questão da dívida pública interna. A esse respeito, iniciarei salientando que o maior programa de transferência de renda do governo federal se consubstancia quando se paga, a cada ano, mais de R\$100 bilhões para um grupo de 7 milhões de pessoas que estão entre as mais ricas do Brasil (4% da população do país). São os gastos com juros da dívida interna, pagos para os que investem em títulos públicos. Segundo dados do Tesouro Nacional e do Banco Central, 92% dos títulos públicos em circulação no mercado estão nas carteiras de bancos e de fundos de investimento.

De acordo com a CVM – Comissão de Valores Mobiliários – os fundos de investimento – como os de renda fixa e de ações – possuem 6,75 milhões de cotistas. Esse é o grupo que, em abril passado, possuía R\$763 bilhões aplicados em títulos públicos. Os demais R\$66 bilhões (ou 8% do total) estavam nas

mãos de um número pequeno de empresas privadas e estatais. São 181 os bancos múltiplos, comerciais e de investimentos que atuam no Brasil.

Segundo Márcio Pochmann, economista da Unicamp, “o governo pune o pobre na arrecadação e transfere o dinheiro arrecadado para os ricos”. O especialista em epígrafe destaca que quem aplica em títulos públicos são os que têm renda mais elevada para permitir um grau maior de poupança.

Sras e Srs. Senadores, o descalabro referente aos juros está patente nos dados estatísticos. Em 2004, o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva gastou R\$101,4 bilhões em juros da dívida. Enquanto isso, destinou pouco mais de 5% desse montante para o Programa Bolsa-Família.

As cifras alarmantes, Sr. Presidente, impõem ao Senado da República um posicionamento assertivo. Tenho ocupado a tribuna desta Casa para denunciar o requinte da ortodoxia da política econômica, levada às últimas consequências pela equipe econômica do ministro Antonio Palocci.

Surpreendentemente, nem mesmo os reconhecidos especialistas em economia que integram da base de apoio do governo, os quais no passado combateram a política econômica do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, se pronunciaram sobre os rumos excessivamente ortodoxos adotados sob inspiração do Fundo Monetário Internacional. A esse respeito, o FMI “doméstico” conseguiu superar o dogmatismo em matéria econômica, cultuado na sede do organismo multilateral financeiro, em Washington.

Para concluir, Sr. Presidente, gostaria de reproduzir trechos de estudo do Banco Mundial sobre a economia informal. O referido estudo revela: uma em cada três empresas do país opera na clandestinidade e dois trabalhadores em cada três não têm carteira assinada. Portanto, não têm direitos trabalhistas de qualquer espécie.

Segundo estimativas do Banco Mundial, 39,8% do Produto Interno Bruto (PIB) estão na economia informal. Pelo cálculo oficial, a economia informal não passaria de 12% do PIB, enquanto para o Banco Mundial é de quase 40%.

No setor rural a informalidade deve estar acima de 60%; nos serviços em geral, acima de 50%; em alguns ramos industriais, a informalidade aproxima-se de 80%.

Sr. Presidente: os dados aqui reproduzidos são reveladores e devem ser objeto de análise desta Casa.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a manifestação que vimos ao meio-

dia de hoje, em favor da rápida aprovação do projeto que marca a data do plebiscito do desarmamento, é um aviso e uma advertência: para que ninguém duvide do olho do povo, sempre vigilante.

O movimento *Brasil sem Armas* merece nosso apoio. Na manifestação de hoje, diante do Congresso, seus participantes disseram que têm pressa na aprovação do PDL, que se encontra pendente de decisão da Câmara dos Deputados.

A pressa se justifica. O projeto precisa ser ultimado em tempo de o TSE preparar o plebiscito para outubro próximo.

O plebiscito é necessário. Afinal, como mostra o *Brasil sem Armas*, a cada 15 minutos morre uma pessoa no Brasil, vítimas de armas de fogo. Em cada dia são 104 vítimas.

Ao aplaudir o gesto a que me referi, saúdo seus participantes, que são familiares de vítimas de violência, estudantes e, de forma geral, a sociedade civil.

Que sejam, pois atendidos, com a aprovação do PDL do Plebiscito.

Outro assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, refere-se às exportações de produtos fabricados no Pólo Industrial de Manaus mais do que dobraram nesses cinco primeiros meses do ano, em comparação com o mesmo período de 2004. O crescimento registra expressivos 134,68%. O valor exportado foi de US\$873,619 milhões, contra US\$372,162 milhões, em 2004.

A Superintendente da ZFM, Flávia Grosso, continua otimista e espera alcançar a meta de US\$1,5 bilhão até o fim do ano. O Amazonas, por conta do seu Pólo Industrial, é hoje a área de maior crescimento econômico do País.

Esses resultados não apenas confirmam o acerto da criação da Zona Franca de Manaus. São a melhor paga para os esforços que desenvolvemos, inclusive aqui no Senado, em diferentes ocasiões, pelo fortalecimento e, mais do que isso, pela consolidação de uma idéia que, como se vê, é vitoriosa.

Já hoje, em todo o Brasil, não há qualquer dúvida de que a ZFM, em transformação para Pólo Industrial de Manaus, foi uma iniciativa necessária. Ali, hoje, se concentra um notável parque avançado de tecnologia, exportando produtos para o mundo inteiro.

As vendas do Pólo têm os Estados Unidos como maior comprador, com o percentual de 30,25% na participação do volume exportado. Em valores, os Estados Unidos compraram do Pólo Industrial de Manaus US\$ 264,271 milhões, com crescimento de 133,31 em relação ao mesmo período do ano anterior.

Segue-se a Argentina, segundo maior importador da Zona Franca de Manaus, com o total de US\$43,511, com um acréscimo de 452,67% no período.

Outros grandes importadores da ZFM são o Chile e Alemanha, com crescimento de 224% e 242%, respectivamente.

Segundo a Associação do Comércio Exterior da Amazônia-ACEAM, a linha de telefones celulares produzidos no Pólo foi responsável pelo forte incremento das exportações da Amazônia.

Essa ascensão vem ocorrendo desde o ano 2000, com um incremento de grande monta em 2002, um acréscimo ainda maior em 2003, um pequeno decréscimo em 2004 e já agora com a retomada das vendas em grande volume.

Saúdo o excelente desempenho da Zona Franca de Manaus e encerro afirmando que valeu o esforço de quantos se esforçaram para que chegássemos a essa marca.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, tive a honra de participar, no dia 10 de junho, de um debate sobre Genética e Política durante o 17º Congresso Brasileiro de Genética Clínica, realizado na cidade de Curitiba e promovido pela Sociedade Brasileira de Genética Clínica, inclusive com a participação do Senador Osmar Dias, do Deputado Gustavo Fruet, do Deputado Tarcísio Perondi e do Ex-deputado Euclides Scalco. Foi um momento de grande relevância em função não só da importância do tema, mas, principalmente, por termos falado para expectadores como médicos, estudantes e pesquisadores da área de genética.

Na ocasião, discutimos com ênfase a questão da utilização de células-tronco embrionárias em pesquisas, aspecto contemplado pela Lei de Biossegurança, sancionada neste ano pelo Presidente Lula e que, como todos sabem, recebeu meu voto contra no Plenário desta Casa, por motivos já expostos em outras ocasiões.

Entretanto, gostaria de concentrar este pronunciamento em um tema que debatemos em Curitiba e que é fundamental para a saúde dos brasileiros. Trata-se da necessidade de caracterização da Genética Clínica como política pública.

Na visão dos especialistas na área e do próprio Ministério da Saúde, este é o principal desafio a ser superado no Brasil. Atualmente, não há previsão de médico geneticista na rede pública de saúde.

Sabemos que a atuação destes profissionais é fundamental para a detecção de doenças genéticas, aspecto essencial para o diagnóstico e posterior tratamento adequado aos pacientes. Sabemos também

que, segundo a Organização Mundial de Saúde, cerca de 10% da população possui algum tipo de deficiência, o que, no Brasil, corresponde a 17 milhões de pessoas. Destas, 3% possuem deficiências de origem genética, ou seja, 5,1 milhões de brasileiros nascem com problemas genéticos.

O que vemos, no entanto, é uma presença tímida desta área no Sistema Único de Saúde. Hoje, o que temos em termos de aconselhamento genético e exames básicos se restringe ao Programa Nacional de Triagem Neonatal.

A presença dos médicos geneticistas em equipes multiprofissionais em prestadores de serviços do SUS é a principal aspiração da área.

Neste sentido, o Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 2.380, de 28 de outubro de 2004, institui o Grupo de Trabalho de Genética Clínica com o objetivo de sistematizar a proposta de Política Nacional de Atenção à Saúde em Genética Clínica e elaborar a proposta de inserção no SUS.

O Grupo é composto por representantes das secretarias de Atenção à Saúde; de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos; de Gestão no Trabalho e da Educação na Saúde; de Vigilância Sanitária; da Sociedade Brasileira de Genética Clínica; dos Serviços de Genética Clínica; do Conselho Nacional de Secretários da Saúde; do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde; do Conselho Nacional de Saúde; da Agência Nacional de Saúde Suplementar e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

A previsão é de que, para o segundo semestre deste ano, esteja concluída uma portaria que instituirá uma política de saúde que inclua o estabelecimento de programas específicos na área de genética, com diferentes níveis de complexidade e aconselhamento genético.

No caminho para a caracterização da genética como política pública, sentimos a necessidade da integração desta área com as demais, o que se dará pela inclusão desse profissional na equipe multiprofissional, podendo atuar junto à pediatria, por exemplo, tanto nos exames pré-natais como no acompanhamento clínico das crianças após o nascimento.

Mas não há política pública sem a participação no orçamento. Por isso, é fundamental que esta área também esteja prevista nas diretrizes orçamentárias, inclusive para a realização de exames moleculares, doenças mais complexas e testes de DNA. Daí a importância deste tema estar disposto também na legislação, por meio de leis e portarias que tratem de recursos para a área.

Buscando aprofundar este debate, estou propondo à Subcomissão de Saúde, presidida pelo nobre Se-

nador Papaléo Paes, a realização de audiência pública para trazer ao Senado esta discussão.

Certamente, o envolvimento do poder legislativo e da sociedade neste debate contribuirá para que tenhamos uma política pública de qualidade que apresentará uma alternativa viável e de custo reduzido para evitar as consequências do crescimento relativo das doenças genéticas no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando as Sras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 14, DE 2005

*(Proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005), que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Justiça e da Defesa e dos Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 299.594.749,00 (duzentos e noventa e nove milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e nove reais) para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 1-8-2005.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2000 *(Votação nominal)*

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorá-

vel, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

3

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2002**

*(Votação adiada, em virtude de requerimento aprovado em 23-2-2005)
(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, *que inclui § 8º no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, *que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que

altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 87, DE 2003**

*(Discussão adiada, em virtude de requerimento aprovado em 26-4-2005)
(Votação nominal, se não houver emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, *que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais* (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

7

PROJETO DE LEI DO CÂMARA Nº 73, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2004 (nº 834/2003, na Casa de origem), *que institui o Dia Nacional da Imigração Japonesa.*

Parecer favorável sob nº 9, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – “Desmanche”, *que altera a redação do art. 126 da lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os artigos 126-A e 126-B.*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 33 minutos.)

O.S. 13942/2005

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 20 DE JUNHO DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, certamente viveremos mais uma semana de tensão, de expectativa e, obviamente, de revelações, porque, no dia de amanhã, a CPMI dos Correios começa a trabalhar, ouvindo já o primeiro depoente.

Lamentavelmente, chegamos a um momento crítico, previsto com grande antecedência. Lastimamos, mas é impossível deixar de frisar que não só a Oposição, como também a imprensa brasileira vinham há muito tempo alertando o atual Governo sobre as possibilidades de recrudescimento da crise, em função dos descaminhos trilhados pelo Poder Executivo Federal.

Com a crise moral que se abate sobre o País, em cada semana, muitos daqueles que integram o Governo vivem, nos dias que antecedem o sábado e o domingo, momentos apreensivos, porque fica sempre a expectativa sobre o que pode ocorrer nas revistas, aos finais de semana. Qual será o próximo escândalo? Quem será o próximo desonesto execrado nas páginas das revistas semanais do País?

É lamentável, mas é a realidade que estamos vivendo. E é evidente que tem de haver a preocupação do Congresso Nacional, acima de tudo, de buscar alternativas de saída, que possam significar – repito o que tenho dito nos últimos dias – a construção de uma nova imagem, por quê? O Legislativo é o Poder que vem sofrendo mais desgaste com essa crise. As últimas pesquisas revelam essa realidade. Cresceu, assustadoramente, a condenação ao desempenho do Congresso Nacional pela opinião pública brasileira.

Há uma preocupação dos artífices do Governo em fazer com que a crise se concentre na Câmara dos Deputados; em estabelecer uma blindagem a determinados setores do Governo, em proteger determinadas pessoas, especialmente aquelas que figuram no núcleo central do Poder. E há, sobretudo, uma enorme preocupação em preservar a imagem do Presidente Lula. Mas não podemos, evidentemente, conviver com o cinismo oficial. Dizer que o Presidente da República

não sabia de nada é considerá-lo ingênuo em excesso ou imaginar que Sua Excelência vive longe das atividades do seu Governo, não acompanha o dia-a-dia da administração e sequer toma conhecimento do que se fala no Congresso Nacional ou mesmo na mídia do País.

Há quanto tempo estamos falando em relação promíscua do Poder Executivo com o Poder Legislativo? Não é de hoje. Há, por exemplo, um discurso que pronunciei desta tribuna, em 2003, em que abordava essa questão:

Se Collor tinha um PC Farias, que operava nos bastidores da vida pública nacional, que incursionava no seio do setor privado brasileiro, Lula tinha uma equipe de PCs, que se instalou no próprio Palácio do Planalto, em situação privilegiada, para operar de dentro para fora, em detrimento dos postulados de natureza ética, sustentados pelo PT ao longo de muito tempo.

Esse discurso, repito, foi pronunciado em 2003, portanto, já no primeiro ano da gestão Lula, indagamos quem seria o PC do Lula, exatamente denunciando a relação de promiscuidade do Poder Executivo com o Legislativo, a existência de um modelo que lamentavelmente instituiu a barganha para obter sustentação política no Congresso Nacional; estabelecia uma postura de desonestidade para conquistar adesões no Congresso Nacional.

Não entendo como pode um Presidente da República admitir que esse seja o modelo adequado para obter apoio. Não tenho dúvida alguma de que um Presidente da República com apoio popular terá sempre o Congresso Nacional ao seu lado. Um presidente popular, realizando um governo popular, adotando medidas que satisfaçam as aspirações da sociedade, terá sempre o apoio majoritário do Congresso Nacional.

Não há exemplo na história de Congresso que atue contra um presidente popular. Eu não conheço. O Congresso não rema contra a correnteza da popularidade, isso jamais. O Congresso, Senador Mão Santa, é um reflexo da aspiração da sociedade. O Senador Geraldo Mesquita Júnior sabe muito bem que a opinião pública conduz as lideranças políticas, já que quem tem como origem o voto popular para o exercício da função pública não pode jamais ignorar as aspirações daqueles que o elegem.

Lembro muito bem quando o Presidente Collor se elegeu e se instalou no “bolo de noiva”, aqui em Brasília, e começou a ouvir lideranças. Eu era Governador do Paraná, à época, e fui convidado. O Presidente me indagou, já que havia sido eleito sem o apoio dos políticos – todos se lembram de que ele se elegeu por um partido minúsculo, praticamente expulsando do seu palanque os políticos. Vinte e três governadores apoiavam Ulysses Guimarães, de saudosa memória, e Collor, praticamente sozinho, se elegeu presidente. E indagava o que deveria fazer para ter o apoio do Congresso Nacional. Foi exatamente isto o que disse ao Presidente Collor,

naquela oportunidade: Presidente, adote medidas que signifiquem mudança, que conquistem a credibilidade da população e, por conseqüência, o apoio da sociedade brasileira, e terá o apoio do Congresso Nacional – sem fazer nenhuma concessão, nenhuma barganha, sem instalar um balcão de negócios no Palácio do Planalto. Adotar medidas de impacto que sejam a síntese da expectativa da Nação é obter o apoio do Congresso Nacional. Lamentavelmente, o Presidente não se comportou como devia e foi levado ao *impeachment*.

Se Lula era uma esperança, não se comportou como representante das aspirações e esperanças do povo brasileiro. Já na montagem do governo, quando constituiu o seu ministério, decepcionou. Primeiramente, porque o País tem essa expectativa de redução das despesas de custeio, emagrecimento da máquina pública, e o Presidente, na contramão dessa expectativa do País, engordou a máquina pública, convocou lideranças derrotadas do seu partido e constituiu um equipe que, lamentavelmente, puxou para baixo a qualidade administrativa do Governo Federal. E o País ficou sujeito...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ... a uma administração sem programa, sem plano, sem idéias criativas, a uma administração que não corresponde às expectativas de mudança, a uma administração que incorporou o fisiologismo da forma mais acentuada que se imaginava poder existir, e estabeleceu, sim, essa relação de promiscuidade.

Agora imaginar ou afirmar que o Presidente da República não sabia é apostar na ingenuidade das pessoas e subestimar a inteligência do povo brasileiro.

Além desse pronunciamento do ano de 2003, faço referência a um outro.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Já concederei, Senador Mão Santa.

Senador Pedro Simon, foram inúmeros os pronunciamentos alertando o Governo para essa relação promíscua, para o fisiologismo, esse modelo impróprio adotado pelo Governo.

No dia 14 de abril de 2004, desta tribuna, chegamos a alertar o Governo, fazendo referência ao argentino Fernando de la Rúa, que foi obrigado a renunciar ao mandato em meio a uma crise política e social. E eu dizia que tinha procedência o temor de que, em face da falta de rumo do Governo do Presidente Lula, incapaz de retirar o Brasil da crise e promover a retomada do crescimento econômico, estávamos correndo sério risco de assistirmos aqui à repetição do fenômeno De la Rúa na Argentina.

Concedo, Senador Mão Santa, o aparte a V. Ex^a.

Consulto o Sr. Presidente: tenho mais cinco minutos?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Mais três minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não tem a prorrogação de cinco minutos?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a dispõe de mais três minutos; já está na prorrogação.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, vamos fazer um pouco de justiça ao ex-Presidente Collor. Aliás, Rui Barbosa, que está ali, disse que justiça tardia é injustiça desqualificada. O que acontece hoje no Brasil é muito pior, mais vergonhoso e mais nojento. Vamos e venhamos: sou do Nordeste e era prefeito de Parnaíba quando se deu o episódio. O PC Farias se aproximou do Collor como tesoureiro de campanha, mas nunca foi do *staff* de Collor. Nunca foi secretário da prefeitura de Collor, nunca foi secretário do Governo de Collor, nem ministro e nem segundo escalão. Aproximou-se do Governo Collor usando a influência, para vender até telefone. Telefonava para os prefeitos do interior de Alagoas e dizia que era interesse do Estado, ganhou muito dinheiro, depois contratou; isso ele quis fazer no plano federal, mas era alheio, justiça seja feita, e não se pegou nada de corrupção. A esposa dele, uma boa brasileira, humilde – talvez envolvida em determinados processos da LBA e um Fiat Elba. Mas insignificante, tanto que foi absolvido pelo STF. Agora o de hoje é muito mais vergonhoso. Assisti, Senador Geraldo Mesquita, no chão, o dia todo, ao depoimento e à votação da Câmara Federal.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – E um dos maiores homens públicos que passou por este Parlamento, Luís Eduardo Magalhães, teve coragem e hombridade para defender Collor. Agora não tem. Quem vai defender essa quadrilha? Isso é a mais vergonhosa nódoa da História do Brasil.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Senador Mão Santa. Fiz referência a esse discurso de 2003 exatamente porque não é correto isentar o Presidente da República em responsabilidade, ele é o maior responsável.

Veja, Senador Geraldo Mesquita Júnior, um trecho desse discurso. Esta é a estratégia da corrupção nos governos. Os “corruptólogos” indicam secretários, indicam diretores, ocupam cargos nos quais se trabalha com recursos públicos e, a partir desses cargos, arrecadam em benefício próprio, a pretexto de se ar-

recadar, muitas vezes, em benefício das campanhas eleitorais” – trecho do discurso de 2003.

O Presidente da República foi avisado pelo Deputado Roberto Jefferson e pelo Governador Marconi Perillo*. Em Brasília, todos nós sabíamos da existência disso. O relator da CPI diz isso aqui. O Deputado Osmar Serraglio, relator da CPI, meu amigo, afirma: “Vamos ver acontecer o que aconteceu com o Collor” – o deputado se refere ao processo de *impeachment* que culminou com a cassação do ex-Presidente Fernando Collor de Mello*. O relator afirma que Lula foi omissos ao tratar das denúncias de corrupção, sobretudo quanto ao “mensalão” sobre o qual o presidente foi alertado pelo governador de Goiás, Marconi Perillo, e pelo Deputado Roberto Jefferson. Na opinião de Serraglio,

se forem comprovadas a existência do “mensalão” e a conivência do governo petista com essa irregularidade, vários deputados serão cassados e aí “vamos ver acontecer o que aconteceu com o Collor”.

Espero que essa postura do relator, o Deputado Osmar Serraglio, revelada em entrevista no Paraná, que é a sua base eleitoral, possa nos animar a acreditar que a tentativa do governo de manipular a CPI dos Correios será frustrada. Se o relator sustentar essa independência, essa postura ativa, certamente poderemos investigar com eficiência e profundidade e oferecer um diagnóstico completo dessa crise para que a responsabilização dos envolvidos possa se dar de forma exemplar.

Agenda do Presidente do Senado Federal

21/06/2005

terça-feira

10:30 - Reunião Administrativa

Senador Efraim Morais, Primeiro-Secretário
Senhor Agaciel da Silva Maia, Diretor -Geral
Senhor Raimundo Carreiro, Secretário-Geral da Mesa
Senhor Sérgio Penna, Consultor-Geral Legislativo
Senhor Florian Madruga, Diretor-Executivo do ILB

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

12:00 - Deputado Themístocles de Sampaio Pereira Filho, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

12:30 - Deputado José Távora, Presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE

Deputado Samuel Almeida, Presidente da Assembleia Estadual do Estado de Goiás
Deputado Estadual Liberman Moreno, Amazonas
Deputado Estadual Naluh Gouveia, Acre
Deputado Estadual Ernesto Roller, Goiás
Deputado Estadual Sérgio Ferreira, Roraima
Deputada Estadual Aparecida Gama, Rio de Janeiro
Deputada Estadual Cidinha Campos, Rio de Janeiro
Deputado Estadual Elder Paiva, Acre

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

16:00 - Cerimônia de transmissão de cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil para a Senhora Dilma Vana Rousseff

Salão Nobre, 2º andar do Palácio do Planalto

16:00 - Ordem do Dia - Sessão Deliberativa - pauta sobrestada

Plenário do Senado Federal

17:00 - Senador Eduardo Suplicy, acompanhado de Entidades e Movimentos da Sociedade e da Coordenação dos Movimentos Sociais

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia vinte e um do mês de junho de dois mil e cinco, terça-feira, às dezoito horas, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, no Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 252**, adotada em 15 de março de 2005 e publicada no dia 16 do mesmo mês e ano, que “Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital, dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica e dá outras providências”, com a presença do Senhor Senador Hélio Costa, *a reunião não foi realizada por falta de quorum.*

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas do Senado Federal.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2005


Sérgio da Fonseca Braga

Diretor

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

BAHIA		PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Antonio Leite	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão	ALAGOAS	
PFL	Roseana Sarney	P - SOL	Heloísa Helena
PARÁ		PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
MINAS GERAIS		BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB	Hélio Costa	BLOCO - PT	Tião Viana
GOIÁS		P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro	DISTRITO FEDERAL	
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		BLOCO - PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim	TOCANTINS	
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		BLOCO - PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
PARAÍBA		BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais	RONDÔNIA	
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata	RORAIMA	
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
PIAUI		PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Wirlande da luz

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Dulcília Ramos Calháo	(Ramal: 3514)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Janice de Carvalho Lima	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3502)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CFC José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CI Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CRE Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CLP Maria Dulce V de Queirós Campos	(Ramal: 1856)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB

Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 04.05.2005

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador CRISTOVAM BUARQUE Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDÓ CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 04.05.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 120 PÁGINAS